



Paulo Afonso

ECOS DO MULUNGU: DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS LUGARES, MEMÓRIA E ARTE COMO FORMA DE RESISTÊNCIA.

Trabalho de Conclusão de Curso | 2026
Orientado pela Prof. Dra. Ana Maria Farias,
Coorientado pela Prof. Me. Samira Fagundes.

Desenvolvido por Júlia Vilela





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – CAMPUS LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

JÚLIA EDUARDA VILELA DE ANDRADE

Ecos do Mulungu:

desterritorialização dos lugares, memória e arte como forma de resistência.

Laranjeiras/SE

2026

JÚLIA EDUARDA VILELA DE ANDRADE

Ecos do Mulungu:

desterritorialização dos lugares, memória e arte como forma de resistência.

Trabalho apresentado à banca examinadora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe, Campus Laranjeiras, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Maria de Souza Martins Farias.

Coorientadora: Prof. Me. Samira Fagundes de Souza

Laranjeiras/SE
2026

JÚLIA EDUARDA VILELA DE ANDRADE

Ecos do Mulungu:

desterritorialização dos lugares, memória e arte como forma de resistência

Trabalho apresentado à banca examinadora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe, Campus Laranjeiras, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Maria de Souza Martins Farias.

Coorientadora: Prof. Me. Samira Fagundes de Souza

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **CESAR HENRIQUES MATOS E SILVA**
Data: 13/03/2026 06:39:41-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. César Henriques Matos e Silva
Presidente da banca

Documento assinado digitalmente
 **SAMIRA FAGUNDES DE SOUZA**
Data: 13/03/2026 09:15:57-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Me. Samira Fagundes de Souza
Coorientadora

Documento assinado digitalmente
 **TAMYRES FONTENELE DE FREITAS OLIVEIRA**
Data: 12/03/2026 14:31:03-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Me. Tamyres Fontenele de Freitas Oliveira
Examinador interno

Documento assinado digitalmente
 **ROSANY ALBUQUERQUE MATOS**
Data: 12/03/2026 17:08:02-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Me. Rosany Albuquerque Matos
Examinador externo

Laranjeiras/SE
2026

**Aos que perderam seu território e se abrigaram nas sombras dos mulungus,
que os ecos de suas vivências continuem reverberando.
Justiça territorial é um direito de todos.**

AGRADECIMENTOS

Aos meus, pois sou continuidade do que vocês são:

Às minhas avós Lourdes e Maria, pelos banhos de 'cozinhamento' que me moldaram;

Ao meu avô, o velhinho, por me levar à feira aos domingos e por me apresentar a cidade no carrinho de mão;

À minha mãe, Joelma, pela paciência em me cuidar tão bem e pelo tempo que dedicou a me ensinar sobre a vida;

Ao meu pai Gilson, que, filosoficamente, me criou para ter sede de saber;

À Othávio, meu irmão, por ter aprendido junto comigo a ser companhia;

À minha tia Jucy, que me conhece desde antes de eu saber o que é existir no mundo;

À Irailson, por ser suporte em tantos momentos e por fazer das tripas coração por mim a qualquer hora do dia;

À Miguel, quem hoje vejo crescer de longe e que morro de saudade de segurar no colo;

À Sabrina, com quem compartilho a vida e os questionamentos, pelo cuidado de sempre, pelas incontáveis revisões textuais e por tudo aquilo que só você sabe;

À Santi, por ser minha parceira em tudo desde que nos encontramos em terras sergipanas;

Aos meus amigos Maysa, Gil, Gab e Rafa, que ao longo da graduação tentaram entenderam comigo o que é ser arquiteto e urbanista;

Ao Trapiche, por ter sido abrigo do meu desassossego e por ter me ensinado a potência do trabalho em comunidade;

À Alcides e dona Conceição por me receberem tão bem para conversas longas acompanhadas de café e o som dos pássaros;

À Samira, que acreditou em minhas ideias e que me levou pra navegar em um barco que espero não atracar; e à Cesar, que sempre me guiou nos rumos da pesquisa acadêmica;

À minha querida professora Ana Maria, que me guiou nesse projeto desde quando ele era apenas um desabafo. Sem seus conhecimentos inesgotáveis minha pesquisa não teria chegado onde deveria, agradeço por ter entendido a minha cabeça inquieta como ninguém;

Por fim, agradeço a oportunidade de ocupar o espaço acadêmico da universidade pública, instituição que sempre irei defender como uma das portas de entrada do conhecimento formal, e que me permitiu - por meio da pesquisa e da extensão – ter contato com diferentes saberes e fazeres populares existentes em um país tão plural como o nosso. Mais que conhecimento, o que nos salva é a humildade de nos reconhecer com pequena parcela de um todo heterogêneo.

RESUMO

O tema deste trabalho é a desterritorialização do antigo bairro Mulungu, em Paulo Afonso/BA, decorrente dos impactos sociais, ambientais e urbanos da implantação do Complexo Hidrelétrico da Chesf. O objetivo é retomar a memória local presente no contexto do (des)envolvimento do bairro por meio da arte urbana. A pesquisa parte de uma perspectiva pessoal e coletiva, resgatando memórias de protagonistas urbanos que vivenciaram processos de expulsão, precariedade e resistência. A análise discute conceitos como (des)envolvimento insustentável, territorialidade e memória coletiva, relacionando-os à consolidação desigual da cidade e ao apagamento das narrativas populares. O estudo evidencia como a urbanização, marcada pela segregação socioespacial e pela mudança de nome do bairro, contribuiu para a invisibilização da identidade comunitária. A metodologia envolveu pesquisa documental e bibliográfica, além da coleta de relatos com aplicação de *survey*. Como estratégia de retomada da memória, o trabalho propõe um circuito de intervenção artística com lambe-lambe em pontos significativos da cidade, compreendendo a arte urbana como ferramenta democrática de resistência, capaz de provocar reflexão e dar visibilidade às histórias silenciadas. “Ecos do Mulungu” busca valorizar relatos não oficiais, reafirmar a importância da memória coletiva e destacar a arte como meio de resguardar a história de um território marcado pela luta e pela perseverança de seu povo.

PALAVRAS-CHAVE: bairro Mulungu; Chesf; desterritorialização; memórias; arte urbana.

ABSTRACT

This work addresses the deterritorialization of the former neighborhood of Mulungu, in Paulo Afonso, Bahia, arising from the social, environmental, and urban impacts of the construction of the São Francisco Hydroelectric Company (Chesf) complex. Its objective is to recover local memory within the context of the neighborhood's (dis)development through urban art. The research is based on both personal and collective perspectives, retrieving memories of urban protagonists who experienced displacement, precarious living conditions, and resistance. The analysis explores concepts such as unsustainable (dis)development, territoriality, and collective memory, linking them to the unequal consolidation of the city and the erasure of popular narratives. The study highlights how urbanization, marked by socio-spatial segregation and the renaming of the neighborhood, contributed to the invisibility of community identity. The methodology combined documentary and bibliographic research with the collection of testimonies through surveys. As a strategy for reclaiming memory, the work proposes an artistic circuit of *lambe-lambe* posters placed in significant points of the city, understanding urban art as a democratic tool of resistance, capable of provoking reflection and giving visibility to silenced histories. *Echoes of Mulungu* seeks to value unofficial accounts, reaffirm the importance of collective memory, and emphasize art as a means of safeguarding the history of a territory shaped by struggle and collective perseverance.

KEYWORDS: Mulungu neighborhood; Chesf; Deterritorialization; Memories; Urban Art.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Quadro síntese contendo objetivos específicos e o procedimento metodológico correspondente.....	25
Figura 2: Mapa de localização de Paulo Afonso.	41
Figura 3: Mapa esquemático com indicação da localização da Tapera e da Forquilha.....	42
Figura 4: Pintura da paisagem frente à Cachoeira de Paulo Afonso.	43
Figura 5: Usina Angiquinho (desativada).....	44
Figura 6: Trecho das Usinas PA I, II e III vistas do Parque Belvedere, em Paulo Afonso.	46
Figura 7: Mapa de localização das usinas pertencentes ao Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso.	47
Figura 8: Vista do Rio São Francisco, com a paisagem modificada pela construção do complexo	48
Figura 9: Mapa esquemático da região de Paulo Afonso antes e depois da construção das usinas.	49
Figura 10: Fotografia tirada no muro de divisa da Cidade Chesf e da Vila Poty. Na legenda, lê-se: “Esta cerca de Arame farpado separa duas cidades: uma próspera e outra miserável; separa também dois destinos, duas mulheres, duas crianças: a fartura e a fome.”	52
Figura 11: Fotografia tirada na Vila Poty. Na legenda lê-se: "Isto é o Poti: as barracas que servem refeições ralas e caras”	53
Figura 12: Mulher com panos de tecido no tanque de abastecimento do antigo Mulungu. Atrás, menina com lata de água encostada no tanque.	55
Figura 13: Pessoas com carroças e vasilhames para retirar água.	55
Figura 14: Localização do antigo bairro Mulungu e da Ilha Artificial de Paulo Afonso	56
Figura 15: Localização do antigo bairro Mulungu e da Ilha Artificial de Paulo Afonso	57
Figura 16: Comemoração do Dia do Trabalhador em Paulo Afonso	59
Figura 17: Ação da Pastoral da Criança no Mulungu.....	60
Figura 18: Ação da Pastoral da Criança no Mulungu.....	61
Figura 19: Alcides, Conceição e Lourdes, respectivamente.....	63
Figura 20: Ação da Pastoral da Criança no Mulungu.....	69
Figura 21: Ação da Pastoral da Criança no Mulungu.....	69
Figura 22: Grito dos Excluídos em desfile na Ilha de Paulo Afonso.	70

Figura 23: Lourdes em sua atuação como Agente Comunitária de Saúde.	71
Figura 24: Painel semântico de referência artística 1 – “Intervenções pretas nos muros brancos”	74
Figura 25: Painel semântico de referência artística 2 – “Amai-vos”.....	75
Figura 26: Painel semântico de referência artística 3 – “A gente foi feliz aqui”.	76
Figura 27: Nuvem de palavras e sensações	77
Figura 28: Moodboard do projeto.....	79
Figura 29: Ilustração da fonte escolhida.....	79
Figura 30: Sobreposições de figuras utilizadas nos lambes.	80
Figura 31: Processo de produção do lambe 01	81
Figura 32: Frase utilizada no lambe 01	81
Figura 33: Processo de produção do lambe 02	82
Figura 34: Frase utilizada no lambe 02	82
Figura 35: Processo de produção do lambe 03	83
Figura 36: Frase utilizada no lambe 03	83
Figura 37: Lambes utilizados com suas fichas técnicas e QR code's correspondentes	84
Figura 38: Circuito no antigo Mulungu.....	86
Figura 39: Circuito na Ilha de Paulo Afonso.....	87
Figura 40: Sede da Praça da Saúde.....	88
Figura 41: Rua do CSU	89
Figura 42: Fachada do Terminal do CEASA	89
Figura 43: Esquina da Casa Paroquial.....	90
Figura 44: Trecho do anfiteatro na Praça Padre Lourenço	90
Figura 45: Lateral nordeste da CEU	91
Figura 46: Entrada oeste do Mercado Municipal	91
Figura 47: Fachada do Serviço de Atendimento ao Turista (SAT).....	92
Figura 48: Trecho da travessa Abdias, o "bequinho".	92
Figura 49: Vista do calçadão da Rua da Frente	93
Figura 50: Trecho da rua da biblioteca, onde pode ser vista	93
Figura 51: Restos do antigo muro da vergonha, atualmente	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Chesf – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CEB's - Comunidades Eclesiais de Base

BTN – Bairro Tancredo Neves

TdL – Teologia da Libertação

UHE – Usina Hidrelétrica



PRÓLOGO

Nasci em Paulo Afonso, no hospital inaugurado no antigo bairro Mulungu após anos de luta e reivindicação popular. Desde pequena, sempre ouvi as histórias locais e o ponto de vista dos menos favorecidos sobre como se deu o processo de urbanização do lugar que foi morada de minha família desde que vieram de Pernambuco em busca de melhores condições de vida. Paulo Afonso, cidade redentora dos “castigos” do sertão, é muito falada pelas oportunidades de emprego geradas com o uso da força das águas do rio São Francisco, que desenhavam no território uma paisagem de oásis em meio a caatinga, após a criação da estatal Chesf. Luiz Gonzaga canta em versos cheios de orgulho que “Olhando pra Paulo Afonso, eu louvo nosso engenheiro/Louvo o nosso cassaco, caboclo bom, verdadeiro/Oi, vejo o Nordeste erguendo a bandeira/De ordem e progresso, a nação brasileira/Vejo a indústria gerando riqueza/Findando a seca, salvando a pobreza” (Gonzaga; Dantas, 1955).

À medida que cresci, percebi que a história não era tão simples. A fama de cidade progresso teve um custo, recaído nas camadas menos favorecidas. A ausência de relatos oficiais sobre a perspectiva dos operários, segregados dos detentores de conhecimento técnico em vias subjetivas e físicas – pelo muro que dividia a cidade; de moradores expulsos e dos esperançosos que se chegavam em busca de emprego é evidência de que a história não foi boa com todos.

Para além dos impactos sociais, muito citados por mim, os aspectos ambientais não podem ser desconsiderados. A alteração total de uma região para construção de um espaço artificial demonstra a prepotência do homem em se mostrar capaz de fazer o que bem quer com qualquer coisa que possa ver pela frente. Mesmo sabendo das consequências negativas que as alterações geram, para os grandes empreendedores o progresso sempre compensa. O resultado desse processo foi o antigo bairro Mulungu, formado por pessoas que foram forçadas a deixar suas casas, quando localizadas em terras almejadas para construção da administração da Chesf, ou por sonhadores vindos de outras cidades em busca de oportunidades.

O nome atual do bairro não tem a carga que merece. Já mudou de nome duas vezes – nomes de pessoas que ninguém sabe quem são, vultos homenageados por escolha pouco democrática e que não deixam transparecer a força do povo e a perseverança das lutas ali trilhadas. A primeira troca de nome foi para homenagem de Tancredo Neves, ele que nem era baiano. A segunda foi para Cardeal Brandão Vilela, católico que poucos conhecem. Quem são?

Durante a pesquisa tive contato com um livro – “A semente do Mulungu”, escrito por Gecildo Queiroz, que demonstra em um dos poemas a indignação de uma antiga moradora sobre

a mudança de nome do bairro, e complementa afirmando “Por isso quero que todos saibam / O bairro, a cidade, de norte a sul: / Sempre defenderei nossa semente / Sempre defenderei o Mulungu.” (Fortuna, 2020). A escolha de uma nomeação, embora pareça pouco relevante, incomoda a partir do momento que retira de cena a tradição e a história do bairro, enquanto a própria população nem percebe a mudança por já não conseguir oferecer resistência – minha mãe só descobriu que trocaram quando começou a ver um nome diferente na conta de energia.

Para além disso, no contexto sempre presente de luta por dignidade e por melhorias na vida urbana, a história da consolidação do bairro Mulungu fez parte da construção de minha memória afetiva e de minha formação ética e moral, e hoje reconheço a potência e a importância desses relatos para a manutenção da memória nunca contada e frequentemente apagada sobre a outra face do progresso gerado pela Chesf nas regiões inundadas para construção das usinas.

A falta de materiais documentais e do resguardo da lembrança de resistência do povo do Mulungu são gritantes, e urge que as narrativas sobre essa época de desenvolvimento da cidade de Paulo Afonso sejam mantidas enquanto os protagonistas dessa luta ainda têm forças para partilhar suas memórias. Como intrinsecamente ligada à minha área de formação acadêmica e profissional, vejo no estudo da Arquitetura e, em especial do Urbanismo, um lugar adequado para resguardar essas narrativas tão íntimas, utilizando de um levantamento histórico, cartográfico, fotográfico e artístico para contar o lado sensível da formação de um bairro, com o cuidado de usar como base de relato as memórias de pessoas queridas sobre histórias que ouvi desde minha infância.

Escrevo, então, de um ponto de vista muito pessoal. Mas sempre me afastando da ilha para enxergá-la em forma e substância. Me atrevo a escrever de perto por me entender parte de um ciclo que não espero que termine, e retomo Nego Bispo em sua fala: “Somos povos de trajetórias, não de teoria. Somos da circularidade: começo, meio e começo. As nossas vidas não têm fim. A geração avó é o começo, a geração mãe é o meio e a geração neta é o começo de novo.”¹ (Bispo, 2023, p 102). E eu, sendo filha de Joelma e neta de Lourdes e de Maria, sou começo quando escuto as minhas em suas histórias, quando guardo na memória as suas lembranças e quando sigo acreditando em suas resistências.

¹ Entende-se que como “geração avó” a geração de minha avó, a “geração mãe” como a de minha mãe e a “geração neta”, nesse caso, como a minha geração.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
2. ENTENDENDO CONTEXTOS – PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE COMPLEXIDADES URBANAS	28
2.1 (Des)envolvimento insustentável.....	28
2.2 Territorialidade, (des)territorialidade e outros conceitos	30
2.3 Memória coletiva: lembrar para resistir	34
2.4 Arte e vivência urbana.....	36
3. A CIDADE QUE RI E A CIDADE QUE CHORA, A CIDADE QUE PEDE E A CIDADE QUE NEGA:.....	41
3.1 Paulo Afonso: do chão de simplicidade à “redenção” do sertão.....	41
3.2 A Chesf e a segregação socioespacial.....	46
3.3 Bairro Mulungu: uma rebarba urbana	54
3.4 Protagonistas Urbanos e outras narrativas não oficiais	58
3.4.1 Alcides - Visão política e interna.....	63
3.4.2 Conceição - Visão Institucional e educação	65
3.4.3 Lourdes - Visão local e mobilização	67
4. VER É LEMBRAR: ECOS DO MULUNGU	73
4.1 Arte de rua e manifestações	73
4.1.1 Estudo de casos correlatos	73
4.1.2 O lambe.....	77
4.2 Curadoria.....	78
4.3 Percorso urbano: o circuito	85
4.3.1 Circuito 1: Antigo Mulungu	88
4.3.2. Circuito 2: Ilha de Paulo Afonso	91
4.4 Intervenção	94

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS	110
APÊNDICE A – RCLE e Termos de Autorização de Imagem e Depoimentos dos entrevistados	114
APÊNDICE B – ROTEIRO 1 DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE	121
APÊNDICE C - TRANSCRIÇÃO 1 DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE.....	122
APÊNDICE D - ROTEIRO 2 DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE.....	137
APÊNDICE E - TRANSCRIÇÃO 2 DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE	138
APÊNDICE F - ROTEIRO 3 DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE	154
APÊNDICE G - TRANSCRIÇÃO 3 DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE.....	156

1.

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a retomada de memória da população de um lugar e a arte urbana como forma de resistência. Sendo assim, se discute a consolidação da cidade de Paulo Afonso a partir da construção do Complexo Hidrelétrico pela empresa Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), entendendo os processos que cunharam o bairro Mulungu, traçando conceitos atrelados ao (des)envolvimento da cidade com base em diferentes relatos, retomando a memória local e esmiuçando a problemática da ambição por progresso no sertão baiano. A partir disso, pretende-se reconhecer a importância da memória coletiva como forma de resistência e propor uma retomada histórica por meio de intervenção artística na cidade.

Os processos de alteração do território e da paisagem da cidade de Paulo Afonso, localizada no sertão norte da Bahia, tiveram início em 1914 com a inauguração da, atualmente desativada, Usina de Angiquinho, um projeto pessoal de investimento privado de Delmiro Gouveia (Azevedo, 2011), com interesse na geração de energia para sustento de sua fábrica têxtil. Posteriormente, houve a chegada da Chesf, que viu na região de cachoeiras uma oportunidade de produção de riquezas. A companhia operou inicialmente em duas etapas: entre 1949 e 1950, com a construção da usina piloto de pequena produção iniciada em 1945, durante a Era Vargas; e a segunda entre 1954 e 1955, com a construção do complexo com cinco usinas operantes (Azevedo, 2011).

Para que fosse construída a barragem, que funciona como reservatório de águas do Rio São Francisco para controle das comportas das Usinas PA I, II, III e IV, foi necessária a realocação de comunidades tradicionais ribeirinhas e indígenas que habitavam a região posteriormente usada para o projeto da usina, além de pequenos proprietários, que viviam da agricultura, da pecuária e do extrativismo; e pescadores que foram impedidos de continuar suas atividades no entorno da Cachoeira de Paulo Afonso (Ferreira, 2019).

A região formada fora da ilha não recebeu previamente um projeto de reassentamento por parte da Chesf, que deveria se responsabilizar pelas pessoas expulsas de suas moradias, mas que se negou, durante anos, a fornecer um planejamento habitacional e urbano adequados. Com isso, a população começou a ocupar o espaço periférico à ilha, construindo barracos de lona e madeira para se abrigar após terem perdido suas casas, sendo obrigadas a viver em uma região sem nenhuma infraestrutura básica. Esse trecho do território passou a ser chamado de Mulungu, em alusão às árvores de mulungu que se espalhavam e enfeitavam a paisagem nativa da caatinga local, onde os barracos eram construídos em busca de sombra.

Após anos de construção das usinas e ainda sem um projeto adequado de habitação e realocação, surgem na história pauloafonsina, figuras importantes para o crescimento do Mulungu. Protagonistas urbanos² que tomaram as dores da população e se preocuparam em usar de seus privilégios ou em disponibilizar tempo para ações coletivas e de reivindicação.

Uma dessas figuras é Alcides Modesto³, que atuou como vigário por falta de um padre residente na Igreja São Francisco, a primeira igreja da cidade, construída pelos operários no início das obras do complexo hidrelétrico, usando rochas retiradas da escavação da barragem. Sua atuação como vigário, porém, tomou rumos distintos ao presenciar as negligências cometidas contra a população local, que estava ainda em processo de expulsão: “Já tive muita febre de chesfose, mas estou curado.”⁴.

A partir desse momento ele define seu lado como aliado do povo, se somando à resistência contra a Chesf. Desistiu da carreira sacerdotal e se casou com dona Conceição, com quem vive até hoje, sendo ela também uma figura importante para o desenvolvimento educacional na cidade devido ao seu papel como professora.

Outra protagonista urbana do panorama de reivindicações vivido na época é dona Lourdes Vilela, a minha avó materna. Nasceu em Itaíba, Pernambuco, e se mudou para Paulo Afonso com seu marido e seus filhos de criação em busca de melhores condições de vida. Atraídos pela promessa de progresso vendida pela Chesf e pela abundância de uma região às margens do Rio São Francisco, foram os primeiros moradores a se estruturarem na porção do bairro Mulungu posteriormente nomeada como Bairro Tancredo Neves III (BTN III), devido a dissociação do grande Mulungu em bairros menores.

A situação vivida no bairro era tão precária que inexistiam escolas, hospitais, postos de saúde e qualquer tipo de prestação de serviço para a comunidade alheia ao desenvolvimento da Chesf, que seguia prosperando algumas áreas do centro para resguardar o bem-estar da elite envolvida com o funcionamento da empresa. Enquanto isso, os trabalhadores operários e demais auxiliares ocupavam uma parcela territorial vizinha ao centro administrativo da empresa, mas limitada por um muro de pedras para manter a segregação social e de classe.

No Mulungu, o processo de obtenção de direitos e dignidade seguia lento. Até então, no bairro, os cuidados com a saúde pública da população eram remediados pela Farmácia dos

² Como me refiro a quem vivenciou os processos de formação do bairro de forma ativa e reivindicatória.

³ A identidade dos protagonistas referenciados será revelada ao longo do trabalho devido à intenção de retomada narrativa da temática. Além disso, devido a utilização de metodologia baseada em amostra, optou-se por essa transparência.

⁴ COELHO, Manoel Alcides Modesto. Relato resgatado em conversa pessoal com a autora.

Pobres. Já a educação, totalmente precarizada, se desenvolvia por meio de atividades de alfabetização promovidas pela igreja de forma independente, com trabalho de Movimentos Eclesiais de Base (CEBs) desenvolvidos pela Pastoral da Criança local.

Apesar da resistência, o processo de se adquirir direitos básicos foi gradual, e só tomou força após um episódio em que Alcides, ao presenciar a demolição de algumas casas situadas no centro da cidade – mais precisamente no bairro da Lagoa - afirmou: “A única coisa que posso fazer é sentar na soleira de uma das casas e esperar que o trator passe por cima de mim!”⁵.

A situação foi narrada no sermão de uma missa da Catedral Nossa Senhora de Fátima, em que um dos padres defendeu a comunidade das injustiças da Chesf, sendo escutado por Apolônio Sales, o presidente da companhia na época (Lima, 2017). Depois da missa, Apolônio reuniu os padres da paróquia, sendo eles Lourenço, Mário e Alcides; e logo após a reunião surge o primeiro planejamento para o bairro Mulungu, com o propósito de abrigar moradores dos bairros afetados⁶ pela desterritorialização, que foram forçados a sair de suas casas entre os anos de 1970 e 1973 (Lima, 2017)

Em 1973 foi o ano que várias pessoas se arrancharam embaixo das árvores enquanto as questões sobre as liberações dos terrenos eram resolvidas e as casas eram construídas para os que foram residir no Mulungu. Muitas [...] mulheres viram suas [...] parentas parirem debaixo das árvores, sem assistências médicas. Os pés de umbus e mulungus serviram de apoios para esses momentos tormentosos (Lima, 2017).

Mesmo após a visibilidade do caso pela Chesf, as mudanças se arrastaram por tempo suficiente para que surgisse uma organização coletiva que envolvia diferentes instâncias dentro da cidade: os moradores, os trabalhadores da companhia, uma parcela de fiéis aliados à Igreja Católica e grupos estudantis (Ferreira, 2019).

Posteriormente, com a conquista gradativa de direitos básicos, a resposta de resistência dessa população chega ao fim, encontrando-se agora esfacelada – chegou ao ponto em que conseguiram as reivindicações, mas não mantiveram o movimento para manutenção do que elas construíram de consciência comunitária. Tudo se esvaiu, entre sonhos, relatos e memórias.

A sede por progresso e por desenvolvimento acelerado sempre esteve presente no contexto de consolidação do capitalismo tardio brasileiro, sendo esse um modelo insustentável. De acordo com Ferreira (2019), foi com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, que a partir de

⁵ COELHO, Manoel Alcides Modesto. Relato retirado do livro “Paulo Afonso e a Vila Poty: a história não contada” (Lima, 2017, p.55).

⁶ São eles os antigos bairros da Lagoa, Riacho do Grito, Forno e Gangorra (Lima, 2017).

1930, o governo federal implementa uma política desenvolvimentista, determinado a investir em implantação e modernização da infraestrutura para possibilitar a industrialização do país.

Marcadas pelo grande incentivo à busca por formas de capitalizar recursos naturais, as ideias desenvolvimentistas utilizaram de ferramentas variadas para elevar cidades a ideais utópicos para poucos. Sem se importar com as minorias e com as populações que viviam nos espaços almejados, a segregação espacial e a desfiguração do cotidiano eram comuns, levando, por exemplo, ao alagamento de vastas áreas em diversas cidades do nordeste, como foi o caso das usinas de Xingó, Sobradinho e Itaparica. “Milhares de famílias foram expulsas de suas terras, escoraçadas pelo aparelho repressivo do estado autoritário implantado em 1964 e que perdurou até 1985” (Ferreira, 2019, p.72). A migração de populações e a reconstrução de cidades transformaram territórios em imagens borradas, locais que carregam memórias, mas que são apenas sombras do que foram um dia.

No livro "Verbolário da Caminhografia", Gustavo de Oliveira Nunes se utiliza da ideia de Deleuze⁷ para conceituar as ações envolvidas na criação de um território. Ele explica que "[...] um território está em relação com um movimento de desterritorialização e um esforço para se reterritorializar em outro lugar" (Nunes, 2024, p.299). Em Paulo Afonso, essa ação cíclica se concretizou. Comunidades instaladas na região identificada como útil para construção de usinas e da cidade Chesf perderam seu território para dar lugar ao canal e à usina (Lima, 2017) - foram, portanto, desterritorializados, e forçados a se reterritorializar em uma terra que nada tinham a ver. A criação do bairro Mulungu, então, se deu de forma não espontânea, e envolveu a concretização de um ciclo lógico, porém violento.

Dentro dessa problemática complexa, as controvérsias⁸ permitem a existência de múltiplas perspectivas sobre o que aconteceu, sendo que nem sempre a história que se perpetua como “oficial” traduz o ponto de vista das classes ditas subalternas. Sendo assim, uma das questões identificadas é uma falha na narrativa, com a ocultação histórica de perspectivas que vão contra o pensamento positivo ao progresso absoluto trazido pelas usinas à cidade, atestado pela ausência massiva de materiais que apresentem também as problemáticas da implantação.

Além disso, são poucos os registros que dedicam trechos consideráveis para narrar a formação do bairro Mulungu, o que evidencia o apagamento sofrido pelas camadas vulneráveis

⁷ Gilles Deleuze (1925–1995) foi um filósofo francês que desenvolveu uma abordagem experimental da filosofia, caracterizada pela crítica à tradição e pela parceria com Félix Guattari. Sua trajetória foi influenciada por pensadores como Nietzsche, Espinosa e Bergson. Para mais detalhes, ver *Razão Inadequada* (2025).

⁸ “A noção de controvérsia trazida por Montero (2012) é expressada de maneira que nos apresenta um vislumbre da intersecção de vivências e influências presente na construção dos discursos de indivíduos e organizações, proporcionando a eles espaços, narrativas e a formação da sua visibilidade dentro do espaço público.” (Lima; Rodrigues, 2024)

no contexto da consolidação da cidade. Com a perda narrativa, as lembranças individuais se esvaem e a memória comum se enfraquece, assim como a resistência, que perde o sentido quando sai do contexto coletivo.

Identifica-se, então, que o **problema** que permeia o tema se volta para a narrativa histórica e a espoliação da memória coletiva, sendo necessário construir, dentro da pesquisa histórica, elementos que fundamentem o desenvolvimento de uma estratégia de intervenção adequada à dinâmica urbana e que incentive a retomada da memória local.

Nas últimas décadas, com a influência de correntes conceituais contemporâneas, emergem representações artísticas que dissolvem os limites entre vida e arte, deslocando o fazer estético para o campo da experiência cotidiana. Essas propostas não apenas desestabilizam os limites tradicionais da arte, mas também operam como instrumentos críticos que interrogam o modo como os sujeitos se relacionam com a paisagem e com o próprio território (Tavares, 2009). Sendo assim, no contexto de desenvolvimento capitalista, a produção de arte de rua se mostra fundamental, já que essa é uma forma de não se submeter às lógicas dominantes estabelecida no meio urbano – a arte está presente nas cidades ainda que não seja prevista pelo estado e pela organização urbana (Rink; Vasques-Menezes; Mettrau, 2018).

Ademais, o fazer artístico no espaço urbano se interrelaciona com uma questão micropolítica⁹, onde o espaço deixa de ser mero suporte e passa a ser campo de disputa de sentidos e afetos individuais. A partir disso, processos de singularização das experiências podem ser formas de resistência aos modos hegemônicos de subjetivação — justamente aquilo que se expressa na arte urbana, nas vivências minoritárias e em outros modos de vida que escapam à padronização dominante (Guattari e Rolnik, 1996).

Esse pensamento, atrelado a ideia de Halbwachs¹⁰ trazida por Ecléa Bosi no livro “Memória e sociedade: lembranças de velhos” onde afirma que a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva (Bosi, 2023), nos faz entender a importância do estímulo para despertar, coletivamente, memórias individuais construídas em um mesmo contexto grupal, como indicado no trecho:

As lembranças grupais se apoiam umas nas outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. Se por acaso esquecemos, não basta que os outros testemunhem o que vivemos. É preciso mais: é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência. (Bosi, 2023, p.430)

⁹ A questão micropolítica diz respeito à forma que reproduzimos (ou não) os modos de subjetividade dominante, sendo uma análise das formações do desejo no campo social (Guattari e Rolnik, 1996).

¹⁰ Maurice Halbwachs – sociólogo francês de corrente durkheimiana.

Dessa forma, para resgatar coletivamente as lembranças de um passado imerso em memórias individualizadas, a arte urbana contemporânea se mostra uma ferramenta acessível e democrática, uma vez que possui a capacidade de estimular, dentro da subjetividade dos sujeitos, suas interrelações com o contexto do lugar que ocupam. Essa pesquisa, de nome “Ecos do Mulungu¹¹”, propõe então que os ecos são os resquícios pessoais de experiências reclusas e às vezes pouco faladas, mas que ressoam na memória dos que viveram o (des)envolvimento do bairro Mulungu ao serem lembrados do contexto social da época.

Aqui, o conceito “(des)envolvimento” é trazido em alusão ao termo apresentado por Nêgo Bispo para afirmar que os processos de desenvolvimento tradicionalmente almejados são apenas variantes da cosmofofia¹², sendo que palavra boa deve ser “envolvimento”. Utilizado de forma crítica, “(des)envolvimento” aqui busca criticar a ambição por avanços econômicos e afirmar que, no contexto de formação do bairro Mulungu, existiu envolvimento popular para que o espaço passasse a ser um lugar digno para vivência coletiva.

Assim, questiona-se, portanto: um circuito artístico poderá despertar a curiosidade da população local a saber mais sobre os agentes catalisadores do (des)envolvimento urbano da época e rememorar sua resistência histórica?

Nesse contexto, é evidente que a escuta de relatos orais proferidos pelos protagonistas urbanos do bairro Mulungu se configura como forma de salvaguardar¹³ a memória local, e, por isso, o presente trabalho se **justifica** pelo reconhecimento da ausência de perspectivas populares nas narrativas recorrentes e propõe a construção de uma outra narrativa válida para a história urbana local. Assim, salienta-se que lembrar é resistir em uma sociedade que aguarda o esquecimento para usar das mesmas ferramentas para ferir quem já está machucado, sendo a memória uma forma de proteção contra as atrocidades hegemônicas e a opressão econômica contra os menos favorecidos.

Além disso, a ligação dos movimentos sociais com as ações de desenvolvimento urbano na região se mostrou muito palpável com as conquistas concretizadas ao longo do período de reivindicações. Isso demonstra a forte ligação entre as diferentes formas de organização social

¹¹ A palavra mulungu vem do tupi *mussungú* ou *muzungú* e do africano *mulungu*, o que significa "pandeiro" e pode estar relacionado ao som emitido pela batida em seu tronco oco (Carvalho, 2008) – vindo do próprio significado da palavra a ideia de eco como um ressoar, em alusão ao som de seu tronco.

¹² A cosmofofia é definida por Nêgo Bispo em seu livro “A terra dá, a terra quer” como sendo um estado de aversão e desconexão com a natureza, a partir da sensação de não pertencimento dessa como parte indissociável dos seres humanos. Bispo também relaciona a existência da cosmofofia com a estrutura social colonial e com o sistema econômico capitalista vigente.

¹³ “A salvaguarda considera os modos de vida e representações de mundo de coletividades humanas e o princípio do relativismo cultural de respeito às diferentes configurações culturais e aos valores e referências, que devem ser compreendidos a partir de seus contextos” (Brasil, 2022).

e as modificações vistas nas relações sociais e políticas (Kauchakje, 2007), sendo esse um ponto importante a ser discutido e retomado, uma vez que representa o cerne da vida urbana. No contexto pauloafonsino, foi no fim da década de 1970 que surgiram as oposições, desarticuladas devido à ação da ditadura (Ferreira, 2019), mas que se constituíram dentro do movimento operário e do movimento estudantil em busca de melhores condições na cidade.

É importante reconhecer, também, que o recorte da população com quem se conversa para saber sobre a época é majoritariamente idoso, evidenciando ainda mais a urgência da temática – é necessário que suas histórias sejam ouvidas enquanto os protagonistas dessa luta ainda têm forças para partilhar suas memórias.

Com isso, aponta-se a relação indissociável de arte urbana e direito à cidade e às vivências individuais e coletivas, interpretando a arte como um dos veículos de transformação e retomada e como forma de reavivar as imagens borradas que ressoam nos sujeitos e em sua singularidade, uma vez que a singularização frustra os mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos (Guattari & Rolnik, 1996). A arte, na perspectiva de Bispo (2024) é conversa das almas – vai do indivíduo para o comunitarismo, já que é compartilhada. E não há contexto melhor para sua aplicação social e democrática que os muros da cidade.

Sendo assim, o **objetivo geral** desta pesquisa é retomar a memória local presente no contexto do (des)envolvimento do bairro Mulungu por meio da arte urbana.

Para além disso, como **objetivos específicos**, tem-se:

- Explorar as relações entre arte, vivência urbana e memória coletiva;
- Apresentar conceitos sobre desterritorialidade e (des)envolvimento urbano presentes no contexto do bairro Mulungu;
- Analisar os impactos socioambientais exercidos na cidade de Paulo Afonso/BA e na formação forçada do bairro Mulungu;
- Compreender os agentes envolvidos na reivindicação por direito à cidade, seus eixos de atuação e o esquecimento pós conquistas;
- Elaboração de estratégia de retomada da memória;

Para atender os objetivos propostos, serão utilizados os seguintes **procedimentos metodológicos**:

1. Revisão bibliográfica sobre conceitos pertinentes;
2. Pesquisa documental e bibliográfica sobre o histórico da cidade de Paulo Afonso e os recortes sobre a formação do bairro Mulungu;
3. Análise e desenvolvimento de mapas para compreensão do território e suas modificações;
4. Coleta e interpretação de relatos de pessoas que viveram o processo;
5. Estudar a forma de expressão dos agentes e sua transformação em linguagem para luta urbana;
6. Casos correlatos sobre arte urbana;
7. Identificação de pontos atrativos na cidade para aplicação da intervenção;
8. Implementar circuito artístico na cidade

Para melhor compreensão da relação entre os objetivos específicos e os procedimentos metodológicos, foi elaborado um quadro síntese, que está indicado na Figura 1, logo abaixo:

Figura 1: Quadro síntese contendo objetivos específicos e o procedimento metodológico correspondente.

QUADRO SÍNTESE DE OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	
EXPLORAR AS RELAÇÕES ENTRE ARTE, VIVÊNCIA URBANA E MEMÓRIA COLETIVA;	APRESENTAR CONCEITOS SOBRE DESTERRITORIALIDADE E (DES)ENVOLVIMENTO URBANO PRESENTES NO CONTEXTO DO BAIRRO MULUNGU;
	1. Revisão bibliográfica sobre conceitos pertinentes;
ANALISAR OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EXERCIDOS NA CIDADE DE PAULO AFONSO/BA E NA FORMAÇÃO FORÇADA DO BAIRRO MULUNGU;	
	2. Pesquisa documental e bibliográfica sobre o histórico da cidade de Paulo Afonso e os recortes sobre a formação do bairro Mulungu;
	3. Análise e desenvolvimento de mapas para compreensão do território e suas modificações;
COMPREENDER OS AGENTES ENVOLVIDOS NA REIVINDICAÇÃO POR DIREITO À CIDADE, SEUS EIXOS DE ATUAÇÃO E O ESQUECIMENTO PÓS CONQUISTAS	
	4. Coleta e interpretação de relatos de pessoas que viveram o processo;
	5. Estudar a forma de expressão dos agentes e sua transformação em linguagem para luta urbana;
ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIA DE RETOMADA DA MEMÓRIA	
	6. Casos correlatos sobre arte urbana;
	7. Identificação de pontos atrativos na cidade para aplicação da intervenção;
	8. Implementar circuito artístico na cidade.
LEGENDA  Objetivos  Procedimentos metodológicos	

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Assim, os **resultados esperados** para a pesquisa são o registro de relatos sobre a formação e consolidação do bairro Mulungu como forma de resguardar a narrativa urbana não contada e a implementação de um circuito artístico que incentive a retomada da memória coletiva local para dar visibilidade a esses relatos.

O trabalho está estruturado em quatro sessões. A primeira sessão diz respeito à introdução. Já a segunda sessão será o referencial teórico, onde são apresentados os conceitos que fundamentam a pesquisa. Inicia-se com uma crítica ao desenvolvimento insustentável, questionando modelos de crescimento urbano que aprofundam desigualdades e exclusões. Em seguida, são discutidos os conceitos de territorialidade, explorando as relações simbólicas e políticas que os sujeitos estabelecem com o espaço. Também é abordada a memória coletiva como ferramenta de resistência, especialmente em contextos de apagamento histórico e social. Por fim, encerra com uma reflexão sobre arte e vivência urbana, destacando como a arte se insere no cotidiano e provoca experiências sensíveis nos espaços urbanos.

A terceira sessão é intitulada “A cidade que ri e a cidade que chora, a cidade que pede e a cidade que nega”, onde vai haver um aprofundamento no contexto da época. Inicialmente, apresenta-se um panorama histórico de Paulo Afonso, marcada por promessas de progresso. Em seguida, se discute o papel da Chesf na organização desigual do espaço urbano. O bairro Mulungu é então trazido como uma rebarba urbana — território marginalizado, mas carregado de resistência. Essa parte se encerra com a valorização de protagonistas urbanos e de narrativas não oficiais, que constroem outras formas de contar a cidade.

A quarta e última sessão, intitulada “Ver é lembrar: Ecos do Mulungu”, apresenta a dimensão prática da pesquisa, com proposição de intervenção artística. São analisadas manifestações artísticas como formas de denúncia, memória e pertencimento; abrindo espaço para a análise de casos correlatos de arte como intervenção e para o aprofundamento da estratégia escolhida. Em seguida, discute-se o processo curatorial, com os critérios utilizados para o desenvolvimento das intervenções. O circuito é proposto com a conectividade dos pontos de intervenção e, por fim, são detalhadas as intervenções a serem realizadas, evidenciando que arte pode ativar memórias e provocar novas formas de olhar para o território.

2 - ENTENDENDO CONTEXTOS - PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE COMPLEXIDADES URBANAS

2. ENTENDENDO CONTEXTOS – PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE COMPLEXIDADES URBANAS

Inicialmente, para uma melhor compreensão do processo que culminou o surgimento do Bairro Mulungu, propõe-se que sejam discutidos conceitos atrelados aos eixos do desenvolvimento, territorialidade, memória e arte. Entende-se que, ao se compreender o contexto econômico vigente na época, é possível perceber o que pode ter influenciado as tomadas de decisão que resultaram no processo de desterritorialização sofrido pelas populações no território de Paulo Afonso.

Consequentemente, com a ideia de que a lembrança é essencial para a proteção coletiva contra as opressões sistêmicas, principalmente quando se trata de perda ou alteração territorial, associa-se que a arte – em especial a arte de rua – seja uma ferramenta importante para a manutenção da memória coletiva, devido ao seu caráter democrático.

A seguir, serão discutidos os principais conceitos que fundamentam a pesquisa, a começar pelo Desenvolvimento Insustentável.

2.1 (Des)envolvimento insustentável

Para iniciar a compreensão do que se pode entender por (des)envolvimento insustentável, é importante definir o uso da palavra desenvolvimento. Amparado pela concepção de Nego Bispo de que “[...] o desenvolvimento desconecta, que o desenvolvimento é uma variante da cosmofofia. [...] Porque palavra boa é envolvimento” (Bispo, 2023, p 14), delimita-se que será tratado como substantivo principal o termo “(des)envolvimento” como sendo um conjunto de todas as práticas descritas que sejam guiadas por uma visão ambiciosa e aproveitadora da paisagem, dos recursos naturais ou das relações humanas.

Em concordância com a escolha do termo, utiliza-se o adjetivo “insustentável” para caracterizar que o desenvolvimento, nesses casos, não se sustenta, ou seja, não se mantém constante ou autossuficiente. Para além disso, insustentável também pode ser usado para definir aquilo que culmina em prejuízos ambientais, econômicos ou sociais, fechando, assim, a escolha da expressão. Em paralelo a isso, retomando Bispo (2023) com sua fala de que termo melhor é “envolvimento”, salienta-se que serão assim referidos os processos que envolvem uma expansão saudável e orgânica do bairro, considerando boas relações interpessoais e acordos mútuos de como se proceder frente aos problemas.

Como contextualização do momento vivido na época, tem-se como base o livro “Razão à crítica dualista – o ornitorrinco” de Francisco de Oliveira. Retoma-se, então, o período iniciado na década de 1930 com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, onde, como resultado da Revolução de 1930, existiu a passagem de uma economia agroexportadora para um sistema produtivo de base urbano-industrial no Estado brasileiro (Oliveira, 2015).

Inicia-se, então, uma fase desenvolvimentista na economia brasileira. Nesse período houve um grande incentivo à modernização das atividades industriais com subsídios tecnológicos, bem como o fomento de projetos pioneiros com potencial de aproveitamento de recursos naturais para fins diversos. A ganância era tanta que ultrapassava os limites da própria natureza, dos territórios e até das dinâmicas vividas pelas pessoas nos locais almejados. A intenção era pavimentar as condições institucionais propícias para expandir atividades inclusas no mercado interno e implementar uma nova forma de acumulação de capital (Oliveira, 2015), com a justificativa de levar o progresso redentor aos lugares desamparados.

Nesse contexto, é importante destacar, também, que:

A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e é assumida pelo discurso hegemônico como sinônimo do progresso trazido pela globalização. Mas esse progresso, discurso dominante das elites globais, traz também consigo exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais. (Duras, 2007, p.73)

Assim, Duras¹⁴ (2007) aponta que a associação do consenso neoliberal, junto ao fluxo de capital e a nova estrutura produtiva que utilizava de arcabouços tecnológicos, contribuiu para que fosse efetivada a expansão da lógica capitalista e, não obstante, do que se entendia de ciência e do que eram os avanços econômicos. Esse fluxo, porém, não é novo: a cobiça pelo progresso tem raízes na ordem capitalista colonial, e faz vermelho o solo com o sangue derramado em meio ao processo – seja de maneira simbólica ou literal – sendo essa a desordem do progresso (Porto-Gonçalves, 2020).

Em paralelo a esse processo, a região nordeste, vista como uma dificuldade para o processo de industrialização devido à disparidade econômica e especificidades climáticas, passou a receber um planejamento político de (des)envolvimento, com a intenção de amenizar os impactos da seca por meio da expansão energética local (Guida; Trevisan, 2024).

Esses megaprojetos organizados pelo estado implicavam na implementação de mudanças nas paisagens naturais e nas dinâmicas de vida de milhares de famílias, envoltos de

¹⁴ Este ensaio sintetiza os temas principais do mais recente livro de Gilberto Duras, O mito do progresso, publicado em 2006 pela Editora da Unesp.

objetivos hegemônicos e hierárquicos que buscavam minimizar o processo de pobreza contínua que assola muitos locais, mas sem interferir no real problema – o sistema econômico vigente.

No livro “Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado”, Parry Scott (2009) apresenta as mudanças implementadas como um tipo de violência administrativa, uma vez que envolviam muitas promessas por melhorias de vida em uma perspectiva otimista-(des)envolvimentista que lotava de expectativas as comunidades e, no decorrer do processo, retiravam o que essas já possuíam renegavam o básico prometido.

Scott (2009) também critica a mudança de discurso adotada pelos empreendimentos ao transformar as “vítimas” em “beneficiadas”, em uma tentativa de apresentar uma narrativa menos impactante para a imagem das corporações, mas que não escondia o descaso planejado¹⁵ dos projetos governamentais da época – o que corrobora com a ideia de violência administrativa.

Nesse sentido, ao falar sobre os impactos da mineração no livro “Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade”, Horacio Machado Aráoz (2020) discorre sobre como apenas alguns casos de desastre ou intercorrências ganham atenção pública, enquanto outros permanecem restritos às comunidades afetadas ou a meios de informatização alternativos e de alcance baixo, fazendo com que as informações sejam abafadas e nada seja feito sobre a situação.

Para tanto, entende-se então a importância de compreender as dinâmicas territoriais e os processos que envolvem a relação territorializar – (des)territorialidade – reterritorialização, buscando sempre o ponto de vista dos vulnerabilizados, uma vez que “É necessário desconstruir a historiografia dos vencedores e empreender a tarefa de ler a história ao contrário”, como apontado por Aráoz (2020). No próximo capítulo, então, serão desenvolvidas essas ideias.

2.2 Territorialidade, (des)territorialidade e outros conceitos

Para entender os conceitos que se correlacionam é importante associar, primeiramente, que as ações que os permeiam são cíclicas e continuadas. Ou seja, uma ação depende da outra para que faça sentido em conceito e em essência. Dessa forma, busco explicar o território como

¹⁵ “Descaso planejado” é o termo trazido por Scott (2009) para descrever a sensação de abandono vivida por agricultores diante de grandes projetos de (des)envolvimento, que frequentemente os prejudicam. O termo revela ambiguidades e conflitos entre agentes sociais com interesses opostos, onde os mais vulneráveis acabam sendo os mais afetados.

aspecto fundador para a territorialidade; a desterritorialização como contraponto, representando a perda do território e, consequentemente, da territorialidade — ocasionada por diferentes questões, especialmente pelo movimento do capital; e reterritorializar como uma necessidade que surge após o processo de desterritorialização.

As perspectivas que se pode abordar sobre essas conceituações são variadas e interdisciplinares. Cabem à geografia, ao urbanismo e até à psicologia. Nesse sentido, busco apoio em diferentes autores e campos do conhecimento para construir uma abordagem mais ampla e crítica. A geografia auxilia nas compreensões físicas e espaciais dos territórios para entender as suas dinâmicas; já o urbanismo oferece arcabouço para analisar as transformações materiais e sociais do espaço urbano; e a psicologia permite refletir sobre os vínculos subjetivos que os indivíduos estabelecem com os lugares que vivem ou frequentam. Essa articulação entre campos propicia uma leitura mais aprofundada dos processos que envolvem os territórios, principalmente em contexto de desigualdade socioespacial e dinâmica de exclusão.

Inicialmente, para compreender o território, trago um trecho do pensamento de Rogério Haesbaert¹⁶, com uma definição inicial:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo — especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no 'territorium' são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva 'apropriação' (Haesbaert, 2004, p.01)

Nesse sentido, podemos compreender que território não se define puramente como uma delimitação geográfica, mas sim como um espaço de disputa dotado de controvérsias e complexidades. Se configura com base em relações de poder que se estabelecem entre os indivíduos sobre pedaços de terra em questão, podendo ser mantidos materialmente pela dominação ou simbolicamente pela apropriação (Haesbaert, 2004) — dessa forma, a função do território abrange perspectivas funcionais e simbólicas.

Em “O Papel Ativo da Geografia: o manifesto”¹⁷, também conhecido como o manifesto da capa amarela, Milton Santos, com apoio de outros docentes, traduz reflexões sobre o papel

¹⁶ Rogério Haesbaert da costa é professor titular da UFF, referência em Geografia Humana e Política. Doutor pela USP, pós-doc. na Open University com Doreen Massey. Autor de obras sobre território, desterritorialização e abordagens descoloniais. Ganhou prêmios, como o Milton Santos (2023). Fonte: Currículo Lattes – <http://lattes.cnpq.br/0658808096920254>.

¹⁷ Manifesto produzido após um ciclo de debate sobre o papel da geografia proferido no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Foi um dos

da geografia e, particularmente, dos geógrafos em analisar a realidade da sociedade com base em sua dinâmica territorial. Ele também fala sobre o que se pode entender como território, e para isso, utiliza-se de compreensões que podem ser sintetizadas em dois termos: “território usado” e “território abrigo”. O “território usado” é aquele que está à disposição de atores sociais hegemônicos¹⁸, sendo, basicamente, um recurso que garante o triunfo de seus interesses próprios, que geralmente estão interligados com ambições sistemáticas, especialmente em uma ordem capitalista – nesse contexto, a terra está subordinada a adaptações e inserções de elementos exógenos ao lugar, o que contribui com “[...] a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território” (Santos, et al, 2000, p. 12).

Concomitantemente, os que possuem o território como abrigo são os atores hegemonzados, ou seja, aqueles submetidos às ações hegemônicas de outros – e são eles que estão “[...] buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares” (Santos, et al, 2000, p. 12). Nesse sentido, é a partir da visão de território como elemento simbólico e social que se destrincha este estudo, sendo importante para compreender o espaço como substância da união coletiva e da morada particular.

Para além disso, tem-se então o conceito de territorializar. Gustavo de Oliveira Nunes, em “O Verbolário da Caminhografia”, afirma que territorializar é criar um território – e busca em Deleuze a explicação de território como “modo de vida, um espaço subjetivo e que é afetado por um número limitado de signos.” (Nunes, 2024, p.298). Seguindo esse pensamento, se territorializar seria se estabelecer em um lugar e desenvolver nele seu modo de vida, suas subjetividades e estar sujeito às imposições hegemônicas do território usado, transformando-o em território abrigo por quem nele se assenta. Em quesitos práticos, seria encontrar em um espaço qualquer um lugar de morada, para se fixar sozinho ou com os seus e desenvolver sua história e seu espírito – ter abrigo, descanso, guardar insumos e se relacionar com quem esteja por perto.

Porém, para que alguém precise do movimento de se territorializar em um lugar, ela precisa, então, ter se desvinculado de outro. Veja: até quando nascemos, ao nos percebermos parte de um lar, em uma casa com nossos pais ou familiares, passamos por um processo de

mais importantes debates de Milton, e um de seus últimos – nele, era denunciada a “preguiça epistemológica” presente no departamento, por parte, principalmente, do próprio corpo docente. O debate pode ser acessado em: <https://youtu.be/xpM6M08rI3E?si=nSJmRaaaHk-RR-Id>

¹⁸ Que reproduzem ações de hegemonia.

mudança de espaços – deixamos de estar no útero de quem nos gerou para ocupar a vida externa. Ou seja, desde que existimos, passamos pelo processo de territorialidade – desterritorialização – reterritorializar.

A ideia cíclica da territorialidade provém, também, de Deleuze e Guattari¹⁹. Em seu livro “Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia”, apresentam variadas significações para o processo de desterritorialização e, entre eles, associam os códigos e decodificações com os processos territoriais – ao afirmar que um código pode ser um elemento de desterritorialização (Deleuze, Guattari, 1995), pode-se entender então que este tem a capacidade de romper com uma dinâmica territorial anterior.

Ao mesmo tempo, o processo de reterritorialização pode ser, então, a decodificação de uma nova possibilidade simbólica e espacial, associando sempre essa causa a populações que, ao passarem juntas por certos processos, se codificam, se decodificam e, conseqüentemente, se comunicam e se amalgamam nos meios em que estão submetidas (Deleuze, Guattari, 1995).

Nesse sentido, enquanto Deleuze e Guattari abordam a desterritorialização imersa em um contexto de fluxo e reconfiguração, Milton Santos, no livro “O Espaço do Cidadão”, aproxima a conceituação da realidade palpável de populações e comunidades afetadas pela hegemonia social e pelos tentáculos sistema capitalista ao afirmar que “Desterritorialização é frequentemente uma outra palavra para significar alienação, estranhamento, que são, também, desculturização.” (Santos, 2007, p.82).

A mudança, então, nem sempre retoma sentimentos e sensações positivas – pelo contrário, muitas vezes faz parte de um processo que, em algum nível, é violento com quem sofre. A mudança de rotina, a previsibilidade dos costumes, os laços e relações simbólicas com o espaço e com outros indivíduos fazem com que o câmbio e a reestruturação sejam desgastantes, mesmo que seja essa a condição imposta para muitos por motivações espaciais naturais ou sintéticas, geradas por interesses particulares e disfarçados.

Logo, uma alteração territorial que não se banha no diálogo ou, minimamente no acordo e na compensação, pode se mostrar como uma violência cometida aos sujeitos – assim, a memória coletiva surge como instrumento de resistência e base para reivindicações, e a seguir será discutido sobre essa potencialidade

¹⁹ Pierre-Félix Guattari (1930–1992) foi filósofo, psicanalista e militante político. Reconhecido por seus conhecimentos sobre psicose, também foi engajado com movimentos de esquerda e de causas sociais. Desenvolveu uma boa parceria com Gilles Deleuze, com quem escreveu livros. Fonte: Razão Inadequada (2025).

2.3 Memória coletiva: lembrar para resistir

“O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é, segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (Bosi, 2023, p.57). Com esse trecho, e ao remontar as ideias de Halbwachs, Ecléa Bosi nos mostra um conceito específico de memória: o de lembrar como exercício ativo.

É preciso revisitar o que já ocorreu para que as coisas sigam fazendo sentido, para que a coerência das ações ou as imprudências das decisões corroborem para a linearidade dos acontecimentos e da vida, e para que exista, ou não, uma compatibilidade ou criticidade sobre essas situações dentro do ponto de vista de quem se é no presente. Digo, repensamos situações passadas com sensação de orgulho, de nostalgia, de raiva, de tristeza..., mas quando revisitamos esses lugares na memória, carregamos conosco uma carga interpretativa advinda da experiência de já ter passado pela situação e de ter vislumbrado as formas com que ela se propagou, fazendo com que esse processo seja, na verdade, uma reinterpretação.

A experiência de já ter vivido determinadas situações, por vezes iguais, e possivelmente com despachos distintos, corrobora com a carga de conhecimento característica dos mais velhos. Os anciões, ou seja, as pessoas mais velhas, carregam consigo uma expertise específica frente aos acontecimentos: a vivência. Ecléa (2023) pontua que, ao lembrar do passado, a consciência de ter suportado certas situações e a compreensão ampla de mundo evoca no ancião uma felicidade única, e que, ao ter atenção voltada para suas histórias, sua vida ganha finalidade.

Nesse exercício, é exigido que o indivíduo enfrente figuras já vencidas, situações resolvidas e incômodos superados, não sendo, porém, uma carga necessariamente negativa, uma vez que “[...] o ancião não sonha quando rememora: desempenha uma função para a qual está maduro, a religiosa função de unir o começo e o fim, de tranquilizar as águas revoltas do presente alargando suas margens.” (Bosi, 2023, p.85). Esse pensamento nos faz entender a magia que cerca as memórias dos velhos – não passa de uma compreensão bem formada dos pensamentos e uma capacidade sintética de entender os processos e resultados em sua integridade, caracterizando-os (os mais velhos) como guardiões do passado.

Porém, ao lidar com lembranças de velhos, especificamente, devemos entendê-los de forma contextualizada com a sociedade, uma vez que a velhice é uma categoria social (Bosi, 2023). A grande questão que permeia essa categoria, se interliga, na verdade, com aspectos que

perpassam a vivência e a interpretação simplória das relações humanas: a questão da velhice, dentro do sistema atual, é uma questão econômica, que pode ser interpretada seguindo o pensamento abaixo:

Que é, pois, ser velho na sociedade capitalista? É sobreviver. Sem projeto, impedido de lembrar e de ensinar, sofrendo as adversidades de um corpo que se desagrega à medida que a memória vai-se tornando cada vez mais viva, a velhice, que não existe para si mas somente para o outro. E este outro é um opressor. (Bosi, 2023, Apresentação, p.19)

Nesse contexto, cabe a nós, enquanto seres sociais e coletivos, exercitar nossa compreensão e empatia com os mais velhos, entendendo a vulnerabilidade imposta e os limites naturais a que são submetidos – mesmo que reconheçamos que a idade avançada não garante virtude, nem transforma uma pessoa em exemplo de conduta. Há idosos que, como qualquer indivíduo, carregam traços de intolerância, rigidez ou mesmo comportamentos nocivos. A negligência, porém, não deve ser justificada, uma vez que o respeito integral é um ato ético que transcende o julgamento e reafirma nosso compromisso com a humanidade.

Além disso, distintas são as formas de se realizar o exercício da memória. Existe a memória coletiva, desenvolvida, muitas vezes, ao escutarmos os mais velhos ou a partir de outros laços familiares, profissionais e até escolares (Bosi, 2023) – a prática de se lembrar com o outro se unifica e se corrige, devido às diferentes perspectivas, sendo motivo de acertos ou confusões. A verdade é que: “Por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum (Bosi, 2023, p.427)”, ou seja, mesmo com a importância das especificidades presentes na manutenção das lembranças, é a memória individual que sustenta essa possibilidade. Já a forma de se despertar essas memórias varia, podendo vir à tona até como gatilho, de forma involuntária.

Deleuze, em “Francis Bacon: Lógica da Sensação” (1981), cita John Russel²⁰ e Proust²¹ ao abordar a memória involuntária, destacando a forma com que Proust compreende essa experiência específica. Segundo ele, a memória involuntária unia duas sensações que existiam, mesmo que em níveis diferentes, em um mesmo corpo ao ser desperta: a sensação passada e a sensação presente. A partir disso, as sensações se emaranhavam em uma luta de entendimentos que, ao final, não era ganha por nenhuma delas, mas sim por uma figura que surgia da união de ambas; ainda que houvesse distinção entre os dois sentimentos.

²⁰ Crítico de arte americano.

²¹ Valentin Louis Georges Eugène Marcel Proust (1871 – 1922) foi um escritor francês, conhecido pelo livro “Em Busca do Tempo Perdido”. Fonte: Editora Nova Fronteira (2025).

Segundo Deleuze (1981), ao falar sobre a conjunção de sensações, Proust diz que nem sempre o que surgiria seria uma memória – no caso das artes e da música, por exemplo, o que ressoa pode ser apenas um abraço de sensações, uma vibração que não remete necessariamente ao passado, mas que existe por si, em sua pura intensidade. Acrescento, porém, que o abraço pode levar à novas confluências, mas que tem também o poder de revisitar o que já foi. Essa experiência – em que a sensação transcende o tempo linear – resgata o passado e, em meio ao conflito interno, apresenta uma nova visão nostálgica que une as sensações já vividas com uma postura de superação, o que gera efeitos muito particulares à cada vivência.

A arte, nesse contexto, se mostra como instrumento de retomada: é um elemento que desperta no ser suas lutas internas, suas certezas e suas inconsistências, postas, por vezes, de forma inesperada – a visão de uma fotografia antiga em uma exposição, uma música que te lembra alguém, a pintura de uma paisagem que parece familiar; são experiências que podem despertar um momento em que a busca por semelhanças particulares revisita lugares distantes na memória de cada um. São capazes de entrelaçar as boas lembranças ou de despertar, novamente, os desgostos vividos.

Destarte, lembrar não é puramente revisitar o passado, o que um dia foi, mas também reparar o que pode vir a ser. É na memória, então, que se tece a resistência. Ao buscar não repetir situações ou acontecimentos nocivos que nos tenham acontecido, somos resistência, pois reconhecemos apagamentos, pleiteamos injustiças e nos prevenimos de repetir o mesmo erro uma segunda vez. Quando reconhecemos o lugar da memória enquanto espaço de luta, damos voz aos mais velhos, fortalecemos os nossos vínculos com nós mesmos e uns com os outros, além de reestabelecemos um compromisso social com a transformação. Lembrar, no fim das contas, é resistir, uma vez que escolher não esquecer é uma forma de reivindicar a dignidade que se merece.

E se lembrar é resistir, aponta-se então que a arte urbana pode se configurar como matriz dessa memória. Ao ocupar o espaço público, torna-se força motriz da reconstrução coletiva – essa interrelação será trazida, então, no próximo tópico.

2.4 Arte e vivência urbana

Nesta parte do referencial teórico será abordada a potencialidade da arte como ferramenta comunicativa de fácil acesso e grande alcance, com a intenção de percebê-la como catalisadora de percepções individuais que corroborem com a retomada de memórias coletivas.

A arte, em sua dimensão ampla, vai além da forma e da técnica, sendo também linguagem, presença e manifestação. Ela se desenha nos vazios, disfarça os ruídos, intervém no cotidiano e ocupa desprestigiada a mente de quem a vê. Deslocando-se de definições convencionais, a arte que se insere no contexto urbano convida os sujeitos a interpretar a cidade com outros olhos, reconfigurando as intenções puramente estéticas e inserindo complexidade e porosidade ao que se interpreta como representação artística.

Segundo Zalinda Cartaxo, foi na década de 1960 que a ruptura com a institucionalidade da arte moderna deu espaço à dimensão filosófica da arte contemporânea, envolta de uma pluralidade linguística que aproximou o campo visual dos aspectos políticos, culturais e sociais inerentes ao espaço urbano (Cartaxo, 2009). Assim, pensar em arte passa a ter uma significância distinta, deslocando o aspecto intocado do elemento artístico para o espaço fluido da vida que acontece sem rascunho.

É nessa lógica que a arte urbana – aqui arte de rua²² - emerge como forma de expressão pautada no devir²³ cotidiano, representando a reformulação da ideia da inocência e imparcialidade vivida nas tendências abstracionistas que se manifestaram entre o período artístico moderno e contemporâneo, uma vez que, para Buren²⁴, “[...] a arte é, antes de tudo, política, existindo a partir da consideração dos seus limites formais e culturais.” (Cartaxo, 2009, p. 3). Quando ocupam os espaços públicos, os indivíduos estão passíveis de estabelecer relações diversas, por meio da linguagem falada/sinalizada, entre uns e outros; ou simbólica, com os elementos que se distribuem visualmente nas placas e nos muros.

Milton Santos (1978, p. 153) define o espaço como um conjunto de relações e interações sociais que acontecem em um lugar, sendo o conceito de lugar aquilo que antecede o espaço. Essa perspectiva epistemológica e teórica permite compreender que o espaço, além de ser uma dimensão física, é sobretudo social, sendo constituído pelas práticas e relações que nele se desenvolvem. Assim, o espaço público aqui é entendido como o campo da interação entre sujeitos e suas experiências e suas formas de apropriação coletiva.

Nessa perspectiva, o espaço público pode ser entendido como o local onde a ação política encontra possibilidade de realização e, de fato, se concretiza. Ao mesmo tempo em que se apresenta como território de vivências, ele também é alvo de processos que o transformam em mercadoria e é restringido para poucos, sendo assim inseridos na lógica de produção e

²² Opta-se por usar o termo “arte de rua” pela proximidade deste com o espectro de arte periférica, aproximando o sentido da pesquisa com uma manifestação artística que rompe com a formalidade artística tradicionalista.

²³ Estado constante de mudanças e transformações sofridas pelas coisas.

²⁴ Artista francês.

reprodução do sistema capitalista (Castro, Serpa, 2008, p. 138). Dessa forma, é evidente que o espaço público é atravessado por tensões constantes entre apropriação coletiva e privatização, o que revela sua complexidade.

O espaço público pode também ser compreendido expressão concreta de uma esfera pública urbana, assumindo caráter político ao reunir diferentes sujeitos e perspectivas. Nesse ambiente, coexistem divergências, consensos e múltiplas formas de diversidade, configurando-se como território de encontro e diálogo (Silva; Cardoso; Freire, 2008). Essa definição reforça seu papel como cerne da vida social, pois nele se articulam práticas cotidianas, conflitos e construções coletivas que dão forma à experiência urbana contemporânea.

Assim, ao interpretar a cidade como campo potencialmente democrático e essencialmente popular, o limite entre o íntimo e o coletivo se torna tênue, fazendo com que o espaço público seja palco de múltiplas linguagens e que a arte funcione como veículo de comunicações, dotada de ideias, sentimentos e de realidade.

Elementos iguais expostos a pessoas diferentes tendem a receber significados diferentes, devido à pluralidade de sentidos interpretativos, uma vez que, como exposto no artigo “Estudo sobre Semiótica da Arte”, vivemos em um contexto imerso em linguagens codificadas e que precisam ser decifradas para serem compreendidas, e a semiótica é uma ciência que se preocupa em analisar as linguagens, seus significados e decodificações (Casali da Silva et al, 2009).

Sendo assim, o conceito de semiótica aplicado às interpretações artísticas e simbólicas (dos signos) se mostra essencial para entender a relação entre o artista e o receptor, uma vez que a compreensão relativa de algo diz muito mais sobre o interpretante do que sobre o próprio signo e, como afirma Jorge Pedro Souza, dentro da lógica peirciana²⁵:

O significado de um signo é-lhe dado pelo interpretante. Um texto, por exemplo, enquanto sistema de signos, é sempre aberto à interpretação. [...] Nem sempre os receptores coincidem na interpretação de um texto. Esses mesmos receptores ainda menos partilharão as sensações e emoções que o mesmo texto despertará neles. (Souza, 2009, p. 108)

Sendo assim, quanto à arte de rua, é interessante observar que, apesar de o contexto coletivo importar em essência para a manutenção artística como linguagem, é primeiro no campo individual que o símbolo é experienciado e processado – e isso faz com que a arte seja, ao mesmo tempo, íntima e coletiva.

²⁵ Referente aos pensamentos de Charles Sanders Peirce (1834-1914), filósofo norte americano que se dedicou ao estudo dos signos e da semiótica.

Sob essa ótica, em uma estrutura social capitalista, pensada por poucos e para poucos, a tentativa de ser compreendido é sempre almejada, especialmente no que se diz respeito às experiências e revoltas sistêmicas – e é dessa forma que artistas de rua expressam suas vivências por meio de gestos políticos, buscando que, nas interpretações individuais, suas artes tenham significância coletiva. No artigo “Estudo Fotográfico da Arte Urbana: da aventura proibida ao engajamento político”, Anita Rink (2018) documenta expressões distintas encontradas nos muros da cidade do Rio de Janeiro, classificando-as em categorias que vão desde pichações como marca pessoal, pinturas estético-culturais, até críticas sociais; o que demonstra variedade de intenções ao se intervir no espaço público.

Com essa leitura, é possível considerar a cidade também como campo de disputa de interpretações e sentidos, que se mesclam na construção simbólica do espaço. Segundo Harvey, em *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*, “A cidade é produto coletivo de seus habitantes. Reivindicar o direito à cidade é reivindicar o poder de moldar o processo de urbanização” (Harvey, 2014). No caso das artes, essa disputa ocorre além do lote — o lugar reivindicado é o da paisagem, normalmente utilizada como veículo de divulgação de informações, como publicidades e propagandas. Assim, a arte urbana oriunda da periferia ocupa esses locais e subverte a barreira do espaço público hegemônico e legalizado, por meio de uma apropriação individual que encontra sentido no reconhecimento coletivo.

Dessa forma, as manifestações expostas nos muros e as interações do que é dito se caracterizam como aspectos íntimos a cada indivíduo, uma vez que a forma de enxergar o mundo é particular às vivências e memórias individuais. Ao se permitirem comunicar com os escritos na cidade, os sujeitos tensionam as linhas existentes entre o pessoal e o coletivo, criando, assim, uma oportunidade de transformar a paisagem da rua em lugar de narrativa.

No artigo “Entre pontes e cidades”, Gonzales reflete sobre obras que permitem refletir sobre a função da arte pública como gatilho de memória na ativação afetiva dos lugares, transformando os cenários individuais da paisagem urbana (Gonzales, 2015, p.20). Sua perspectiva corrobora com a ideia de que os símbolos da cidade são capazes de fomentar significados individuais em percepções coletivas, evidenciando o papel transgressor das expressões urbanas e a potência que se tem ao utilizá-las como ferramenta comunicativa e reivindicatória.

**A CIDADE QUE RI É A CIDADE
QUE CHORA, A CIDADE QUE
PEDE É A CIDADE QUE NEGA:**

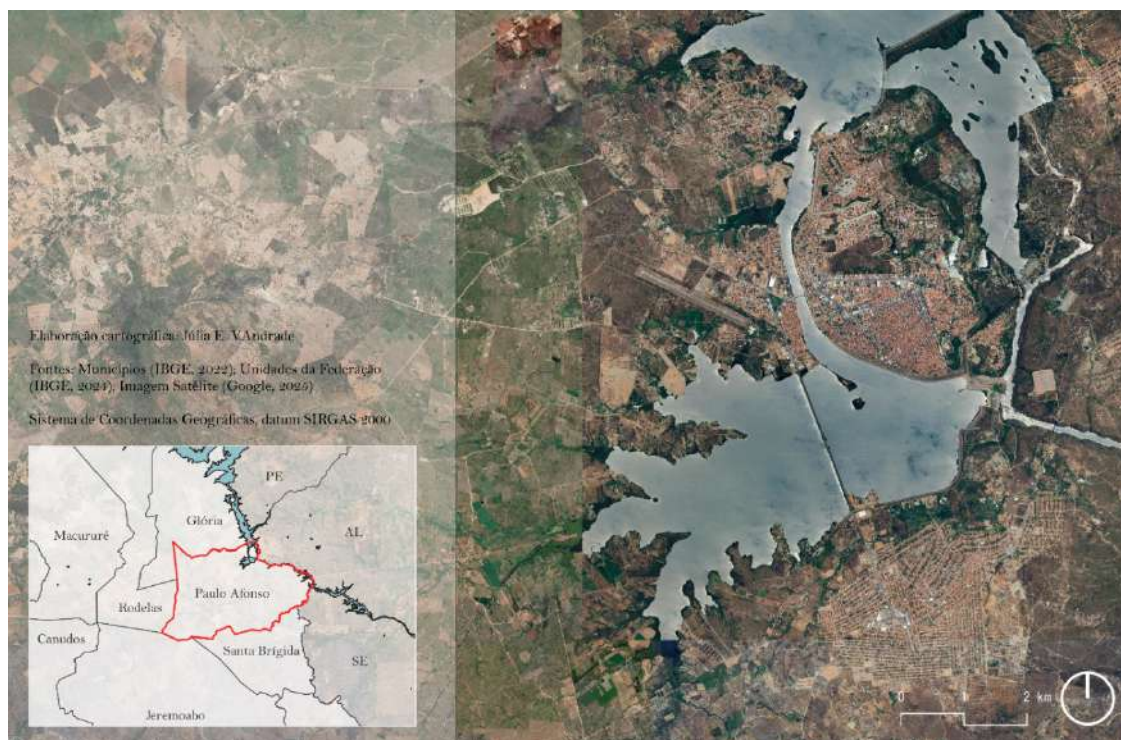
3. A CIDADE QUE RI E A CIDADE QUE CHORA, A CIDADE QUE PEDE E A CIDADE QUE NEGA:

Neste capítulo será apresentado o objeto empírico do estudo em questão – o bairro Mulungu. Para tanto, será demonstrado o seu processo de (des)envolvimento como parte da cidade de Paulo Afonso/BA a partir das ações de implantação da Chesf. Serão abordadas as relações sociais envolvidas na consolidação do território pós construção das usinas a partir do ponto de vista político interno; institucional e educacional; e a partir da dinâmica local e de mobilização, com base em relatos de figuras identificadas como Protagonistas Urbanos.

3.1 Paulo Afonso: do chão de simplicidade à “redenção” do sertão

A cidade de Paulo Afonso se localiza na região de semiárido nordestino, ao norte do estado da Bahia (Figura 2). Está inclusa no Polígono das Secas do Nordeste Brasileiro e é banhada pela porção sub-média do Rio São Francisco (Azevedo, 2011). Faz divisa com os estados de Sergipe e Alagoas, tendo Pernambuco à margem oposta do rio. Devido ao relevo de depressões proeminentes e o clima quente e seco, a presença do rio fez com que, desde o princípio, as ocupações margeassem suas águas.

Figura 2: Mapa de localização de Paulo Afonso.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O povoamento do território se inicia, segundo Sérgio de Azevedo²⁶ (2011), no século XVII, com a intensificação da pecuária na região. Até 1725, a sesmaria que continha a porção alagoana da região era a Casa da Torre, uma vez que, segundo informações da Prefeitura de Paulo Afonso (2025), foi “[...] habitada por bandeirantes portugueses que, chefiados por Garcia d’Ávila, subiram o rio São Francisco e atingiram as terras onde hoje está localizada a cidade”.

Ainda naquele ano, houve a transferência das terras para o nome de Paulo de Viveiros Affonso, um sertanista que obteve título de posse da porção alagoana da região, conhecida como “Sumidouro” (Paulo Afonso, 2025). Não satisfeito com a porção a ele atribuída, ocupou também as ilhas “Tapera”, existentes entre os dois estados, e a porção baiana do território²⁷, que receberam o nome de “Forquilha” (Azevedo, 2011). Na Figura 3 tem-se um mapa adaptado por Osmar Borges²⁸, com base na cartografia de Halfeld²⁹, que foi produzido como parte da homenagem aos 300 anos da Tapera de Paulo Affonso e indica a localização das regiões nomeadas “Tapera” e “Forquilha”.

Figura 3: Mapa esquemático com indicação da localização da Tapera e da Forquilha.



Fonte: Borges (2025), adaptação de Halfeld. Material comemorativo dos 300 anos da Tapera de Paulo Affonso.

²⁶ Prof. Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo, professor de geografia e pesquisador de análise regional.

²⁷ Ressalta-se que a princípio, as terras de posse de Affonso pertenciam ao município de Glória/BA, tendo sido declaradas independentes apenas em junho de 1958.

²⁸ Osmar Barreto Borges, geógrafo e analista ambiental

²⁹ Henrique Halfeld (1797-1873), engenheiro alemão, que mapeou o Rio São Francisco.

O encanto dos andantes pela região se dava pela beleza do conjunto de cachoeiras e pequenas ilhas, que formava um arquipélago em meio à caatinga – como pode-se observar na pintura da Figura 4. O puro fascínio, porém, logo se transformou em anseio de aproveitar a força das águas para produção de energia – em 1911 foi decretada a primeira permissão de utilização da força das águas, cedida ao comerciante Delmiro Augusto da Cruz Gouveia (Lima, 2017).

Figura 4: Pintura da paisagem frente à Cachoeira de Paulo Afonso.



Fonte: MASP, obra de E. F. Schute, Cachoeira de Paulo Afonso (1850).

As intenções de aproveitamento, porém, tiveram início muitos anos antes. Entre o Período Regencial e a Primeira República, por exemplo, o naturalista Halfeld estudou, a mando do imperador Dom Pedro II, as potencialidades do Rio São Francisco (Azevedo, 2011). O próprio imperador visitou, em 1959, a cachoeira de Paulo Afonso, localizada próximo ao local em que, anos mais tarde, existiu a construção de uma ponte metálica nomeada Dom Pedro II, em homenagem ao visitante.

De volta à permissão de uso das quedas d'água para produção de energia, Delmiro Gouveia implanta, dois anos após a concessão, uma UHE (Usina Hidrelétrica) de pequeno porte

chamada de Angiquinho. Seu intuito era abastecer a geração de energia necessária para o funcionamento de sua fábrica de linhas, que passaria a funcionar em terras próximas, e uso do excedente produtivo para distribuição de energia para o estado de Alagoas.

Para além do potencial energético, a região era atrativa também pelo potencial de escoamento gerado pela navegabilidade do rio, além de sua posição estratégica na divisa entre estados. Na época, já existia uma malha ferroviária que interligava os estados e facilitava o trânsito terrestre de matéria-prima, principalmente do algodão paraibano utilizado por Gouveia em sua fábrica (Azevedo, 2011).

A interdependência agrícola de produtos de outros lugares provinha do, relativamente, baixo poder de produção agrícola da região naquela época devido às características geomorfológicas difíceis – os longos períodos de estiagem, o clima quente, e o solo arenoso, de baixa profundidade e com alta salinidade não permitia produção em larga escala, principalmente em um período em que as tecnologias agrícolas para grande demanda não existiam por lá. Por isso, até, que os plantios se resumiam ao cultivo de bons roçados de subsistência e de pasto para a pecuária.

A Usina Angiquinho (Figura 5), porém, não andou como o esperado: mesmo que a concessão garantisse uso do espaço por 90 anos (Lima, 2017), em 1960 foi desativada por “[...] incompatibilidade do padrão de geração de energia, que obedecia ao padrão europeu de 50 hertz, diferente, portanto, do sistema brasileiro de 60 hertz na época” (Azevedo, 2011, p. 37).

Figura 5: Usina Angiquinho (desativada)



Fonte: Sem autoria, s.d.
Material comemorativo dos 300 anos da Tapera de Paulo Affonso (Borges, 2025).

Já de acordo com Lima (2017), constava em relatório anual produzido pela Chesf que o fechamento se deu por danos em equipamentos durante período de enchente, que afetou geradores e outras partes importantes do quadro de controle. Constava também que a usina era primitiva, devendo ser desmontada ou restaurada para exibição por sua importância como local histórico e pioneiro.

Em 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e a instauração da Revolução de 1930, o período denominado desenvolvimentista se inicia no Brasil, intensificando os ideais referentes à modernização tecnológica e a viabilidade infraestrutural para ampliação das indústrias e do aproveitamento dos recursos naturais para fins econômicos. Os planos para o Nordeste envolviam implantação de indústria e irrigação para agricultura, com o intuito de superar a economia estagnada (Ferreira, 2019) e utilizar de suas águas para geração de energia.

Para viabilização dos planos, Getúlio utilizou-se de decretos que demarcavam monopólios estatais em diversos lugares, além de que “[...] estabeleceu a propriedade pública dos aproveitamentos hidrelétricos. A partir daí, passaram a ser parte do patrimônio da União todas as fontes de energia hidráulicas situadas em águas públicas de uso comum e dominiais.” (Ferreira, 2019).

Inicia-se então um período teste para identificação de potenciais locais para aproveitamento hidroelétrico, em que o Ministério da Agricultura, tendo Apolônio Sales como ministro, constrói, em 1942, uma usina de pequeno porte na cachoeira de Itaparica, onde se localiza a antiga cidade de Petrolândia (Ferreira, 2019) – cidade essa que passou por um processo de realocação e reconstrução devido à inundação da área para construção do reservatório.

Assim, ao identificar o potencial da força das cachoeiras de Paulo Afonso e com influência de Sales, Getúlio Vargas implanta o Decreto-Lei nº 8.031, de 03 de outubro de 1945, demarcando assim a criação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – uma sociedade de economia mista (Chesf, 2025). O processo, no entanto, enfrenta intercorrências com a queda de Vargas da presidência, tendo seguimento apenas em 1948, quando Eurico Gaspar Dutra empossa a primeira diretoria, sendo em 1948 o início das obras do complexo usineiro de Paulo Afonso (Ferreira, 2019). Abaixo tem-se a foto de parte do complexo:

Figura 6: Trecho das Usinas PA I, II e III vistas do Parque Belvedere, em Paulo Afonso.



Fonte: Fotografia de autoria própria, abril de 2025.

Como sempre envolta nas artes, a paisagem local da cidade é muito retratada em pinturas e seus processos descritos em músicas, como a do sanfoneiro Luiz Gonzaga, que narrou em acordes de sanfona a criação da Chesf: “Delmiro deu a ideia / Apolônio aproveitou / Getúlio fez o decreto / E Dutra realizou / O presidente Café / A usina inaugurô / E graças a esse feito / De homens que têm valô / Meu Paulo Afonso foi sonho / Que já se concretizô” (Gonzaga; Dantas, 1955).

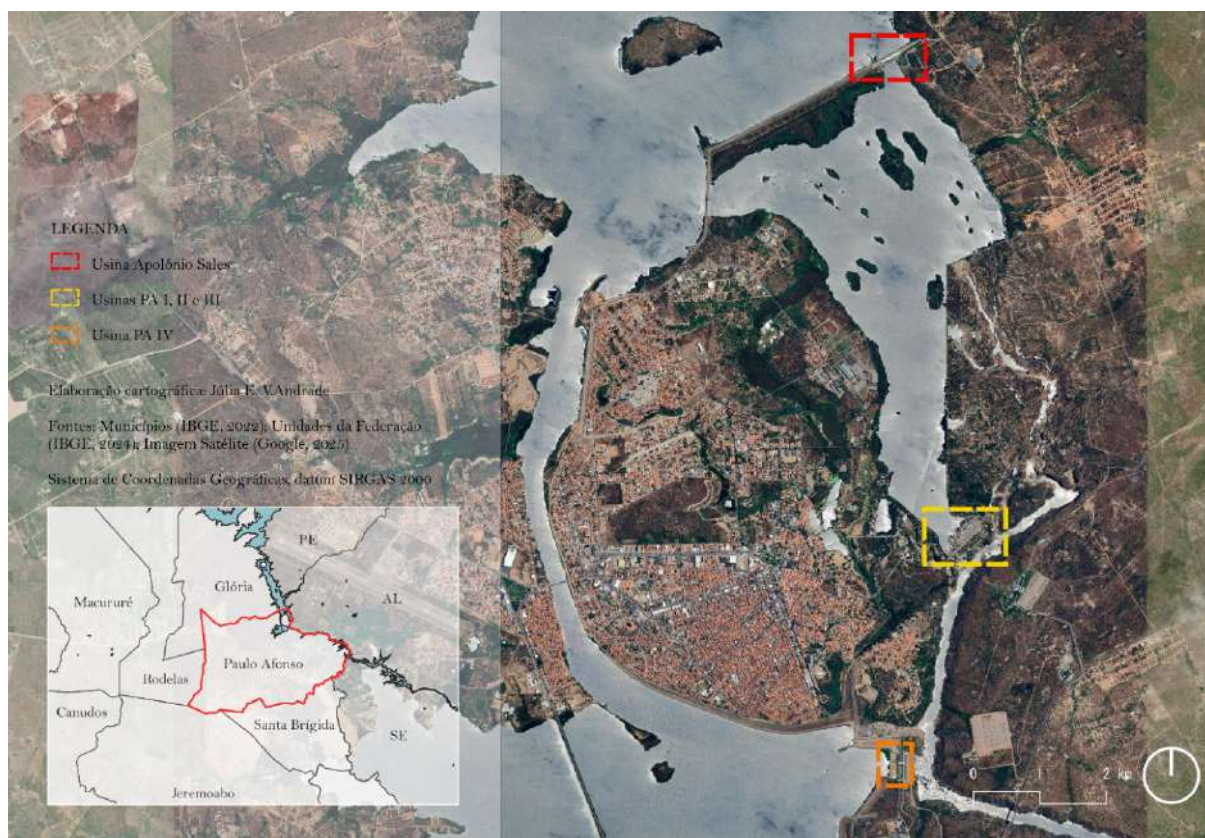
Aplaudida por muitos, a implantação das usinas não foi apenas flores: Ferreira (2019) resgata Marques (2008) para apontar os impactos gerados ao território, aos laços de cultura locais e à natureza, lembrando que, no processo de construção de reservatórios para usinas, terras férteis são perdidas e cidades inteiras desaparecem – e é sobre isso que será discutido no próximo tópico.

3.2 A Chesf e a segregação socioespacial

A Chesf, na época, era definida como uma sociedade de economia mista, capital aberto e de controle das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras.³⁰ O Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso teve sua construção iniciada em 1948, tendo sido construído na região da divisa entre os estados da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Paulo Afonso recebeu as UHEs PA I, II, III e IV, além da Apolônio Sales (Figura 7), possuindo também reservatórios que comportam as águas do rio e ajudam a dar vazão às quedas em momentos de baixo volume.

³⁰ Já em 2021 foi desestatizada, com base na Lei nº 14.182, de 2021 (Chesf, 2018)

Figura 7: Mapa de localização das usinas pertencentes ao Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O processo durou anos e resultou na desterritorialização de diversas pessoas, além de interferências em suas atividades tradicionais de subsistência, como pesca, agricultura e pecuária. Assistiu-se as mudanças nos trechos do rio, as alterações na paisagem (Figura 8), a destruição da flora e o aperreio da fauna, em uma tentativa cega de (des)envolver um território em nome do progresso, cujo projeto financiado pelo Estado que perdurou por tempos e esteve ligado, inclusive, ao período ditatorial – “Milhares de famílias foram expulsas de suas terras, escoraçadas pelo aparelho repressivo do estado autoritário implantado em 1964 e que perdurou até 1985” (Ferreira, 2019).

Figura 8: Vista do Rio São Francisco, com a paisagem modificada pela construção do complexo



Fonte: Acervo da família Vilela, sem data.

A alteração envolveu a dissolução de algumas ilhas do antigo arquipélago, bem como a diluição de territórios previamente ocupados por aglomerados populacionais, como os povoados da Forquilha, Barroca e a Tapera – a desterritorialização “[...] foi feita às pressas, sendo, na prática, os moradores tanto da área urbana quanto da rural, forçados a sair rapidamente da área, para que se pudesse encher o reservatório” (Azevedo, 2011, p.55). Ressalta-se que, em especial Barroca se apresentavam como quilombo, que recebeu pessoas escravizadas fugidas das atrocidades cometidas por bandeirantes, sendo que muitos deles provinham do Arraial de Canudos (Lima, 2017) depois do massacre vivido por lá.

A Barroca vivia próspera, com caboclos que plantavam o que comer em meio à caatinga, tendo fartura de cana, mandioca, mel e feijão (Lima, 2017) exerciam sua fé rezando aos santos e intercediam na cura com seus benzedores e remédios naturais, retirados da própria mata, usando de babosa, juazeiro, catingueira, sambacaitá e muitos outros. Barroca também era abrigo de parentes legítimos de cangaceiros do bando de Lampião, como Dona Inocência (1906-2021), coiteira³¹ do bando e prima de Gato³². Destaca-se, porém, que “A Velha Barroca hoje se encontra submersa, engolida pelas águas do Rio São Francisco” (Lima, 2017, p.38).

Assim como a Barroca, Tapera e Forquilha também tiveram trechos submersos, em uma alteração que pode ser percebida nos mapas da Figura 9, logo abaixo, em que Osmar Barreto

³¹ Como eram denominados os que recebiam os cangaceiros em casa e os escondiam da patrulha.

³² Um dos cangaceiros do bando nascidos do povo Pankararé, localizados na região de Brejo do Burgo, atualmente incluso no município de Glória/BA.

Borges utiliza das cartografias de Halfeld para desenhar o antes e o depois da região com o enchimento dos reservatórios:

Figura 9: Mapa esquemático da região de Paulo Afonso antes e depois da construção das usinas.
No primeiro mapa, em azul, consta o caminho feito pelas águas antes das alterações da região



Fonte: Borges (2025), adaptação de Halfeld. Material comemorativo dos 300 anos da Tapera de Paulo Afonso.

Ainda sobre os impactos socioambientais envoltos na construção dos complexos e das barragens, tem-se que, em paralelo à obra das usinas em Paulo Afonso, acontecia também a construção da UHE de Sobradinho, entre os municípios de Petrolina/PE e Juazeiro/BA. Para tanto, foi gerada a desterritorialização de cerca de 64.000 pessoas (Azevedo, 2011). Ainda dentre os empreendimentos advindos da exploração hídrica do São Francisco, dessa vez mais próximo à região de Paulo Afonso, tem-se os danos gerados para a UHE Luiz Gonzaga, antiga UHE Itaparica, no município de Petrolândia/PE – com 65.000 pessoas desterritorializadas.

Observa-se então que, entre os antigos núcleos urbanos afetados, pode-se identificar que cidades como Pilão Arcado, Sento Sé, Casa Nova, Remanso, Rodelas, Barra do Tarrachil, Glória, Itacuruba, Itaparica, Petrolândia e áreas do entorno de Canindé de São Francisco foram impactadas pela construção de grandes UHEs ao longo do Rio São Francisco. Em muitos desses casos, os núcleos originais foram submersos, submetendo populações à desterritorialidade e tendo que reconstruir as sedes municipais em novos territórios, com perdas significativas de patrimônio histórico, vínculos culturais e modos de vida tradicionais (CBHSF, 2021).

As inundações que impactaram o município de Glória, na Bahia — vizinho à cidade de Paulo Afonso — tiveram papel decisivo na configuração territorial da região. Originalmente, as terras ocupadas por Affonso pertenciam ao município de Glória, sendo declaradas independentes apenas em junho de 1958. A separação entre os dois territórios foi impulsionada, em grande parte, pelo crescimento acelerado de Paulo Afonso e pelas consequências da enchente provocada pela barragem da Usina Apolônio Sales, integrante do Complexo Hidrelétrico local.

Essa enchente levou à reconstrução da sede de Glória em uma nova área, apelidada de Nova Glória, o que não foi aceito pela população, que se renegou a habitar o novo núcleo proposto, preferindo se reterritorializar na região da Quixaba (Azevedo, 2011, p.55)

A nova sede do município de Glória, pela proximidade com Paulo Afonso e pela importância regional desta cidade, acabou perdendo as funções típicas do espaço urbano [...] que foram, na prática, transferidas para o centro regional mais importante. A base socioeconômica foi desorganizada sem que se propiciassem condições para sua reorganização, afetando atividades agropecuárias com a inundação das aluviões férteis [...] e a perda dos espaços de criação de rebanhos próximos às roças na beira do rio (Azevedo, 2011, p 58).

Conforme avançam as obras, avança também o crescimento populacional na cidade, que se deu de forma exponencial e acelerada: em 1950, já iniciada a construção da Chesf, contava com cerca de 10.000 habitantes; em 1960 o número mais que dobrou, atingindo 25.259; em 1970 contava com 46.126 habitantes; e em 1980 atinge os 71.231 (Ferreira, 2019). Essa expansão não foi comportada pelo porte dos povoados, que não apresentavam infraestrutura suficiente para toda essa gente.

A Chesf então inicia, ao longo dos anos de implantação, a construção de um centro administrativo, que englobava alojamentos para seus funcionários, em especial os que possuíam grau de instrução e formação mais altos. Contava com infraestrutura básica composta por energia elétrica da Usina Piloto, água tratada, rede de esgoto, coleta de lixo, ruas pavimentadas e arborizadas. Nos equipamentos comunitários, havia escolas, clubes sociais, cinemas e igreja

As casas eram bonitas, planejadas seguindo padrões que se repetiam ao longo das ruas, com oportunidade (e aporte financeiro) para inovar no projeto arquitetônico, aproveitando o alto escalão de engenheiros para construção de casas com muros baixos de pedras, em ruas largas cercadas de ipês-amarelos.

Na área da saúde, dispunha de hospital, postos de saúde e farmácia. O comércio e os serviços incluíam padaria, mercado, banco, correios e serviço telefônico. Para lazer e esporte, oferecia campo de futebol, lagos e jardins, e a segurança era garantida por vigilância armada

(Ferreira, 2019). Esse setor era chamado popularmente de “Cidade Chesf”, por ser completo em termos de assistência urbana e estar situado em um perímetro bem delimitado.

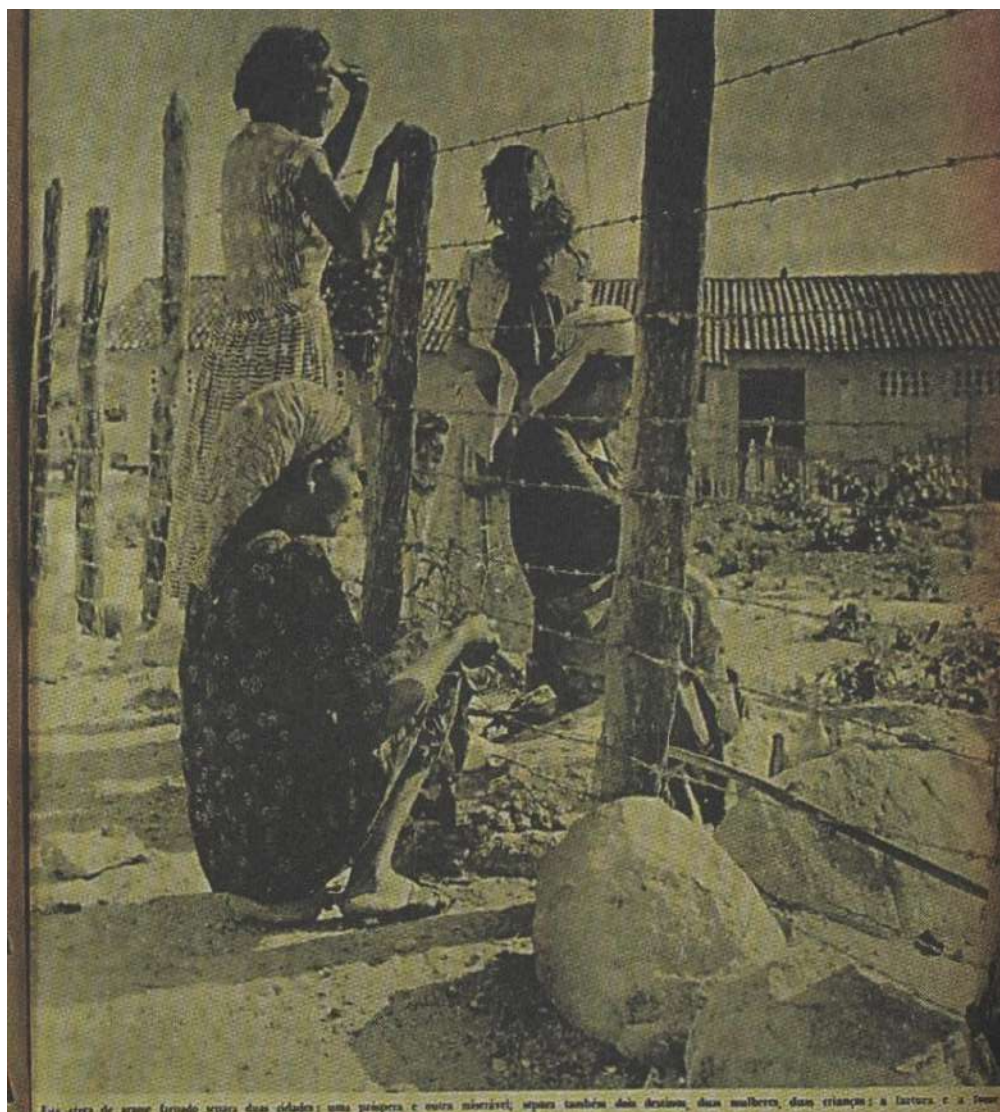
Apesar da ampla oferta de equipamentos, seu uso obedecia a categorias hierárquicas, refletindo as divisões sociais e funcionais entre os moradores do acampamento. Os equipamentos mais completos, como o Clube Paulo Afonso (CPA), que possuía piscina e quadras esportivas completas, era destilado aos funcionários com nível superior; enquanto o Clube Operário Paulo Afonso (COPA) era de uso dos demais funcionários (Ferreira, 2019).

De acordo com Ferreira (2019) “O restaurante da empresa dispunha de três alas, uma para os funcionários de nível superior, outra para os técnicos de nível médio e a última para os operários, sendo servidos pratos diferenciados em cada uma delas” (p.78), o que evidencia uma forte segregação, escancarada posteriormente pela construção de uma divisa física que separava a Cidade Chesf da vila onde viviam os operários, sendo inicialmente uma cerca de arames e depois evoluída para um muro de pedras, o “muro da vergonha” – o descaso sempre foi planejado. A justificativa era de que isolar a região privilegiada garantiria mais segurança, podendo assim se garantir policiamento próprio – e se reflete: segurança para quem?

Nas periferias do (des)envolvimento insustentado, os operários desqualificados e outras milhares de pessoas se aglomeravam em busca de oportunidades. Entre lavadeiras, empregadas domésticas, prostitutas e desempregados, a Vila Poty era formada por barracos de lona e tábua cobertos por sacos de cimento ou lata (Ferreira, 2019). Apresenta-se duas suposições sobre o uso do termo “Poty”³³ para nomear a vila – há quem diga que é porque os sacos de cimento que cobriam as casas eram da marca Poty (Azevedo, 2017; Lima, 2017; Ferreira, 2019), enquanto outros afirmam que era uma forma pejorativa de classificar os moradores, por vezes indígenas que se reterritorializavam na região depois da expulsão de seus territórios. Na Figura 10, uma fotografia que ilustra o nível de injustiça vivido por lá:

³³ Os moradores da região também eram chamados de “cata-osso” um termo infeliz referido a eles por, em meio à fome e à miséria, colherem os ossos do açougue da Cidade Chesf para complementar suas refeições.

Figura 10: Fotografia tirada no muro de divisa da Cidade Chesf e da Vila Poty. Na legenda, lê-se: “Esta cerca de Arame farpado separa duas cidades: uma próspera e outra miserável; separa também dois destinos, duas mulheres, duas crianças: a fartura e a fome.”



Fonte: *Revista Manchete*, 1953, p. 56. Reproduzida em Ferreira (2019).

Já na época, a situação era denunciada em jornais e revistas, tornando público que “A cidade da miséria é vizinha da fortuna”, como estampado na edição 233 da *Revista Manchete* (Ferreira, 2019). As manchetes chocantes não exageravam: mesmo estando em um território comprado para geração de energia, na Vila Poty não existia eletricidade. Não existia saneamento, e mesmo em uma ilha, a água chegava por carros-pipa – fazendo com que aglomerados de pessoas portando latas aguardassem por horas (Lima, 2017). Não existiam equipamentos como escola ou posto de saúde, mal tinham casas de alvenaria e o lazer se resumia ao exercício de ter esperança em uma colocação ou cargo na empresa que nunca chegaria.

O contexto de esquecimento ampliava as violências. A fome cegava homens, mulheres e crianças. Os entulhos se uniam às valas de esgoto, ampliando surtos epidemiológicos gerados pela situação de insalubridade vivida, culminando em altas taxas de mortalidade infantil (Lima, 2017). Para além de barreira física, o muro da vergonha foi um ilustre exemplo do (des)envolvimento insustentável, do preço que recai sobre alguns para que o progresso alcance os poucos que nasceram com algum privilégio na vida – a situação está ilustrada na Figura 11.

Figura 11: Fotografia tirada na Vila Poty. Na legenda lê-se: "Isto é o Poti: as barracas que servem refeições ralas e caras"



Fonte: *Revista Manchete*, 1953, p. 40-41. Reproduzida em Ferreira (2019), pertencente ao acervo de Antônio Galdino.

Esse cenário de violência estrutural e administrativa pouco é narrado em comparação à grande satisfação das benfeitorias da Chesf, que fez notória e redentora a Paulo Afonso do sertão. Ao que parece, os únicos que sentem e lastimam as mazelas sociais são aqueles que as sentiram na pele e nos ossos – esses, ainda assim, ao receberem apenas as migalhas de um sistema que tanto produz, por vezes ainda possuem a humildade (ou sofrem com a alienação) de relevar o que neles doía no estomago. Retomando Ecléa, “Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças.” (Bosi, 2023, p 459).

Como o espaço da Vila Poty era limitado pela cidade fortuna e pelas águas da barragem, não foi apenas nessa porção de terra que o povo expulso se reterritorializou; e nem foi apenas por lá que os sonhadores, em busca de emprego, instalaram as suas esperanças. Na outra margem do rio, debaixo de sombras de árvores, se abrigavam muitas outras famílias. E é sobre esse lugar que o próximo capítulo se debruça.

3.3 Bairro Mulungu: uma rebarba urbana

O antigo bairro Mulungu configurou-se como uma rebarba urbana, expressão que aqui assume um sentido literal e simbólico. Em uma porção territorial marginalizada, afastada do cerne da vida urbana planejada pela Chesf e esquecida pelas políticas públicas e pelo projeto de (des)envolvimento da região, o bairro era passagem para quem buscava chegar até a Cidade Chesf, era abrigo dos que foram expulsos para consolidação das obras e acolhia os sonhos dos que deixaram tudo para trás em busca de oportunidades em terras baianas. A desigualdade que cunha sua formação não se origina no acaso, sendo resultado de um descaso administrativo planejado, em que a implantação da usina sobrepôs o direito à terra de moradores e ignorou sua vontade de permanecer.

A posição geográfica em que se encontra o antigo Mulungu, que é periférica em relação ao centro planejado e localizado na ilha artificial de Paulo Afonso, determina também a posição social de sua população. Aquém dos grandes investimentos, era um território de ausências em que faltava o mínimo – saneamento básico, pavimentação e até energia, um fato que marca a ironia da cidade da miséria ser vizinha da fortuna. O abastecimento de água para a população era feito a partir de um tanque de cimento, como pode ser visto na Figura 12.

Figura 12: Mulher com panos de tecido no tanque de abastecimento do antigo Mulungu. Atrás, menina com lata de água encostada no tanque.



Fonte: Acervo fotográfico de Alcides e Conceição. Sem data definida.

Por serem reservatórios pontuais, as pessoas se deslocavam até os locais em carro de tração animal, como mostrado na figura abaixo:

Figura 13: Pessoas com carroças e vasilhames para retirar água.



Fonte: Acervo fotográfico de Alcides e Conceição. Sem data definida.

Porém, ao longo de anos e com muita reivindicação, o paradigma da ausência³⁴ se transforma em potência motora para luta por dignidade. No mapa abaixo, indicado na Figura 14, tem-se a localização do antigo Mulungu comparado à Ilha de Paulo Afonso:

Figura 14: Localização do antigo bairro Mulungu e da Ilha Artificial de Paulo Afonso

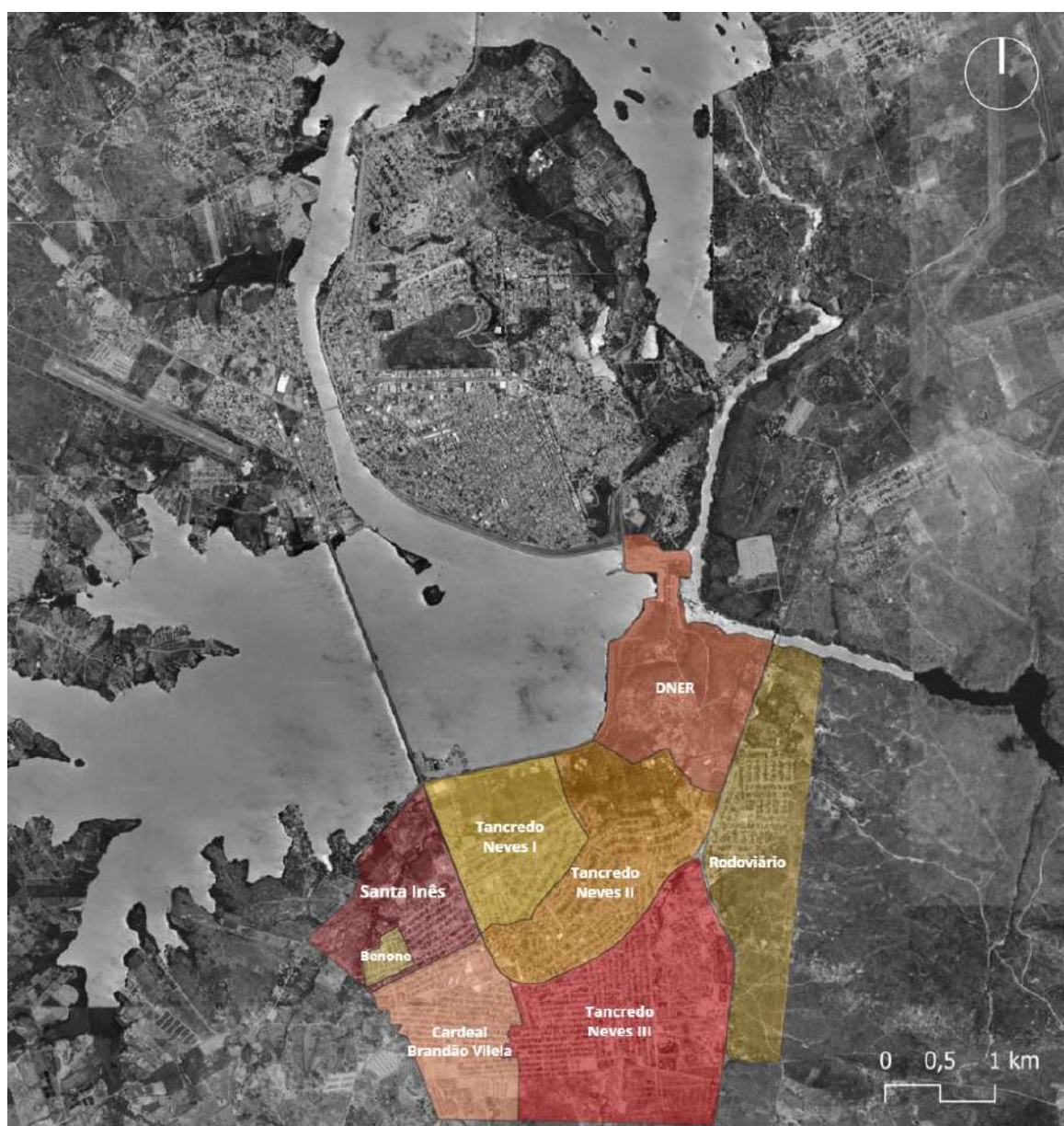


Fonte: Imagem Satélite histórica, datada em 1970 (Google Earth, 2025)
Sistema de Coordenadas Geográficas, datum SIRGAS 2000
Elaboração cartográfica: Júlia E. V. Andrade

³⁴ O “paradigma da ausência” caracteriza a visão depreciativa de territórios populares como sendo espaços de carência e desprovidimento, enquanto o “paradigma da potência” propõe o reconhecimento do poder prático e das respostas contra hegemônicas germinadas nesses espaços. Os conceitos foram desenvolvidos por Fernandes, Souza e Silva e Barbosa no artigo “O Paradigma da Potência e a Pedagogia da Convivência” (Revista Periferias, 2018).

Ressalta-se que, com o passar do tempo e a expansão da cidade, Paulo Afonso reconfigurou as subdivisões a nível de bairro, definindo novos eixos e ordenando o espaço urbano. Nesse processo, porém, o Mulungu perdeu sua nomenclatura potente e significativa – de bairro único e espreado, foi renomeado como Tancredo Neves e subdividido em I, II e III. De Tancredo Neves III, onde nasci e cresci, passou a ser chamado também de Cardeal Brandão Vilela após novas fragmentações, em processos administrativos que só chegam à população após a mudança. Os outros bairros adjacentes contribuem com o adensamento da porção sul da cidade, em uma divisão que pode ser observada no mapa da Figura 15.

Figura 15: Localização do antigo bairro Mulungu e da Ilha Artificial de Paulo Afonso



Fonte: Imagem Satélite (Google Earth, 2025) e divisão administrativa pelo Google Maps (2025);
Sistema de Coordenadas Geográficas, datum SIRGAS 2000;
Elaboração cartográfica: Júlia E. V. Andrade.

Dessa forma, os mapas demonstram o apagamento territorial gerado com a dissociação e consequente mudança de nome, que culminou em um lento processo de esquecimento quanto a existência do antigo Mulungu e de suas lutas.

3.4 Protagonistas Urbanos e outras narrativas não oficiais

Ao fim da década de 1970, o antigo bairro passa a ser palco de conquistas gradativas. O surgimento de movimentos sociais estrutura aos poucos a sede por mudança, mesmo em um período de repressões diversas impostas pelo período ditatorial, instaurado no Brasil entre 1964 e 1985. De acordo com Ferreira (2019), a Chesf era a maior instância da ditadura militar na região, e afirma que:

Não hesitava em usar tropas do Exército para garantir a derrubada de barracos dos que resistiam à desocupação de áreas onde iria construir usinas e reservatórios, mobilizar sua guarda e a polícia para impedir uma apresentação teatral de estudantes, impedir a livre circulação de pessoas em seu acampamento ou proibir a realização de comícios no interior do mesmo. (Ferreira, 2019, p 105).

Durante esse período, por decreto federal, áreas denominadas como sendo de segurança nacional não poderiam eleger seus respectivos representantes em instância municipal. Devido à implantação da usina, a cidade de Paulo Afonso era considerada área de instalação estratégica e, portanto, estava abrangida na classificação de segurança – sendo assim, passou esse período recebendo indicações para prefeito, sendo as eleições reinstauradas apenas em 1985 (Ferreira, 2019, p.106).

No cenário nacional, o ano de 1978 foi marcado pelas primeiras greves sindicais e mobilizações diversas (Ferreira, 2019, p.107). Em Paulo Afonso, essa realidade se vê próxima em 1979, com uma greve curta realizada por trabalhadores da Chesf. O movimento, embora breve, foi significativo por reunir operários e estudantes em torno de reivindicações comuns, dando origem a lideranças como José Ivaldo e Evandro Paiva. A partir desse núcleo, formou-se a UNESPA (União dos Estudantes Secundaristas de Paulo Afonso), que desempenhou papel central nas mobilizações populares da década (Santana, 2012).

Dessa forma, com a ascensão e consolidação do movimento estudantil, as pautas que inicialmente eram voltadas para as questões da meia passagem ou ampliação do acesso à educação passaram a ganhar complexidade ao fagocitar as demandas das lutas populares (Ferreira, 2019, p. 108-109). As diferentes frentes sociais se uniam em prol de melhorias e igualdade, em um movimento único movido pela sede por mudança no contexto político vivido no momento. Os anos seguintes continuaram abarcando movimentações sindicais, movimentos

sociais e de valorização dos trabalhadores, a exemplo do Dia do Trabalhador, em 1º de maio, que foi comemorado por muitos em 1981 (Figura 16).

Figura 16: Comemoração do Dia do Trabalhador em Paulo Afonso



Fonte: Acervo pessoal do autor (Ferreira, 2019).

Enquanto isso, a Igreja Católica desenvolvia papéis importantes no cotidiano de muitos dos que viviam no descaso. Em um paralelo com o momento vivido pela fé católica a partir da década de 1970, em que a Teologia da Libertação (TdL) guiava uma atuação crítica e alinhada com a defesa dos direitos e da justiça social (Pançardes, 2013, p.11), era cunhada uma articulação ímpar entre o corpo clerical, os movimentos populares e os membros das comunidades atendidas pelas paróquias alinhadas com o pensamento libertário.

A TdL propunha uma organização horizontal entre a Igreja e o povo (Fontes, 2018, p. 73), trabalhando na politização dos setores sociais populares, em especial os localizados em territórios periféricos ou marginalizados. Pregavam defesa de um Deus misericordioso, e defendiam que a miséria e a opressão não deveriam ser apoiadas pelo cristianismo. Nesse contexto, surgem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que tiveram um papel importante na formação do pensamento político e na conscientização sobre as mudanças sociais ocorridas com a implantação do Golpe Militar de 1964, especialmente quanto às opressões sofridas.

As CEBs se configuravam como um exercício do evangelho que embatia os desafios do panorama sociopolítico da época e incentivavam a prática libertária (Dornelas, [s.d.], p. 3). O papel desempenhado era subdividido em diferentes frentes ou programas locais, e organizadas

em grupos pequenos com propostas adequadas à realidade vivida pelas pessoas que a compunham, com atividades que incentivavam a solidariedade, comunhão e o amor fraterno.

Assim, era promovida uma conscientização dos moradores quanto aos problemas enfrentados nos bairros e se incentivava sobre como a “[...] importância de lutar para conquistar melhores condições de vida produziu, nos membros das Comunidade Eclesiais, uma forte atitude crítica e uma disposição, inédita até então entre as classes populares que habitavam as periferias urbanas, em reivindicar seus direitos” (Fontes, 2018, p. 74). Então, o sentimento comunitário e a identificação entre semelhantes ampliavam a resistência frente ao descaso.

Em Paulo Afonso, e em especial no Mulungu, uma das frentes envolvidas na CEBs era a da Pastoral da Criança (Figura 17). Essa presença se traduzia em ações voltadas ao cuidado, à escuta e à mobilização comunitária, fortalecendo laços entre os moradores e promovendo uma consciência coletiva sobre os desafios enfrentados no cotidiano. As CEBs operavam como núcleos de formação política e espiritual, onde a solidariedade e o compromisso com a justiça social se tornavam práticas vividas.

Figura 17: Ação da Pastoral da Criança no Mulungu.



Fonte: Acervo pessoal da família Vilela, 1987.

A articulação entre fé e transformação social, inspirada pela Teologia da Libertação, impulsionava a construção de um senso de pertencimento que resistia à fragmentação territorial e simbólica. As atividades desenvolvidas — que iam desde reuniões em pequenos grupos até

ações de base voltadas à saúde, educação e alimentação — contribuíam para a formação de sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e de seu papel na história local, além de contribuir para o enfrentamento das mazelas cotidianas. Nesse contexto, o bairro se tornava espaço de elaboração coletiva de alternativas, onde a espiritualidade caminhava junto com a luta por dignidade. Na Figura 18, tem-se uma ação coletiva de saúde junto à famílias no Mulungu.

Figura 18: Ação da Pastoral da Criança no Mulungu.



Fonte: Acervo pessoal da família Vilela, 1985.

Dessa forma, propõe-se que o exercício da escuta de relatos orais contribua para a salvaguarda da memória do que aconteceu, relatada por pessoas que viveram as situações à época. Para tanto, foi aplicado um *Survey* com o objetivo de ampliar a compreensão sobre características, ações e percepções dos atores envolvidos. A pesquisa *Survey*, conforme definida por Freitas et al. (2000), consiste na coleta de informações de uma amostra de indivíduos por meio de procedimentos predefinidos, geralmente com o uso de questionários, e tem como finalidade descrever, comparar ou explicar conhecimentos sobre uma amostragem. Essa abordagem permite a produção de dados generalizáveis e pode ser combinada com outras metodologias, a depender do intuito da pesquisa.

A escuta dessas trajetórias foi estruturada metodologicamente por meio de uma abordagem mista, articulando entrevistas qualitativas em profundidade com a aplicação de um *Survey* com propósito exploratório. Inicialmente, foram selecionados sujeitos-chave vinculados a diferentes eixos de atuação no território, com base em critérios de relevância social e histórico-cultural, incluindo-se como casos críticos (Freitas et al, 2000). A escolha por interlocutores idosos se deu pelo reconhecimento de que suas memórias carregam camadas profundas de experiência e pertencimento, oferecendo densidade narrativa e elementos subjetivos relevantes para a análise qualitativa – em retomada aos pensamentos de Bosi (2003).³⁵

Aqui, ressalta-se também que o número reduzido da amostragem se deu como escolha dos eixos a serem considerados, também direcionados pela defesa de que não busco trazer um trabalho unicamente academicista: esta pesquisa é, também, um ensaio narrativo de histórias que escuto desde a infância – a “amostragem”, portanto, é trazida apenas como termo técnico, mas assim como Bosi, tinha intuítos outros:

[...] o intuito que me levou a empreendê-lo foi registrar a voz e, através dela, a vida e o pensamentos de seres que já trabalharam por seus contemporâneos e por nós. Este registro alcança uma memória pessoal que, como se buscará mostrar, é também uma memória social, familiar e grupal. (Bosi, 2003, p.39).

Dessa forma, conforme Walter Benjamin (1994) afirma, o narrador fala sobre aquilo que extraiu de suas experiências ou de outros. Permito-me então fazer parte da pesquisa com minha própria escrevivência – em Becos da Memória (2017), Conceição Evaristo usa esse termo para descrever a escrita daquilo que foi vivência “dela e dos dela”. Me identifico com a lógica de embasamento e, como ela, “Busco a voz, a fala de quem conta, para se misturar a minha” (Evaristo, 2017, p.11).

Ao reunir essas vozes e experiências, reafirmo a centralidade que os protagonistas urbanos tiveram na construção de territórios de resistência. São eles que, por meio da palavra e da lembrança, são potência de reconstrução de vínculos. O antigo bairro Mulungu, quando atravessado por apagamentos e deslocamentos, ressurge em suas narrativas como espaço de luta e de criação, sustentado por quem nunca deixou de habitá-lo ou de considerar a sua existência.

Dessa forma, nos subtópicos a seguir, serão apresentados os entrevistados Alcides, Conceição e Lourdes (Figura 19) e suas trajetórias de atuação na cidade de Paulo Afonso, bem como suas ligações com o antigo Mulungu. As transcrições completas estarão disponíveis na seção de Apêndices e nelas estão preservados os demais trechos da conversa, que não foram

³⁵ “Memória e sociedade: lembranças de velhos”, ensaio de Ecléa Bosi.

trazidos diretamente nos capítulos, mas que compõem o registro integral da narrativa. A opção por manter o conteúdo completo no apêndice reforça o caráter documental da pesquisa, assegurando que a análise aqui apresentada se apoia em uma fonte primária robusta, sem perder de vista a profundidade e a riqueza da memória oral registrada.

Figura 19: Alcides, Conceição e Lourdes, respectivamente.



Fonte: Fotografia de autoria própria, março de 2025.

Para além disso, enfatizo que, ao dialogar com idosos, é possível que certas fragilidades ou especificidades sejam demonstradas em dificuldades. Durante as entrevistas, os momentos de esquecimentos ou repetições não interferiram na qualidade dos relatos, sendo, na verdade, parte da salvaguarda das memórias dos entrevistados. Os Registros de Consentimento Livre e Esclarecido (RCL) bem como os termos de autorização para uso de imagem e depoimento se encontram compilados no Apêndice A.

3.4.1 Alcides - Visão política e interna

O subtópico em questão será dedicado a entender o contexto de vida do primeiro entrevistado, reconhecendo sua atuação política, interna e externa à Chesf. O roteiro de entrevista utilizado se encontra no Apêndice B, nomeado como “Roteiro 1 de Entrevista em Profundidade”.

Padre Alcides Modesto nasceu em Remanso, na Bahia, em 1939, e chegou a Paulo Afonso ainda jovem, motivado pela carreira religiosa e pela função de ser vigário da Igreja São Francisco. Sua trajetória combinava o exercício do sacerdócio com a docência, já que, além de padre, sempre se dedicou à educação, organizando escolas em parceria com a Liga Social Católica

J. E já existia a escola quando o senhor chegou aqui?

A. Já existia, e por sinal, as melhores escolas que tinha em Paulo Afonso na época eram as da Liga Social Católica de Paulo Afonso, que era uma organização da Igreja Católica que foi construindo as Casas da Criança I [...]. Não por mim sozinho! Quando eu cheguei já tinha uma história dos vigários que me antecederam. Eu apenas fui sucessor de uma série de padres que estiveram aqui em Paulo Afonso.³⁶

Ao narrar sua chegada, ele recorda que encontrou aqui uma cidade em processo de construção e de transformação, marcada pela presença da Chesf e pela segregação entre os trabalhadores da empresa e a população que vivia fora do acampamento

Era separado mesmo, rapaz, era um campo de concentração ali. O pessoal que morava dentro do acampamento e o pessoal que morava fora. Dentro do acampamento tinha tudo que a Chesf dava para quem tivesse trabalho com a Chesf. Mas quem não tivesse nada disso não recebia ajuda nenhuma pra escola, não. Quem ajudou foi a Liga Social Católica de Paulo Afonso.

Essa fala evidencia a desigualdade estrutural instaurada pela Chesf, que oferecia benefícios apenas aos seus funcionários, deixando à margem os moradores que não tinham vínculo com a empresa. Nesse contexto, Alcides assumiu papel central na organização comunitária, articulando educação, religião e política como formas de resistência. Ele relembra que sua atuação estava voltada para os mais pobres e excluídos, e conta, em meio às emoções do passado, o que sentia quando presenciava as expulsões:

A. O que eu sentia? Revolta, porque ela não precisava. Ela recebia muito dinheiro para fazer as obras, e esquecia dos deveres sociais para com a população que ela deslocava de suas habitações, né? Isso é um histórico que passou o tempo todo.

J. E aí o senhor sentia revolta?

A. Eu não me revoltava. Eu organizava o povo a se rebelar. E na medida que a gente tinha força, a gente conquistava. Na medida em que a gente não tinha, a gente não conquistava nada, né?

Sua prática política se consolidou tanto no campo religioso, por meio das missas e da contribuição com as Comunidades Eclesiais de Base, quanto no campo social, através da mobilização popular contra as injustiças da Chesf, dando continuidade aos trabalhos iniciados

³⁶ Os trechos grifados representam as citações das falas obtidas nas entrevistas.

por Padre João Evangelista. Ele mesmo afirma que sua escolha sempre foi pelo lado dos mais fracos: “Eu sempre escolhi o lado dos fracos, né? Aí diziam que eu era comunista, porque tava fazendo isso.”

A atuação de Alcides não se limitava ao bairro Mulungu, mas se estendia a toda a cidade de Paulo Afonso e ao município de Glória, onde acompanhava as reivindicações do povo. Sua resistência se manifestava tanto em ações comunitárias e em discursos públicos, inclusive durante suas missas, quando denunciava os abusos da empresa. Quando questionado se já havia consultado a Chesf sobre certas decisões, afirmava, e segue afirmando incisivo que “Eu não sofro de Chesfose! Quem quiser que sofra.”

Ao longo da entrevista, fica evidente que sua trajetória foi marcada pela tentativa de formar lideranças locais, acreditando que a mudança local não poderia ser fruto de uma ação isolada, mas sim de uma coletividade organizada. Como ele mesmo sintetiza:

Eu me sinto até hoje. Me sinto uma pessoa que se eu não sacudisse, assim muita gente, muita coisa não tinha saído do lugar. Mas eu nunca pensei que eu fosse resolver. Eu ia preparar lideranças para fazerem isso. Que não adiantava eu fazer sozinho e ficar a coisa no meio do caminho.

Conversar com Alcides é sempre uma experiência ímpar. Ouvir dele o passado, sempre coeso em suas narrativas, me faz entender o que Ecléa diz sobre ouvir os mais velhos. Sua sensatez e seu orgulho, de quem sempre agiu pelo bem e pela melhora, demonstram a tranquilidade de sua trajetória. Sua fala, mais pausada a cada vez que o vejo, não oculta a firmeza de sua memória, e sua preocupação com a justiça social parece ainda mais ativa.

A transcrição completa da entrevista se encontra no Apêndice C, intitulado “Transcrição 1 de Entrevista em Profundidade – Visão Política e Interna”.

3.4.2 Conceição - Visão Institucional e educação

Este subtópico em questão será dedicado a entender o contexto de vida da segunda entrevistada, reconhecendo sua visão institucional e próxima às pessoas em situação de vulnerabilidade por sua atuação como professora na rede estadual. O roteiro de entrevista a ser utilizado se encontra no Apêndice D, nomeada “Roteiro 2 de Entrevista em Profundidade”.

Conceição nasceu em Itapetim, Pernambuco, e chegou a Paulo Afonso em 1961, motivada pela oportunidade de trabalho e pela necessidade de mudança de clima para melhorar a saúde de sua mãe. Professora formada no curso normal pedagógico, ela se tornou uma das

pioneiras da Casa da Criança I, escola vinculada à Liga Social Católica, e construiu sua trajetória profissional na educação pública, atuando em diferentes espaços e turnos, inclusive na alfabetização de adultos.

Ao recordar sua chegada, Conceição descreve o cenário urbano inicial com poucos elementos já construídos, mas já marcado pela presença da Chesf e pela segregação espacial entre os trabalhadores da empresa e os moradores da Vila Poty:

Existia, por exemplo... Chamavam a Vila Poty. E o acampamento da Chesf, com a cerca, né? [...] Também era um muro. A Cadeia Pública era ali onde hoje tem aquelas.. aquelas barraquinhas em frente ao Banco do Brasil. Mas por ali assim. O que é que tinha mais... A Igreja de Fátima, né? A Igreja de Fátima não era catedral ainda. Igreja São Francisco. Tinha também... acho que nessa época.. era a Rua de Tábuas. [...] A rua de Tábuas era ali. Porque as casas eram de Tábuas.

Esse relato evidencia a precariedade das primeiras moradias e a centralidade da Chesf na organização do espaço urbano, reforçando a desigualdade entre os que tinham acesso aos benefícios da empresa e os que viviam fora de seus limites.

Sua rotina como professora era intensa, marcada pelo trabalho em dois turnos e pela dedicação à alfabetização de adultos em áreas periféricas: “Era. Ia pra escola, trabalhava em dois turnos. [...] Teve um período que eu fui ensinar lá na Cachoeira dos Veados, naquela época. Mas é lá na Vila Dom Pedro II. [...] Eu ia ensinar adultos, alfabetizar adultos”.

Conceição também relembra o papel da Chesf na atração de trabalhadores de diferentes estados nordestinos, reconhecendo o impacto econômico da empresa, mas sem deixar de apontar os bairros destruídos para a construção do canal e da barragem:

Era, existia e eles foram destruídos para a construção do canal, da barragem. [...] Aquela população que tinha ali, onde hoje passa o canal, ali eram esses bairrosinhos pequenos, entendeu? Aqueles aglomerados de casa e de família e que tiveram de sair por conta da construção do canal.

Sua atuação institucional esteve profundamente ligada à Liga Social Católica, responsável pela criação das Casas da Criança em Paulo Afonso, ela diz que “As crianças que moravam na Vila Poty, elas só estudavam na Chesf se o pai fosse operário da Chesf. Não tinha escola oficial. Então, quando eu cheguei aí, o padre era Padre João Evangelista [...] organizou, com pessoas da cidade, organizou a Liga Social Católica”. Conceição participou da organização das matrículas, da formação das turmas e da gestão das escolas, chegando a ser diretora da Casa da Criança V. No Mulungu, contribuiu no início da Casa da Criança III e em ações de

contribuição humanitária, com distribuição de alimentos. Ela relembra o esforço coletivo para manter o funcionamento das escolas, muitas vezes em condições precárias:

Na Casa da Criança V mesmo, nós fizemos campanha para ter as coisas. Panela, prato, fogão, geladeira, tudo isso foi coisa doada. Porque a essa altura, já tinha moradores no BNH, que a escola pegou não só crianças do BNH, como pegou lá do Bairro Centenário. [...] Eram alunos muito pobres que iam pra escola mesmo porque estavam precisando de merenda pra comer.

Sua fala revela como a escola se tornou espaço de resistência e sobrevivência, onde a educação se articulava com práticas de solidariedade e mobilização comunitária. Ao refletir sobre sua trajetória, Conceição demonstra satisfação por ter contribuído para a formação de gerações de alunos que, mais tarde, se tornaram profissionais reconhecidos:

Eu não me acho fundamental. Eu sou feliz porque eu contribuí com isso, e que eu também cresci com isso. [...] Hoje a gente se sente feliz. Hoje em se encontrar com um aluno, saber que ele é médico, saber que ele é advogado, saber que ocupa um cargo, né? Saber que hoje é uma pessoa assim... Eu me sinto feliz e acho que não pequei por omissão.

A tranquilidade em sua voz deixa transparecer o orgulho por ter contribuído com uma parte tão importante da história da cidade, a da educação. Conceição, com sua calma e seus cafés com bolo sempre bem servidos, demonstra como os modos alternativos de organização das escolas foram essenciais na vida de tantos, e da forte ligação entre a igreja e as populações mais pobres.

A transcrição completa da entrevista se encontra no Apêndice E, intitulado “Transcrição 2 de Entrevista em Profundidade – Visão Institucional e Educação”.

3.4.3 Lourdes - Visão local e mobilização

Aqui será aprofundado o contexto de vida de Lourdes Vilela, buscando entender mais sobre sua atuação comunitária e sua vivência como moradora do antigo bairro Mulungu. O roteiro de entrevista utilizado se encontra no Apêndice F, nomeada “Roteiro 3 de Entrevista em Profundidade”.

A história da minha avó, Lourdes, se inicia em Itaíba, cidade do interior de Pernambuco. Devido à dificuldade de locomoção até a região, ela e sua família se deslocaram de Itaíba para Paulo Afonso, buscando ficar mais próximo do local de trabalho de meu avô, que na época ficava na Bahia. Ao recordar sua chegada, ela me contou: “Mato no lugar que hoje é rua. Era

só veredas. [...] não tinha água, não tinha luz, não tinha nada. Não tinha escola, as escolas só tinha lá do outro lado do BTN II. Aqui no BTN III não tinha escola.”

Esse relato evidencia a ausência de infraestrutura básica e a distância social e geográfica em relação ao centro urbano, reforçando o caráter de isolamento vivido pelas primeiras famílias. A ocupação do antigo Mulungu foi gradual e muito marcada por vínculos familiares e de vizinhança. Minha avó lembra que “No início era só nós mesmo, não tinha ninguém”, destacando que havia apenas uma ou duas famílias próximas, como Mazé, Abel e compadre Bil. Essa memória mostra como o bairro se constituiu a partir de pequenos núcleos familiares que, pouco a pouco, foram ampliando a comunidade.

O bairro, entretanto, não é apenas lembrado como espaço físico, mas como lugar de vida e identidade. Para minha avó,

Esse bairro pra mim ele representa vida, representa aprendizado. Hoje ele representa uma alegria, porque foi aqui que eu aprendi tudo. Quando eu vim de lá minha leitura era muito pouca... Foi aqui que eu estudei, foi aqui que eu trabalhei, foi aqui que eu criei minha família. [...] Pra mim representa tudo. [...] Trabalhar, encontrar amigos, criar a minha família, tudo eu conheci aqui. Estudei, me formei, tudo foi aqui. Fui catequista por muito tempo, ajudei na construção da igreja, na construção do nosso bairro, esse bairro pra mim é tudo.

Já a chegada da Chesf é lembrada por ela como um marco ambíguo. Trouxe progresso, mas também sofrimento. Lourdes reconhece que:

[...] Trouxe muita coisa boa, que foi muita gente pra trabalhar, foi o desenvolvimento pra poder criar essa Paulo Afonso [...] mas também trouxe muita dor e sofrimento para arrancar aquelas pessoas que já tinham seu habitat, tinha sua terra, tinha sua vida plantada, registradazinha e saíram assim, de qualquer jeito. A Chesf arrancou e jogou fora como lixo. [...] não soube respeitar o direito de quem era assentado, né?

Esse relato revela a tensão entre (des)envolvimento urbano e desrespeito aos direitos das populações locais. Ela acrescenta que conheceu muitas pessoas que foram expulsas e que “quando chegou de lá, foi para debaixo dos pés de pau. Depois fez um rancho e depois fez uma casa e hoje tá morando ainda na mesma casa”, mostrando como o deslocamento forçado marcou a vida de famílias inteiras.

A organização comunitária surgiu da convivência cotidiana e da solidariedade entre vizinhos. Minha avó recorda que:

No início, quando eu cheguei aqui, a gente começou a se unir de brincadeira. A gente ia visitar o outro, os meninos começavam a brincar e as mães a olhar o menino a brincar. E aí a gente foi arrumando uma camaradagem, uma amizade uma com a outra.

Depois fomos se unindo em religião, uma chamava a outra para a igreja... [...] A primeira entidade reivindicativa que nós formamos foi o Grupo de Mães. [...] No continuar do tempo, veio comunidade, a gente começou nas comunidades formar uma comissão de moradores. [...] aí foi que a gente registrou e formou a Associação de Moradores.

Nas Figuras 20 e 21, tem-se uma ação da Pastoral da Criança, o grupo católico que se originou junto ao Grupo de Mães, e que era organizado em parceria com a Associação de Moradores.

Figura 20: Ação da Pastoral da Criança no Mulungu.



Fonte: Acervo pessoal da família Vilela, 1988.

Figura 21: Ação da Pastoral da Criança no Mulungu.



Fonte: Acervo pessoal da família Vilela, 1988.

A escuta das reivindicações, porém, se dava com dificuldade. “Não era muito fácil não. [...] Aí às vezes eles ouviam a gente, as outras vezes eles não ouvia. Precisava a gente levar 40, 50 pessoas para ficar lá na frente e só sair de lá quando falasse. Aí a gente começou forçando porque eles não queriam ouvir a gente”.

Essa mobilização foi fundamental para conquistas concretas: “consequimos água, consequimos energia elétrica que nós não tinha também. [...] A coisa mais importante que a gente conseguiu aqui foi a Escola Wilson Pereira”. Ela relembra ainda que foi presidente da Associação “várias vezes”, o que reforça sua centralidade na luta comunitária.

A atuação comunitária também se articulou com movimentos maiores, como o Grito dos Excluídos (Figura 22) ao fim dos desfiles cívicos da cidade, e quando os moradores realizaram um abraço simbólico no hospital da cidade para exigir sua abertura. Além disso, a Igreja Católica desempenhou papel central no apoio às famílias despejadas e na construção de equipamentos sociais. Minha avó relembra a postura do padre Alcides: “Passe o trator por cima de mim. Se é pra passar em cima das casas das pessoas, passe primeiro em cima de mim.”

Figura 22: Grito dos Excluídos em desfile na Ilha de Paulo Afonso.



Fonte: Acervo pessoal da família Vilela, sem data definida.

Essa frase simboliza a aliança entre fé e luta comunitária, mostrando como a Igreja esteve presente na defesa dos moradores e na criação de espaços de educação e saúde, como as Casas da Criança e o Posto de Saúde mantidos pela Liga Social Católica.

Com o passar do tempo, a força da Associação foi se enfraquecendo, até se perder. Lourdes explica, com tristeza, que “foi devagarinho se perdendo. Até que ficou assim que hoje em dia a Associação não reivindica, a Associação não briga por nada. Parece-me que morreu.

né? Porque... tá adormecido.” Ainda assim, sua fala final sintetiza o sentido de pertencimento e identidade coletiva:

Eu fico muito feliz e sinto que eu faço parte do desenvolvimento, eu faço parte da história, eu faço parte da alegria e da dor do nosso bairro, né? Não me encaixo assim como uma pessoa que é algo máximo, mas eu me encaixo assim, como eu sou parte da história.

Ouvir minha avó (Figura 23) em suas lembranças é sempre um misto de sensações. É privilégio poder escutá-la, e perceber que, ao me contar as coisas, ela mesmo acaba por descobrir histórias que nem se lembrava, mas que no decorrer da conversa surgem em sua cabeça. É também agonizante não poder registrar cada pedaço do que ela diz, sabendo que a versão que guardo das situações que ela fala nunca serão tão sinestésicas quanto ao ouvi-la contar.

Figura 23: Lourdes em sua atuação como Agente Comunitária de Saúde.



Fonte: Acervo pessoal da família Vilela, 1986.

Ter esses registros, então, para além de missão acadêmica é também um acalanto pessoal, e uma vontade de continuar investigando as ações dos meus no bairro em que nasci. Esses registros são comprovações de que nem sempre os maiores sujeitos sociais da mudança estão escritos na história oficial, por vezes eles são lembrados apenas por familiares, e tem suas relíquias guardadas em caixas que pouco são abertas, mas que ainda assim detêm pedaços de um passado vivido com intensidade.

A transcrição completa da entrevista pode ser encontrada no Apêndice G, intitulado “Transcrição 3 de Entrevista em Profundidade – Visão Local e Mobilização”.

4. **VER É LEMBRAR: ECOS DO MULUNGU**

4. VER É LEMBRAR: ECOS DO MULUNGU

Neste capítulo, será abordado o projeto de intervenção artística a ser aplicado na cidade de Paulo Afonso, sendo esse intitulado “Ecos do Mulungu”. Para tanto, será discutido sobre a intersecção da história do antigo bairro Mulungu com a ideia de propor a retomada da memória coletiva da população de um lugar por meio da arte de rua.

4.1 Arte de rua e manifestações

A arte de rua, em suas diferentes manifestações, constitui o campo de disputa simbólica representado pelo espaço público. Para além da estética, a arte quando aplicada ao contexto urbano ganha profundidade ao ser passível de narrar vivências e de construir denúncias sobre a vida cotidiana por meio de uma comunicação por vezes simples e visual. Por ser de fácil acesso e livre aplicação, dentro de suas limitações, o grafite, os murais e os lambe-lambe transformam a paisagem da cidade e dão voz a outras narrativas, sendo veículos de denúncia.

Nesse sentido, aqui busca-se explorar referenciais visuais e conceituais de linguagens artísticas, identificando semelhanças propositivas e definindo o que pode vir a ser utilizado na intervenção *Ecos do Mulungu*. A análise de projetos correlatos permitirá compreender como diferentes artistas e coletivos têm utilizado o espaço urbano como suporte de memória, resistência e denúncia, oferecendo subsídios estéticos e políticos para a construção de uma proposta que dialogue com a história do bairro e com a experiência de seus protagonistas urbanos.

4.1.1 Estudo de casos correlatos

Como estudo de caso, buscou-se investigar intervenções que compartilham preocupação com questões referentes à resistência, identidade e narrativa – sendo assim, foi possível traçar paralelos que enriquecem a ideia do que se pretende desenvolver à frente. Para filtrar os referenciais, os projetos pesquisados utilizam, além de linguagens visuais ou escritas semelhantes, técnicas parecidas: o muralismo e o lambe. As referências serão apresentadas em painéis semânticos, reunindo algumas das artes mais interessantes para o embasamento do projeto, além de palavras e sensações geradas por cada peça gráfica.

A princípio, o primeiro projeto tem como nome **“Intervenções pretas nos muros brancos”**, idealizado e executado pelo publicitário e artista urbano *Gleyson Borges*

(@acoisaficoupreta)³⁷. Reconhecido por produzir arte negra nordestina, Borges chama atenção por seu estilo marcante e pelo uso de fotografias em lambe-lambe como ferramenta de afirmação identitária.

Sua proposta busca resgatar a identidade e valorizar o povo preto por meio de intervenções visuais nas paredes da cidade, contribuindo para o fortalecimento das raízes de sua negritude e incentivando ativamente com a desconstrução de padrões de pensamento impostos pelo sistema (Borges, 2025). O painel semântico pode ser visualizado abaixo:

Figura 24: Painel semântico de referência artística 1 – “Intervenções pretas nos muros brancos”



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de imagens de intervenções urbanas publicadas no perfil do artista Gleyson Borges (@acoisaficoupreta) no Instagram.

As intervenções são realizadas em Maceió/AL desde 2018. Em entrevista para o Estadão, Gleyson comenta que “A arte, principalmente a arte urbana, tem essa responsabilidade de fazer gerar uma ação. Não é uma questão estética, de beleza. É uma coisa que provoca algo nos outros.” (Nunes, 2022). Além da identidade visual das artes, a intenção dessas é outro ponto que chama atenção, corroborando com a ideia do projeto Ecos do Mulungu.

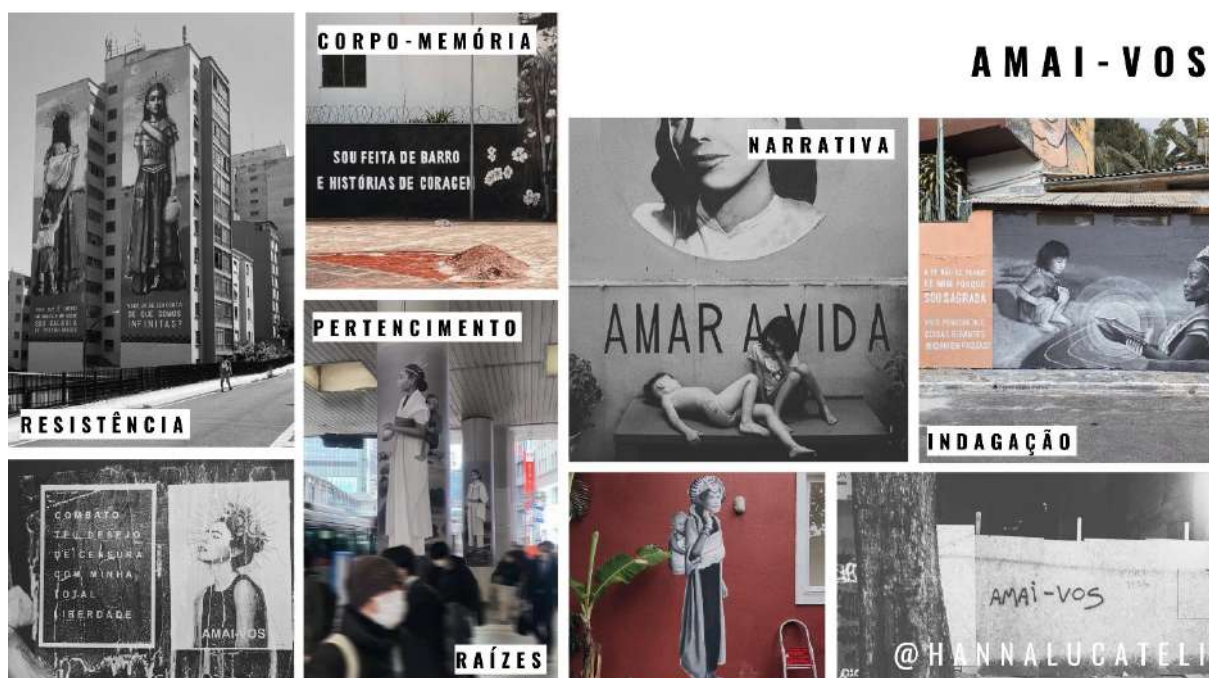
A segunda referência remete a trajetória artística de *Hanna Lucatelli* (@hlucatelli), designer de moda que tinha como hobbie a pintura e que, atualmente, desenvolve diversos

³⁷ <https://www.acoisaficoupreta.com.br/>

projetos de muralismo, sendo seu lema o termo “**Amai-vos**”. Se inspirava na arte de rua do Profeta Gentileza³⁸, sendo essa sua primeira referência visual ainda na infância.

Hanna busca trazer em suas artes a valorização das diferentes narrativas, com um recorte específico do feminino e da memória, em uma busca frequente de estimular a autorreflexão e a investigação das raízes individuais e coletivas de um passado ancestral. Seus murais, por vezes gigantes estampados em laterais de prédios inteiros, remetem familiaridade ao retratarem cenas cotidianas em contexto de reescrita dos cenários possíveis, elevando a perspectiva de quem observa. O painel semântico pode ser visualizado na Figura 25.

Figura 25: Painel semântico de referência artística 2 – “Amai-vos”



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de imagens de intervenções urbanas publicadas no perfil do artista Hanna Lucatelli (@hlucatelli) no Instagram.

Em um vídeo para o Sesc Parque Dom Pedro II, Hanna afirma que “A arte, ela vem pra narrar um período histórico também. Eu acho que a gente está nesse momento de revisitar nossa história, de reescrever, de refletir, de mudar a narrativa”. Assim como o A Coisa Ficou Preta, o recorte bem definido de suas artes permite a ampliação de suas intenções e aplicação em outros contextos.

A terceira e última referência escolhida foi o projeto “**A gente foi feliz aqui**”, trabalho desenvolvido por *Paulo Accioly* (@agentefoifelizaqui) como retomada da história e da narrativa

³⁸ Foi um pregador missionário urbano, conhecido por ilustrar pilares e viadutos no Rio de Janeiro com murais escritos com frases de acalanto.

própria dos moradores do Bairro Pinheiro, um dos atingido pelo desastre socioambiental gerado como consequência do extrativismo da empresa Braskem em Maceió/AL. A localidade sofre com afundamento do solo, tendo forçado milhares de pessoas a deixar suas casas, em um bairro que atualmente se encontra esvaziado.

Paulo é artista visual, e a técnica do lambe é uma das que mais utiliza (Lambes Brasil, 2024). O trabalho foi desenvolvido com base em relatos dos antigos moradores, e as intervenções foram feitas, por vezes, nas fachadas ou interiores das casas desses mesmos – ou no que restou delas, uma vez que as construções se encontram deterioradas.

As intenções do projeto transparecem denúncia e tentativa de resistência frente às injustiças ocorridas, além de demonstrar uma situação que foi divisora de águas na vida de muitas famílias. As fotografias coladas apresentam tamanho real, e geram um impacto visual notável na paisagem estarrecedora. O painel semântico está representado na Figura 26.

Figura 26: Painel semântico de referência artística 3 – “A gente foi feliz aqui”.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de imagens de intervenções urbanas publicadas no perfil do projeto de Paulo Accioly (@agentefoifelizaqui) no Instagram.

Com base nas sensações causadas pelas artes anteriores, foi organizada uma nuvem de palavras, representada na Figura 27, com maior destaque para as sensações que mais se repetiram. Além disso, considerando as sensações mais fortes, atribuiu-se a cor vermelha para deixá-las em evidência, propondo que as artes a serem desenvolvidas no projeto gerem essas sensações, em uma hierarquia semelhante.

Figura 27: Nuvem de palavras e sensações



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Por ser difícil prever o que o outro pode vir a sentir, propõe-se também que a linguagem utilizada nos lambes seja clara e direta, podendo assim direcionar a intencionalidade da proposta. Destarte, os projetos apresentados revelam que a arte urbana não é apenas sobre estética: ela é um campo de disputa, é política e território. E é nesse entrelace que se insere a proposta de intervenção.

4.1.2 O lambe

A prática do lambe-lambe, entendida como uma técnica de colagem específica de cartazes em espaços públicos, constitui uma forma de expressão urbana que ressignificou o cartaz tradicional. Diferente do cartaz comercial e do pôster decorativo, o lambe-lambe assume caráter crítico e contestatório (Oliveira, 2015), sendo utilizado por artistas e coletivos para provocar reflexões sobre questões sociais, condutas políticas ou para difundir criações artísticas que estejam em diálogo direto com a cidade. Sua importância reside em ocupar o espaço público como lugar de comunicação, evidenciando o que muitas vezes é silenciado nos canais oficiais. Ao espalhar imagens e mensagens diretas nas ruas, o lambe-lambe transforma a paisagem urbana em campo de disputa simbólica e imagética.

O contexto de criação e de uso do lambe-lambe está diretamente ligado às transformações tecnológicas e culturais que marcaram a história dos cartazes. Se no século XV a tipografia inaugurou a possibilidade de reproduzir textos em papel e, no século XIX, a litografia permitiu a circulação de imagens coloridas (Oliveira, 2015), o lambe-lambe surge como sucessor dessas técnicas. Porém, sua função era distinta, uma vez que para além de divulgar produtos ou espetáculos, se intervinha criticamente na paisagem urbana. Nesse

sentido, o lambe-lambe se insere na tradição das artes gráficas, mas se diferencia por sua apropriação política e estética (Oliveira, 2015).

A escolha pelo lambe-lambe como forma de intervenção artística nesta pesquisa está relacionada tanto ao potencial comunicativo como à memória envolvida no fazer comunitário. Em conversas com minha avó, descobri o relato de que moradores e ativistas de Paulo Afonso costumavam fixar papéis nas paredes utilizando uma mistura simples de polvilho e água, formando uma cola artesanal. Essa técnica, rudimentar e acessível, permitia que mensagens circulassem entre os habitantes, funcionando como instrumento de mobilização política e como veículo de comunicação. Ao recuperar essa prática, o lambe-lambe é aqui estudado, para além de uma forma de arte urbana, como forma de manifestação política e de comunicação popular

J. Então vocês colavam lambe por aí?

L. Colava. Só nessas épocas assim [período político], colava lambe com tapioca. Depois, em outras campanhas, muito na frente apareceu um diabo verde, um negócio lá que você melava e depois passava lá nas paredes. Ela já vinha feita.

J. E essa era feita com soda cáustica? O povo também faz com soda cáustica, mas é muito perigoso, né.

L. É, mas essa de tapioca a gente também fazia com soda cáustica, sabe por quê? Quando a gente tinha tempo de ir em casa, fazia no fogo, mas quando tava no meio do mundo e a cola acabou, comprava, despeja a soda cáustica, mistura e fica do mesmo jeito. Só que as mãos...

J. Misericórdia. Pois hoje em dia dá pra fazer com cola, mistura de cola branca e água.

L. E é? Ah, pois quando se acabava a gente não podia entrar nas casas do povo pra fazer, aí a gente botava a água, botava a goma e despejava o diabo verde, mexia, ela fervia e pronto. Tava pronta.³⁹

Assim, o lambe-lambe pode ser compreendido como um elemento estratégico para pensar a cidade como espaço vivido. A prática de colar lambes evidencia formas de apropriação do espaço público, nas quais os sujeitos podem inscrever narrativas, críticas e memórias. Nesse sentido, a arte de rua se apresenta como recurso de comunicação que amplia possibilidades de expressão, sem depender dos canais institucionais ou oficiais. É também veículo de exposição dos problemas urbanos. Na proposta, portanto, o lambe-lambe será utilizado como prática estética, política e comunicacional, articulando a história, a memória e a intervenção.

4.2 Curadoria

A curadoria deste projeto organiza os elementos visuais e simbólicos que orientam a produção das peças gráficas. O processo partiu da construção do estudo de casos correlatos, que guiou as ideias de forma preliminar, direcionou a intenção visual almejada e a preferência pelo

³⁹ GOMES, Maria de Lourdes Vilela. Relato resgatado em conversa pessoal com a autora [21 jun/2025]

lambe-lambe. A partir disso, iniciou-se a escolha de referências visuais que serviram como guia para a identidade estética, organizada a seguir em um moodboard.

Figura 28: Moodboard do projeto.



Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

A linguagem visual dos lambes foi decidida a partir da escolha de paleta cromática definida pela simplicidade do preto e do branco o efeito do vermelho. A tipografia foi selecionada considerando sua legibilidade em ambientes urbanos, sua clareza e sua capacidade de transmitir impacto visual imediato. Optou-se por uma fonte sem serifa e de traços firmes e diretos, que reforça a simplicidade da paleta cromática e dialoga com o contraste entre as cores (Figura 29). Essa linguagem busca garantir clareza na leitura e intensificar o caráter expressivo das mensagens.

Figura 29: Ilustração da fonte escolhida.



Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

A composição de imagens foi posta em maior destaque proporcional, com figuras ocupando a página quase toda. Dessa forma, pretendia-se que fosse instaurada certa curiosidade em quem avistasse o lambe, como um convite para avistar melhor os detalhes possivelmente familiares (ou não). As imagens foram criadas por meio de sobreposição com transparência, utilizando mapas como base e formando camadas com fotografias antigas ou recortes de escritos, como ilustrado abaixo:

Figura 30: Sobreposições de figuras utilizadas nos lambes.



Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

As fotografias selecionadas para compor as artes foram curadas considerando sua relevância simbólica e capacidade de evocar memórias. São fotos de um acervo pessoal mantido por minha família, em especial minha avó e minha mãe, e que resguardam a nostalgia da coletividade local. Dessa forma, cada imagem contribui para a narrativa visual que se tem intenção, levando em consideração os eixos vislumbrados com as entrevistas aplicadas.

Destaca-se que as fotografias foram tratadas digitalmente com efeitos para velar a identidade das pessoas, como forma de resguardo, mas principalmente para remeter ao borrado das memórias que se esvaem de detalhes quando pensamos no tempo pretérito. As palavras e frases trazidas nos lambes foram definidas a partir de sua força poética e do potencial de provocar reflexão. São expressões curtas e incisivas, que pretendem funcionar como gatilhos de memória e estímulo à atenção dos transeuntes. A combinação entre texto e imagem foi pensada para criar composições dinâmicas, capazes de se destacar no espaço urbano e estabelecer diálogo direto com os transeuntes.

O lambe referente a “Visão política e interna” (Figura 31) puxa a temática do ativismo político, sendo coerente com as falas e o posicionamento de Alcides. Foram sobrepostos trechos

de cadernos de ata de reuniões e de um convite para o encontro da Associação de Moradores. Por cima, duas fotografias do Grito dos Excluídos se mesclam na composição.

Figura 31: Processo de produção do lambe 01



Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

A frase em destaque na arte é uma fala do próprio entrevistado, dita em diversas conversas pessoais e também na entrevista. Essa afirmação, em destaque na Figura 32, é potente e classifica de forma acurada um posicionamento pessoal quanto à empresa, definindo-a enquanto patologia por todos os danos gerados às pessoas expulsas.

Figura 32: Frase utilizada no lambe 01

EU
NÃO
SOFRO
DE **CHESFOSE**

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Já a arte que se alinha com a “Visão institucional e educação” (Figura 33), muito conversado com dona Conceição, aborda a questão do envolvimento social necessário para manter a educação básica na cidade por meio da Liga Social Católica. Assim, foi trazida uma fotografia de outra atividade desenvolvida junto à Liga – no lambe em questão, tem-se um o Encontro da Vida, organizado pela Pastoral da Criança na casa de minha avó. Por baixo dela, um trecho do mapa da porção central da cidade, abrangendo a Vila Poty e a Cidade Chesf.

Figura 33: Processo de produção do lambe 02



Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

A frase utilizada é a de Nêgo Bispo, uma base bibliográfica que serviu como fonte de inspiração e como rumo para o entendimento da pesquisa, sendo o escrito mostrado na Figura 34 muito alinhado com o que dona Conceição abordou em suas falas. A coletividade dos trabalhos que forma (des)envolvidos junto à Liga Católica são o exemplo de que, apesar da desconexão impulsionada pela ambição, é o envolvimento social que faz com que a vida siga adiante.

Figura 34: Frase utilizada no lambe 02

**“O (DES)ENVOLVIMENTO DESCONECTA,
[...] PALAVRA BOA É ENVOLVIMENTO”**

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

No último lambe, foi a “Visão local e mobilização” que teve destaque (Figura 35). Em meio a conversas com vó Lourdes, ela me contou que aquela foto tão bonita, uma de minhas preferidas por reconhecer sua figura em destaque com uma camisa verde estampada, foi um registro de uma oficina de alimentação alternativa feita pela Pastoral. Em um contexto desigual, eram muitas as famílias com crianças desnutridas, e as oficinas contribuíam com a saúde delas. Embaixo da foto, o recorte de uma porção da cidade muito conhecida por mim: lugar onde nasci, morei, estudei e brinquei por uma vida toda.

Figura 35: Processo de produção do lambe 03



Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

A pergunta em destaque, ilustrada na Figura 36, apresenta uma questão aparentemente simples: quem morava lá? Com esse enunciado, busca-se provocar no observador uma reflexão sobre o conhecimento — ou a ausência dele — a respeito de quem habitava o bairro Mulungu. O caráter instigante da proposta reside justamente no fato de que muitos moradores da cidade desconhecem a existência desse bairro, o que reforça a intenção de ativar memórias e dar visibilidade a um espaço pouco lembrado.

Figura 36: Frase utilizada no lambe 03



Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

O processo criativo, portanto, articula referências visuais, escolhas cromáticas, tipográficas e textuais em um conjunto coerente. As artes finais revelam a intenção de ativar memórias coletivas, promover interação com o espaço público e ampliar a experiência estética por meio da linguagem do lambe-lambe.

Ao fim do processo, foi criada uma apresentação com fotos e áudios gravados por minha avó, explicitando o que estava acontecendo em cada fotografia central. Na Figura 37 é possível verificar os QR code's de acesso aos vídeos referentes a cada lambe, bem como suas fichas técnicas com informações resumidas.

Figura 37: Lambes utilizados com suas fichas técnicas e QR code's correspondentes



QR code com explicação em áudio feita por Lourdes.

Título/Visão: Política e interna
Referência principal: Entrevistas com Alcides
Elementos visuais: Trechos de atas de reuniões, convite da Associação de Moradores, fotografias do Grito dos Excluídos
Frase em destaque: “Eu não sofro de Chesfose” (fala de Alcides)
Intenção: Denúncia política e crítica à empresa, reforçando a memória da resistência popular.



QR code com explicação em áudio feita por Lourdes.

Título/Visão: Institucional e educação
Referência principal: Conversas com Conceição
Elementos visuais: Fotografia de atividade da Liga Social Católica (Encontro da Vida), mapa da Vila Poty e Cidade Chesf
Frase em destaque: Trecho de Nêgo Bispo (base bibliográfica)
Intenção: Ressaltar o papel do envolvimento social e comunitário na manutenção da educação e da vida coletiva.



QR code com explicação em áudio feita por Lourdes.

Título/Visão: Local e mobilização
Referência principal: Conversas com vó Lourdes
Elementos visuais: Fotografia de oficina de alimentação alternativa da Pastoral, recorte de mapa da cidade (território de vivência pessoal)
Frase em destaque: “Quem morava no Mulungu?”
Intenção: Provocar reflexão sobre a ausência de memória oficial e dar visibilidade ao bairro apagado da história da cidade.

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

4.3 Percurso urbano: o circuito

Neste tópico será discorrido sobre a escolha de pontos fortes e interessantes para aplicação das artes desenvolvidas, considerando lugares estratégicos de circulação de pessoas ou a importância do local para a história do bairro. Busca-se definir pontos para o circuito não só nos limites do antigo bairro Mulungu, mas também na ilha, em que se localiza o centro da cidade - local onde foi construída a cidade Chesf, seu centro administrativo e o alojamento dos técnicos e operários.

Entende-se que, na Ilha, a sensação causada não será de nostalgia, mas sim de curiosidade, sendo essa uma intenção proposital. Os pontos elencados buscam traçar um percurso urbano relevante para a proposta, e se encontram representados nas Figuras 38 e 39:

Figura 38: Circuito no antigo Mulungu



Figura 39: Circuito na Ilha de Paulo Afonso



Abaixo estão elencados os pontos identificados nos mapas acima, com uma breve explicação do contexto de escolha.

4.3.1 Circuito 1: Antigo Mulungu

A escolha dos pontos no antigo Mulungu se deu pela relevância social e simbólica que cada espaço possui na vivência coletiva da comunidade. São locais que, em diferentes momentos, funcionaram como polos de encontro, lazer, comércio e mobilização social, e que ainda hoje concentram fluxos de pessoas e práticas cotidianas.

1 – **Praça da Saúde:** Escolhida por ser um local de muito movimento do bairro, é uma praça linear que interliga a via principal com o BTN III e é ponto de encontro de pessoas de diversas idades;

Figura 40: Sede da Praça da Saúde.



Fonte: Google Street View, 2024.

2 – Centro Social Urbano (CSU): Foi escolhido por sua importância social, por ter sido ponto de atividades culturais e educacionais no passado, próximo a escola e igreja, em área de grande fluxo;

Figura 41: Rua do CSU



Fonte: Google Street View, 2024.

3 – Terminal do Centro de Abastecimento (CEASA): O local faz parte de uma dinâmica social intensa por ser onde ocorre a feira livre da região. Aos domingos recebe pessoas de diferentes localidades, e durante a semana recebe mercadorias diversas;

Figura 42: Fachada do Terminal do CEASA



Fonte: Google Street View, 2024.

4 - Casa Paroquial: Devido a afinidade existente entre a Igreja Católica e as atividades sociais ocorridas no antigo Mulungu, representa um espaço de retomada ao contato existente. É um dos poucos locais em que resta um exemplar de mulungu em meio ao concreto da cidade;

Figura 43: Esquina da Casa Paroquial.



Fonte: Google Street View, 2024.

5 – Praça Padre Lourenço: É um dos polos comerciais do atual BTN II, é ponto de encontro de pessoas diversas e local de entretenimento de jovens e crianças ao fim das aulas por estar próxima de escolas;

Figura 44: Trecho do anfiteatro na Praça Padre Lourenço



Fonte: Google Street View, 2024.

6 – Praça CEU: Ponto de encontro de jovens no BTN I, funciona como centro cultural e esportivo. Recebe atividades durante o dia e a noite, sendo o principal local de lazer das redondezas.

Figura 45: Lateral nordeste da CEU



Fonte: Google Street View, 2024.

4.3.2. Circuito 2: Ilha de Paulo Afonso

Na Ilha, os pontos foram escolhidos pela centralidade na vida urbana da cidade. Aqui, a intenção é provocar curiosidade e reflexão, inserindo a arte em espaços de circulação mais intensa e em marcos simbólicos da ação da Chesf, de modo a tensionar a narrativa oficial e abrir espaço para outras vozes.

1 – Mercado Municipal: local de muito movimento diário, funciona durante todo o horário comercial. É o maior polo de venda.

Figura 46: Entrada oeste do Mercado Municipal



Fonte: Google Street View, 2024.

2 – Espaço Cultural Lindinalva Cabral: representa um grande ponto de encontro, esporte e lazer da cidade. Sua proximidade com uma escola, a presença de quadras esportivas e bares noturnos faz com que seja um local visitado sempre. Seu espaço interno abriga ensaios e atividades culturais.

Figura 47: Fachada do Serviço de Atendimento ao Turista (SAT) localizado no Lindinalva Cabral



Fonte: Google Street View, 2024.

3 – Travessa Abdias Pionório: chamada de “bequinho” por muitos, é uma rua estreita que encurta a chegada à Rua da Frente. Muito movimentado, possui paredes brancas que naturalmente são abrigo de grafismos e pixações.

Figura 48: Trecho da travessa Abdias, o "bequinho".



Fonte: Google Street View, 2018.

4 – Rua da Frente: o calçadão da Rua da Frente acompanha a delimitação do principal centro comercial da cidade, sendo um local movimentado durante o dia e a noite, por ser também ponto de lazer.

Figura 49: Vista do calçadão da Rua da Frente



Fonte: Google Street View, 2024.

5 – Rua da Biblioteca Municipal: a rua que dá acesso à biblioteca foi escolhida por sua localização – é divisa com um campus da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), e faz parte da porção do território em que a Cidade Chesf detinha.

Figura 50: Trecho da rua da biblioteca, onde pode ser vista a parede externa da UNEB



Fonte: Google Street View, 2024.

5 – Trecho do Muro da Vergonha: escolhido por seu peso simbólico, representa a imposição de uma distinção física e social.

Figura 51: Restos do antigo muro da vergonha, atualmente usado como fundação para os sobrados da rua.



Fonte: Google Street View, 2024.

4.4 Intervenção

Aqui serão expostas as artes aplicadas na cidade, capturando a relação dessas o contexto local. A intenção é identificar o contraste criado e tentar capturar com fotografia as paisagens do local em que os lambes foram aplicados. As intervenções estão enumeradas de 1 a 6 para o antigo Mulungu, e posteriormente voltam a ser enumeradas de 1 a 6 para a Ilha de Paulo Afonso.

Todas as fotografias a seguir são registros da autora, em dezembro de 2025, data em que a intervenção foi aplicada.

1. PRAÇA DA SAÚDE

ANTIGO MULUNGU



Por estar localizado próximo de minha casa, é um ponto importante em meu imaginário, tendo sido local de brincadeiras no fim da infância e por reconhecer a potência do espaço como local de práticas coletivas

A intervenção foi executada em uma tarde tranquila, sem interrupções, e sob alguns olhares atentos de trabalhadores do outro lado da rua



Optei pelo lambe 3, sobre visão local, pela praça está localizada próxima da casa das primeiras famílias que se estabeleceram naquela porção do território.

2. RUA DO CSU

ANTIGO MULUNGU

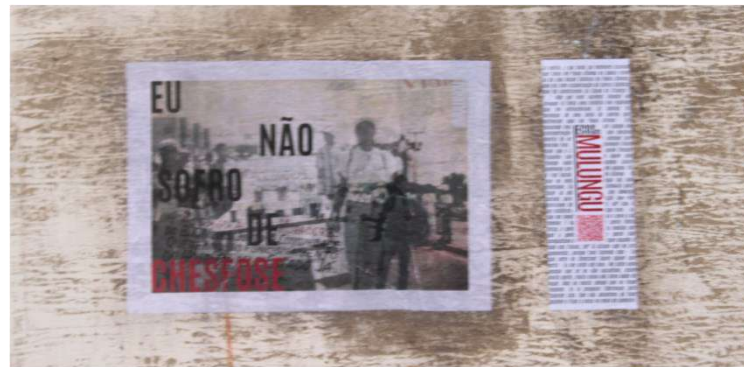
Foi o local em que minha mãe foi alfabetizada e onde festejei muitos aniversários, onde participei de eventos em família e frequentei aulas de capoeira.



O muro do CSU já foi utilizado como base para uma homenagem aos primeiros moradores do bairro, tendo abrigado o roste de minha avó por bons meses em um projeto em parceria com o Sesc Ler.

A escola Sesc fica logo em frente, e foi onde estudei boa parte de minha vida.

O local recebeu a intervenção com o lambe 1, trazendo a frase 'Eu não sofro de chesfose' para o cotidiano do bairro



3. TERMINAL DO CEASA

ANTIGO MULUNGU



O terminal é uma construção nova na cidade, alocado onde antes existia o principal ponto de ônibus da localidade. Por anos era onde eu descia quando voltava da escola, me encontrando com feirantes que mantinham poucas barracas por perto ao longo da semana. Já a feira livre sempre funcionou ali, era o destino de todo domingo pela manhã e é o local em que mais pulsa a vivência coletiva. A intervenção ocorreu junto a olhares de observadores, que interagiram com os lambes depois da aplicação.



A parede funciona como painel e reúne avisos e informações, sendo local escolhido por naturalmente atrair olhares pelo caráter informativo.

O espaço do terminal é utilizado diariamente por quem circula na cidade ou busca ir para outros municípios



4. CASA PAROQUIAL

ANTIGO MULUNGU

Casa Paroquial, ligada à Igreja Católica, mantém relação histórica com as atividades sociais do antigo Mulungu.



O espaço simboliza a retomada de vínculos comunitários e guarda um dos poucos exemplares de mulungu ainda presentes em meio ao concreto da cidade.

Os lambes foram aplicados no muro externo, aproveitando a visibilidade do local e reforçando a conexão entre memória, fé e cotidiano.

Entre eles, foi escolhido o lambe 3, que aborda a visão local, devido ao simbolismo do vínculo entre a igreja e a produção comunitária local na época.



5. PRAÇA PADRE LOURENÇO

ANTIGO MULUNGU



A “Praça do BTN 2” sempre foi marco de comemorações e atividades culturais que participei desde a infância, representando assim um espaço interessante para aplicação do projeto



O espaço, marcado pela convivência e pelo comércio, aparece como cenário vivo de sociabilidade, onde a arte pode provocar reflexão em meio ao cotidiano.

É um local muito movimentado e possui vigilância constante, a intervenção foi realizada de forma cuidadosa.

Aqui foi aplicado o lambe 2, voltado à mobilização comunitária, que dialoga diretamente com a vocação coletiva da praça e reforça sua dimensão de encontro e resistência.

6. PRAÇA CEU

ANTIGO MULUNGU

A Praça CEU, localizada no BTN I, reúne quadras esportivas e espaços culturais em uma mesma estrutura.

O local recebe atividades ao longo do dia e da noite, tornando-se referência de lazer para moradores da região.

Entre encontros informais e eventos organizados, funciona como ponto de convivência comunitária e acesso à cultura - por esse motivo, a arte selecionada foi a do lambe 3, sobre envolvimento.



Os lambes foram aplicados na placa externa, em razão da vigilância e da impossibilidade de acesso à área interna, marcando o espaço de forma visível para quem circula pelo entorno

1. MERCADO MUNICIPAL

ILHA DE PAULO AFONSO

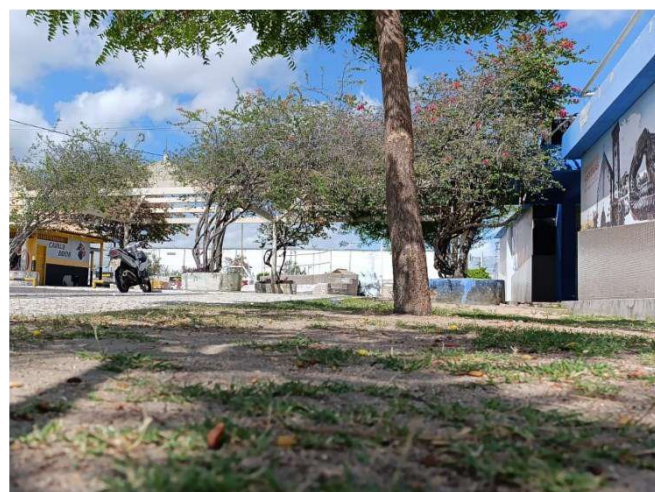
O mercado, com sua vitalidade, simboliza a pluralidade cultural da cidade e se torna ponto estratégico para provocar curiosidade e diálogo.



Por acreditar que muitos dos que frequentam reconhecem o território do antigo Mulungu, o lambe utilizado foi o 2, que questiona: “Quem morava no Mulungu?”

2. LINDINALVA CABRAL

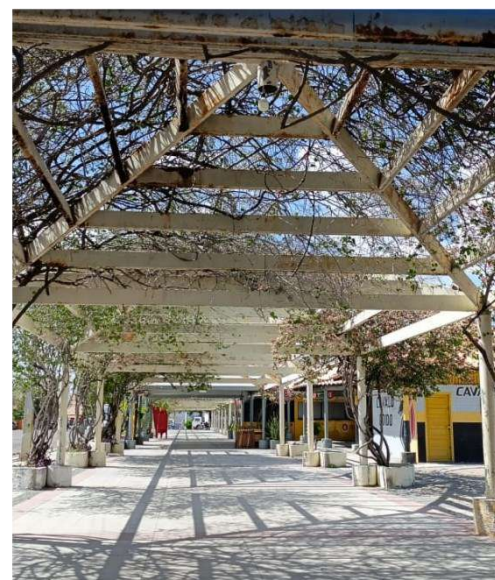
ILHA DE PAULO AFONSO



O espaço cultural Lindinalva acolhe inúmeras atividades artísticas, devido a existência de um teatro, atualmente desativado, e das áreas livres que recebem ensaios, atividades esportivas e escolares.

Foi lá que fiz aulas de teatro e que passei muitas tardes aguardando o horário da aula de educação física, reconhecendo então o espaço como importante na dinâmica de muitos na região.

O lambe aplicado foi o 2, que aborda envolvimento.



3. TRAVESSA

ILHA DE PAULO AFONSO

As fotografias mostram a rua estreita, com paredes brancas já marcadas por grafismos e pixações.



Desde que me lembro, a travessa sempre foi alvo de intervenções artísticas, mesmo que tímidas.



Esse cenário visual legitima a escolha como suporte para o lambe, pois dialoga diretamente com a estética urbana e com a expressão popular espontânea preexistente.

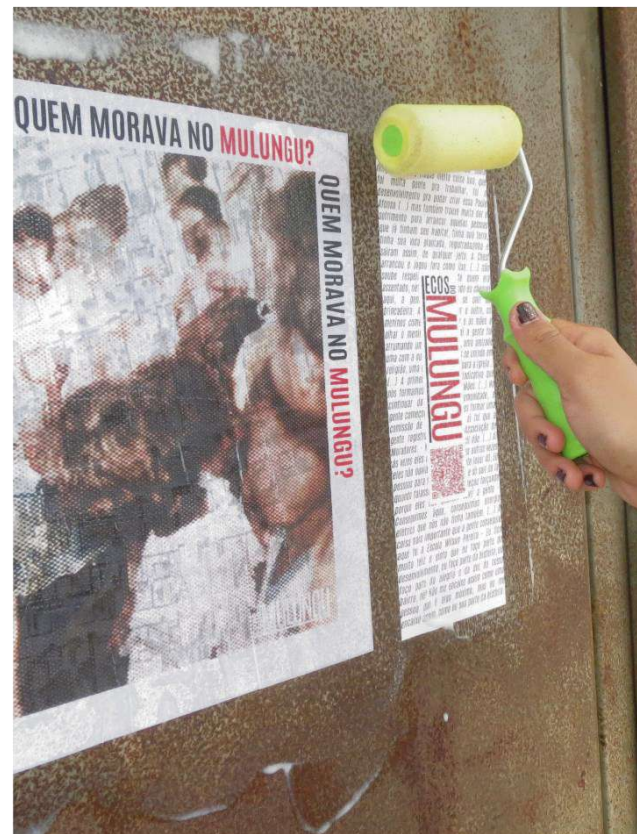
Por seu caráter direto e impositivo, o lambe escolhido foi o 1 - “Eu não sofro de Chesfose!”¹⁰³

4. RUA DA BIBLIOTECA/UNEB

ILHA DE PAULO AFONSO



As fotos mostram a proximidade com a UNEB e a biblioteca, apresentando o contraste entre saber acadêmico e memória popular.



O espaço, marcado por muros e passagens, torna-se ponto de diálogo entre diferentes formas de conhecimento.

A intervenção foi realizada em um espaço de passagem diária de estudantes e moradores, ampliando sua visibilidade.

O lambe escolhido foi o 2, que cita diretamente o nome do Mulungu - a escolha se deu pela tentativa de instigar as pessoas em ambiente institucional pelo questionamento.

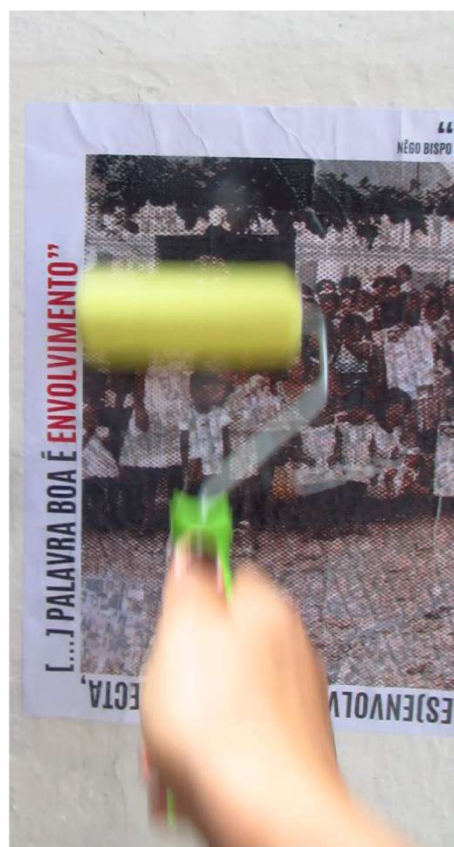


5. RUA DA FRENTE

ILHA DE PAULO AFONSO

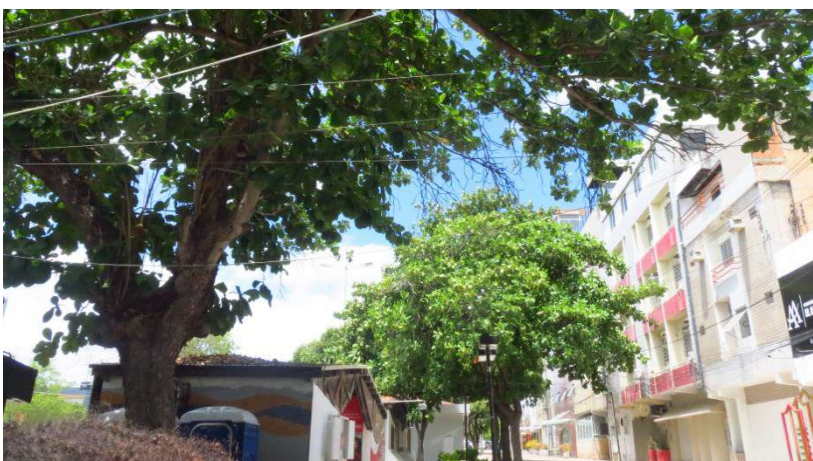


A Rua da Frente é famosa por seu comércio latente e vida noturna ativa, sendo um dos espaços mais conhecidos na cidade.



A intervenção artística nesse cenário ganha destaque pela visibilidade, inserindo memória e resistência em meio ao consumo e ao entretenimento.

O lambe escolhido para esse contexto, então, foi o 3, que fala sobre envolvimento.



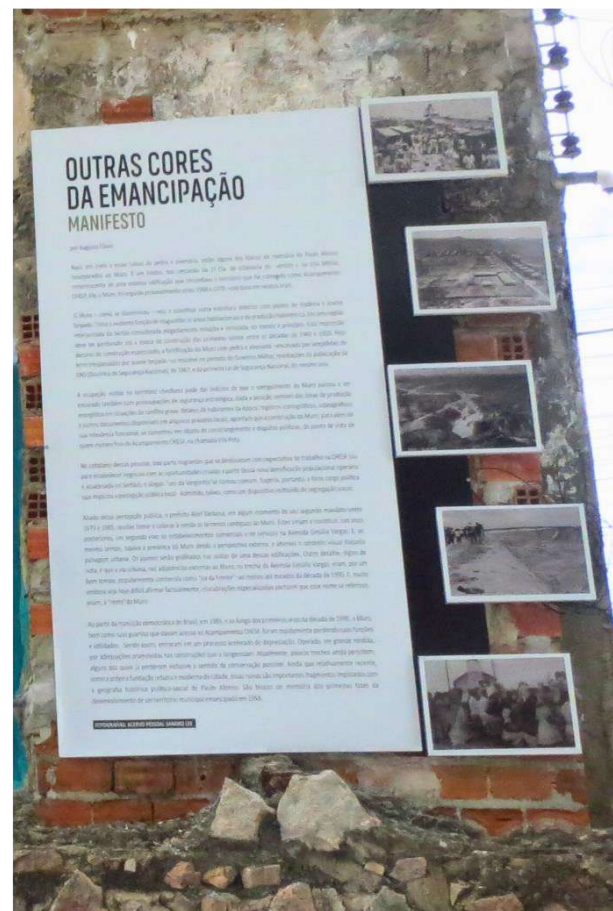
6. TRECHO DO MURO DA VERGONHA

ILHA DE PAULO AFONSO



Possui alguns trechos que resistiram ao tempo, e atualmente acolhe uma intervenção feita como crítica à existência do muro e como forma de dar voz às injustiças da época. As imagens revelam os restos do muro, hoje incorporados às construções.

Esse detalhe da intervenção visual reforça o peso simbólico da segregação espacial e social, transformando o local em marco de denúncia e resignificação por meio da arte. Dessa forma, o lambe escolhido foi o 1, com a frase “Não sofro de chesfose!”



5.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso trilhado nesta pesquisa evidenciou que a história oficial da cidade de Paulo Afonso, marcada pela construção do Complexo Hidrelétrico da Chesf e pelo discurso pelo progresso, deixou à margem narrativas fundamentais para compreender os impactos sociais, ambientais e culturais desse processo. O bairro Mulungu, formado a partir da desterritorialização de famílias e da ocupação precária por pessoas vindas de longe, foi símbolo da resistência popular diante da lógica desenvolvimentista excludente.

O objetivo geral – retomar a memória local presente no contexto do (des)envolvimento do bairro Mulungu por meio da arte urbana – foi alcançado, pois se demonstrou que a escuta de narrativas populares e a valorização das experiências cotidianas são capazes de revelar dimensões simbólicas ocultadas pela história oficial. Além disso, a execução da intervenção artística com o lambe reforçou o alcance, pois ilustrou nos muros da cidade fragmentos de memória que dialogam diretamente com as pessoas e com o espaço urbano.

Os principais resultados obtidos foram os registros de fala de pessoas que participaram, de alguma forma, do processo. Espera-se, então, que os trechos possam servir como validação e testemunho narrado das complexidades envolvidas na formação da cidade de Paulo Afonso. Os relatos obtidos supriram os apontamentos trazidos no problema de pesquisa e enfatizaram a importância de salvaguardar aquilo que normalmente se mantém na memória, quando as lembranças, para além de recorte pessoal, se expressam como uma parcela de narrativa coletivizada.

Para além disso, acredita-se que a pesquisa tenha contribuído de forma relevante com um quadro de ensaios transdisciplinares, por ter considerado aspectos urbanísticos, sociais, geográficos e artísticos como base laboral. Os tensionamentos teórico-práticos envolvidos na execução de um projeto acadêmico se mostram também como aspectos relevantes para a construção formativa do arquiteto e urbanista, tendo sido enriquecedor o contato interveniente com a urbe para o estudo e posterior aplicação de uma proposta que barra um problema descrito teoricamente. A experiência permitiu uma maior aproximação com as problemáticas apontadas.

São reconhecidas, porém, algumas limitações. Devido à ausência de materiais escritos históricos sobre o antigo bairro, foi necessário beber de fontes amplas por meio de pequenos trechos que falavam sobre o recorte do antigo Mulungu. A falta de documentação oficial foi empecilho- sendo essa a crítica o cerne do trabalho -, bem como a dificuldade de acessar classificações urbanas recentes nos arquivos da cidade. Além disso, a dependência de relatos

orais, ainda que fundamentais, pode trazer lacunas decorrentes da memória individual possivelmente esvaída e da ausência de registros documentais mais amplos.

Destarte, essa pesquisa não finda nela mesma. Que os Ecos do Mulungu possam ressoar em outros ouvidos e amplificar seu alcance sonoro, reverberando em outros trabalhos, em outras práticas artísticas e em outras lutas, e buscando que a história dos que resistiram seja reconhecida como parte essencial da formação urbana e social de Paulo Afonso.

Nesse sentido, futuras pesquisas podem ampliar o escopo e abranger outros bairros impactados pela lógica desenvolvimentista da Chesf; comparar diferentes experiências de desterritorialização e resistência e aprofundar o estudo sobre os efeitos das intervenções artísticas como instrumentos de memória coletiva, explorando metodologias participativas que envolvam diretamente os moradores na criação das obras.

Por fim, este trabalho também é atravessado por uma dimensão pessoal. Enquanto neta de Lourdes, insiro minha escrita naquilo que Conceição Evaristo denomina *escrevivência* - narrar a partir daquilo que me foi contado, das memórias herdadas e dos entendimentos cotidianos. Escutar minhas avós, meu avô, meus pais e tantos outros que viram ou sentiram o processo é retomar um ciclo de entendimento que não se encerra. É ser começo, meio e começo. Os Ecos, para além de substâncias de minha pesquisa, são também parte da minha própria história, fortalecendo a escrita atravessada pela experiência vivida.

REFERÊNCIAS

ARÁOZ, Horacio Machado. **Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade**. Editora Elefante, 2020.

AZEVEDO, Sérgio Luiz Malta de. **Paulo Afonso e o desenvolvimento regional**. Campina Grande: EDUECC, 2011.

BENJAMIN, Walter; ROUANET, Sergio Paulo; GAGNEBIN, Jeanne-Marie. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. Obras escolhidas, v. 1, 1807.

BISPO, Antônio “Nêgo”. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

BORGES, Gleyson. **Quem faz – A coisa ficou preta**. Disponível em: <https://www.acoisaficoupreta.com.br/pagina/quem-faz.html>. Acesso em: 31 ago. 2025.

BORGES, Osmar Barreto. **Mapa da ocupação histórica da Tapera de Paulo Affonso**. Adaptado de HALFELD. In: ———. 300 anos da Tapera de Paulo Affonso. Apresentação técnica comemorativa. Paulo Afonso: ICMBio, 2025.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 20. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

CASALI DA SILVA, Bruna et al. Estudos sobre Semiótica da Arte. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 32., 2009, Curitiba. Anais. São Paulo: Intercom, 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-3185-1.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2025.

CASTRO, João Alves de. SERPA, Ângelo. O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo, Contexto, 2007. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 139–143, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateliê/article/view/3898>. Acesso em: 29 nov. 2025.

CARTAXO, Z. Arte nos Espaços Públicos: a cidade como realidade. **O Percevejo Online**, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/opercevejoonline/article/view/431>. Acesso em: 21 jul. 2025.

CARVALHO, P. E. R. **Espécies arbóreas brasileiras**. Circular Técnica, n. 160. Colombo: Embrapa Florestas, 2008. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/315643/1/circtec160.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2025.

CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Cidades submersas pelo São Francisco guardam saudades e tristezas. Disponível em: <https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/novidades/cidades-submersas-pelo-sao-francisco-guardam-saudades-e-tristezas>. Acesso em: 30 ago. 2025.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF. Estatuto Social: aprovado na 176ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19 de janeiro de 2018. Recife:

CHESF, 2018. Disponível em: https://www.chesf.com.br/empresa/Documents/Chesf-Estatuto_Social_176AGE_19.01.2018.pdf. Acesso em: 16 ago. 2025.

CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. Base Jurídica. Disponível em: <https://www.chesf.com.br/empresa/Pages/Base%20Jur%C3%ADica/BaseJuridica.aspx>. Acesso em: 25 ago. 2025

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs. **Capitalismo e esquizofrenia**, v. 1, 1995.

DORNELAS, Nelito Nonato. A identidade das CEBs. **Vida Pastoral**, n. 248, p. 3–5, [s.d.]. Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/artigos/eclesiologia/a-identidade-das-cebs/>. Acesso em: 21 out. 2025.

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. **Novos estudos CEBRAP**, p. 73-89, 2007.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Pallas Editora, 2017.

FERREIRA, José Ivaldo de Brito. **A invenção dos royalties de hidrelétricas: impactos provocados por barragens e a luta por compensação em Paulo Afonso-BA**. Assis: Seike & Monteiro, 2019.

FERNANDES, Fernando; SOUZA E SILVA, Jailson de; BARBOSA, Jorge. O paradigma da potência e a pedagogia da convivência. **Revista Periferias**, Instituto Maria e João Aleixo, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revistaperiferias.org/materia/o-paradigma-da-potencia-e-a-pedagogia-da-convivencia/>. Acesso em: 15 out. 2025.

FONTES, Leonardo de Oliveira. Do direito à cidade ao direito à periferia: transformações na luta pela cidadania nas margens da cidade. **Plural – Revista de Ciências Sociais**, v. 25, n. 2, p. 13–39, 2018. Disponível em: <https://revistas.usp.br/plural/article/view/153617>. Acesso em: 21 out. 2025.

FORTUNA, Elay. **A semente do Mulungu**. In: QUEIROZ, Gecildo. A semente do mulungu. Paulo Afonso, 2020.

FREITAS, Henrique; OLIVEIRA, Miriam; SACCOL, Amarolinda Zanela; MOSCAROLA, Jean. O método de pesquisa survey. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 105–112, jul./set. 2000. Disponível em: <https://rausp.usp.br/wp-content/uploads/files/3503105.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.

GONZAGA, Luiz; DANTAS, Zé. **Paulo Afonso**. [S.l.]: RCA Victor, 1955. Disco de 78 rpm.

GUIDA, Carolina; TREVISAN, Ricardo. SOBREVIVÊNCIAS DE CIDADES-RUÍNAS PÓS BARRAGEM DE ITAPARICA: Uma montagem urbana. **Pixo: Revista de Arquitetura Cidade e Contemporaneidade**, v. 8, n. 29, 2024.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Currículo Lattes. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/0658808096920254>. Acesso em: 19 ago. 2025.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 294.

KAUCHAKJE, Samira. Movimentos Sociais no Século XXI: Matriz pedagógica da participação sociopolítica. In: JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de (org.). **Educação e movimentos sociais**: novos olhares. Campinas: Alínea, 2007.

LAMBE BRASIL. **Projeto de lambe lambe resgata história de moradores em bairro abandonado**. Lambes Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.lambesbrasil.com.br/post/a-gente-foi-feliz-aqui>. Acesso em: 31 ago. 2025.

LIMA, João de Sousa. **Paulo Afonso e a Vila Poty, a história não contada**. Paulo Afonso: Fonte Viva, 2017.

LIMA, Sabrina Feitoza; RODRIGUES, Emanuelle Gonçalves Brandão. **Controvérsias públicas e comunicação de coletivos: um estudo de caso da atuação do MUVB diante do colapso da Mina 18 da Braskem**. In: INTERCOM Nordeste 2024, Natal. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2024/resumos/0005-1.pdf>. Acesso em: 1 maio 2025

MARQUES, Juracy. **Cultura material e etnicidade dos povos indígenas do São Francisco afetados por barragens**: um estudo de caso dos Tuxás de Rodelas. UFBA, Salvador-BA, 2008.

NOVA FRONTEIRA. **Marcel Proust – Vida e Obra**. Disponível em: <https://www.novafronteira.com.br/marca/marcel-proust.html>. Acesso em: 19 ago. 2025.

NUNES, Eduarda. **‘Faço intervenções pretas nos muros brancos’, diz artista**. Expresso Estadão, 11 jan. 2022. Disponível em: <https://expresso.estadao.com.br/naperifa/faco-intervencoes-pretas-nos-muros-brancos-diz-artista-de-maceio>. Acesso em: 31 ago. 2025.

NUNES, Gustavo de Oliveira. Territorializar. In: ROCHA, Eduardo; SANTOS, Taís Beltrame. Verbolário da caminhografia urbana. **Pelotas. RS: Editora Caseira**, 2024.

OLIVEIRA, Diogo. **Lambe-Lambe**: resistência à verticalização do Baixo Augusta. São Paulo, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação) – Universidade de São Paulo. Disponível em: https://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/tcc/lambe-lambe_-_final_corrigido.pdf. Acesso em: 26 nov. 2025.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. ISBN 978-8575590362. eBook Kindle.

PAULO AFONSO. **História**. Prefeitura Municipal de Paulo Afonso, 2025. Disponível em: <https://pauloafonso.ba.gov.br/historia>. Acesso em: 24 ago. 2025.

PANÇARDES, Camila Faria. **As Comunidades Eclesiais de Base no processo de organização política do movimento popular por moradia no município de Volta Redonda (1970–1980)**. Dissertação (Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/8340>. Acesso em: 21 out. 2025.

PORTO-GONÇALVEZ, Carlos Walter. A desordem do progresso. In: ARÁOZ, Horacio Machado. **Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade**. Editora Elefante, 2020.

QUEIROZ, Gecildo. **A semente do Mulungu**: contos. Paulo Afonso, 2020.

RAZÃO INADEQUADA. **Deleuze – Vida e Obra**. Disponível em: <https://razaoinadequada.com/filosofos/deleuze>. Acesso em: 19 ago. 2025.

RINK, Anita; VASQUES-MENEZES, Ione; METTRAU, Marsyl Bulkool. Estudo fotográfico da arte urbana: da aventura proibida ao engajamento político. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 2, p. 332-346, 2018.

ROLNIK, Suely; GUATTARI, Félix. Micropolítica: cartografias do desejo. 4. ed. **Petrópolis: Vozes**, 1996.

SANTANA, Aristóteles Lima. Os anos 80 em Paulo Afonso. **Alma Rubra**, 5 set. 2012. Disponível em: <https://aristoteleslima.blogspot.com/2012/09/os-anos-80-em-paulo-afonso.html>. Acesso em: 15 out. 2025.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. O papel ativo da Geografia. Um manifesto. **Revista Tamoios**, v. 2, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SCHUTE, E. F. **Cachoeira de Paulo Afonso**. 1850. Óleo sobre tela, 118 x 153 x 3,5 cm. Doação João da Costa Doria, 1956. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand – MASP. Disponível em: <https://masp.org.br/acervo/obra/cachoeira-de-paulo-afonso-1>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SCOTT, Parry. **Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado**. Editora Universitária UFPE, 2009.

SEM AUTORIA. **Usina de Angiquinho**. [s.d.]. In: BORGES, Osmar Barreto. 300 anos da Tapera de Paulo Affonso. Apresentação técnica comemorativa. Paulo Afonso: ICMBio, 2025.

SESC Parque Dom Pedro II. **#GrafiteMeuVizinho: Hanna Lucatelli**. YouTube, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rI8APKc9cAE>. Acesso em: 31 ago. 2025.

MATOS E SILVA, César Henriques; CARDOSO, Carolina Gonçalves; FREIRE, Josefa Luana Oliveira. **No entorno da rodoviária central e em frente ao rio: um estudo comparativo entre dois espaços públicos fortes**. 2008. Disponível em: <https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/verProducao?idProducao=732417>>. Acesso em: 29 nov. 2025.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e da mídia**. Letras Contemporâneas, 2004.

TAVARES, Andréa. Ficções urbanas: estratégias para a ocupação das cidades. **ARS (São Paulo)**, v. 8, p. 21-30, 2010.

APÊNDICE A – RCLE e Termos de Autorização de Imagem e Depoimentos dos entrevistados



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - RCLE

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. O título da pesquisa é “Ecos do Mulungu: desterritorialização dos lugares, memória e arte como forma de resistência.” O objetivo desta pesquisa é retomar a memória local presente no contexto do (des)envolvimento do antigo bairro Mulungu por meio da arte urbana. O (a) pesquisador(a) responsável por essa pesquisa é Júlia Eduarda Vilela de Andrade, ela é estudante, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo do campus Laranjeiras, da Universidade Federal de Sergipe.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que sua identidade será divulgada apenas conforme sua decisão expressa, respeitando integralmente o direito de escolher quais informações fornecidas poderão ser tratadas de forma pública. Todas as medidas éticas serão adotadas para garantir que essa divulgação ocorra de maneira responsável, minimizando riscos e assegurando a proteção de sua dignidade e integridade, conforme previsto na Resolução CNS 510/2016, Art. 9, V e Art. 17, IV.

As informações serão obtidas por meio de entrevistas semiestruturada em profundidade, realizadas de forma individual, com previsão de duração aproximada de 60 minutos cada. O roteiro de perguntas seguirá temáticas relacionadas à memória, à vivência urbana e às experiências comunitárias no bairro Mulungu e na cidade de Paulo Afonso. As entrevistas serão gravadas em áudio, com registro fotográfico complementar quando pertinente, mediante a termo de uso de imagem, e entrevistas posteriormente transcritas para análise. As visitas ocorrerão em locais previamente acordados com os participantes, preferencialmente em ambientes familiares ou comunitários que favoreçam o conforto e a espontaneidade da fala. Sua participação envolve riscos mínimos, relacionados principalmente à possibilidade de cansaço durante a entrevista ou de eventual constrangimento ao abordar temas pessoais ou sensíveis. Sua participação pode ajudar os pesquisadores a compreenderem melhor os processos de desterritorialização e de resistência social vividos no bairro Mulungu e em Paulo Afonso, contribuindo para o resgate da memória coletiva da comunidade. Entre os benefícios diretos, destaca-se a valorização das narrativas individuais e familiares, que passam a integrar um registro histórico e acadêmico. Indiretamente, os resultados da pesquisa podem fortalecer iniciativas culturais e educativas locais, ampliando a visibilidade das experiências dos moradores e promovendo reflexões sobre identidade, pertencimento e políticas urbanas.

Assim, você está sendo consultado sobre seu interesse e disponibilidade de participar dessa pesquisa. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará nenhuma penalidade.

Você não receberá pagamentos por ser participante. Se houver gastos com transporte ou alimentação, eles serão ressarcidos pelo pesquisador responsável. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o ressarcimento e indenizações previstos em lei (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 19) poderão ser requeridos pelo participante. Nós assumimos o compromisso de divulgar os resultados da pesquisa, quando ela terminar, em formato acessível (como aconselhamento e orientações e que traga benefícios diretos).

Para maiores informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), que está disponível para leitura no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode entrar em contato com o pesquisador através do(s) telefone(s) [75 98841-1415 (celular)], pelo e-mail juliaevilela@gmail.com, e endereço Avenida Governador João Alves Filho, 139, Bairro Rosa Elze. São Cristóvão/SE - 49107-2301.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos e a segurança de participantes de pesquisa. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, ou se estiver insatisfeito com a maneira como o estudo está sendo realizado, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe, situado na Rua Cláudio Batista s/nº Bairro: Sanatório – Aracaju CEP: 49.060-110 – SE. Contato por e-mail: cep@academico.ufs.br. Telefone: (79) 3194-7208 e horários para contato – Segunda a Sexta-feira das 07:00 às 12:00h.

No caso de aceitar fazer parte como participante, você e o pesquisador devem rubricar todas as páginas e também assinar as duas vias desse documento. Uma via é sua. A outra via ficará com o(a) pesquisador(a).

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, entendi como é a pesquisa, tirei dúvidas com o(a) pesquisador(a) e aceito participar, sabendo que posso desistir em qualquer momento, durante e depois de participar. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo, incluindo a minha identidade. Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

X Nome do(a) participante: _____

X Assinatura: *Manoel F. de S. M. de S. E. de S.* Local e data: _____

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: JÚLIA EDUARDA VILELA DE ANDRADE

Assinatura: *Júlia Eduarda Vilela de Andrade* Local/data: PAULO AFONSO,
28 DE DEZEMBRO 2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode entrar em contato com o pesquisador através do(s) telefone(s) [75 98841-1415 (celular), pelo e-mail juliaevilela@gmail.com, e endereço Avenida Governador João Alves Filho, 139, Bairro Rosa Elze. São Cristóvão/SE - 49107-2301.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos e a segurança de participantes de pesquisa. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, ou se estiver insatisfeito com a maneira como o estudo está sendo realizado, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe, situado na Rua Cláudio Batista s/nº Bairro: Sanatório – Aracaju CEP: 49.060-110 – SE. Contato por e-mail: cep@academico.ufs.br. Telefone: (79) 3194-7208 e horários para contato – Segunda a Sexta-feira das 07:00 às 12:00h.

No caso de aceitar fazer parte como participante, você e o pesquisador devem rubricar todas as páginas e também assinar as duas vias desse documento. Uma via é sua. A outra via ficará com o(a) pesquisador(a).

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, entendi como é a pesquisa, tirei dúvidas com o(a) pesquisador(a) e aceito participar, sabendo que posso desistir em qualquer momento, durante e depois de participar. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo, incluindo a minha identidade. Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

☒ Nome do(a) participante: _____

☒ Assinatura: Marina Conceição dos Santos Local e data: _____
brella

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: JÚLIA EDUARDA VILELA DE ANDRADE

Assinatura: Júlia Local/data: PAULO AFONSO,
28 DE DEZEMBRO 2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode entrar em contato com o pesquisador através do(s) telefone(s) [75 98841-1415 (celular)], pelo e-mail juliaevilela@gmail.com, e endereço Avenida Governador João Alves Filho, 139, Bairro Rosa Elze. São Cristóvão/SE - 49107-2301.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos e a segurança de participantes de pesquisa. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, ou se estiver insatisfeito com a maneira como o estudo está sendo realizado, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe, situado na Rua Cláudio Batista s/nº Bairro: Sanatório – Aracaju CEP: 49.060-110 – SE. Contato por e-mail: cep@academico.ufs.br. Telefone: (79) 3194-7208 e horários para contato – Segunda a Sexta-feira das 07:00 às 12:00h.

No caso de aceitar fazer parte como participante, você e o pesquisador devem rubricar todas as páginas e também assinar as duas vias desse documento. Uma via é sua. A outra via ficará com o(a) pesquisador(a).

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, entendi como é a pesquisa, tirei dúvidas com o(a) pesquisador(a) e aceito participar, sabendo que posso desistir em qualquer momento, durante e depois de participar. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo, incluindo a minha identidade. Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

X Nome do(a) participante: Maria de Lourdes Vilela Gomes

X Assinatura: M. de Lourdes V. Gomes X local e data: Paulo Afonso 28 de
Dezembro 2025

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: Júlia Eduarda Vilela de Andrade

Assinatura: Júlia Vilela Local/data: PAULO AFONSO,
28 DE DEZEMBRO 2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO

Eu, Maria Fides Modest Coelho, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores Júlia Eduarda Vilela de Andrade da pesquisa intitulado "Ecos do Mulungu: desterritorialização dos lugares, memória e arte como forma de resistência" a realizar as fotos/filmagem que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. O pesquisador responsável e sua equipe comprometem-se em cumprir as Res. 466/2012 e 510/2016 CNS. Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos/imagens (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor do pesquisador da pesquisa, acima especificado, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

Paula Afonso em 09/01/2026.

Maria Fides Modest Coelho
X Entrevistado

Responsável Legal CPF (Caso o entrevistado seja menor – incapaz)

Júlia Eduarda Vilela de Andrade
Pesquisador responsável pela entrevista



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO

Eu Maria Conceição dos Santos Araújo,
depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores Júlia Eduarda Vilela de Andrade da pesquisa intitulado "Ecos do Mulungu: desterritorialização dos lugares, memória e arte como forma de resistência" a realizar as fotos/filmagem que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. O pesquisador responsável e sua equipe comprometem-se em cumprir as Res. 466/2012 e 510/2016 CNS. Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos/imagens (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor do pesquisador da pesquisa, acima especificado, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

Paulo Afonso em 09/01/2026.

x Maria Conceição dos Santos Araújo
Entrevistado

Responsável Legal CPF (Caso o entrevistado seja menor – incapaz)

Júlia Eduarda Vilela de Andrade
Pesquisador responsável pela entrevista



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO

Eu Maria de Lourdes Vilela Gomes,

depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores Júlia Eduarda Vilela de Andrade da pesquisa intitulado "Ecos do Mulungu: desterritorialização dos lugares, memória e arte como forma de resistência" a realizar as fotos/filmagem que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. O pesquisador responsável e sua equipe comprometem-se em cumprir as Res. 466/2012 e 510/2016 CNS. Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos/imagens (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor do pesquisador da pesquisa, acima especificado, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

Paulo Afonso, em 28 / 12 / 2015.
CIDADE DATA

M^{te} de Lourdes V. Gomes
X Entrevistado

Responsável Legal CPF (Caso o entrevistado seja menor – incapaz)

Júlia Eduarda Vilela de Andrade
Pesquisador responsável pela entrevista

APÊNDICE B – ROTEIRO 1 DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE

VISÃO POLÍTICA E INTERNA

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma entrevista que compõe o trabalho de conclusão de curso intitulado “*Ecos do Mulungu: desterritorialização dos lugares, memória e arte como forma de resistência*”. O objetivo da pesquisa é retomar a memória local relacionada ao processo de (des)envolvimento do bairro Mulungu, utilizando a arte urbana como ferramenta de resistência e expressão. Essa entrevista tem a finalidade de compor o estudo teórico sobre os agentes transformadores do bairro, a quem eu chamo de Protagonistas Urbanos. A conversa terá duração aproximada de 1 hora, podendo se estender conforme o andamento e a profundidade dos temas abordados. Sua participação é voluntária, e você terá total liberdade para responder ou não às perguntas, respeitando seu tempo e disponibilidade. Para fins de registro e possível divulgação acadêmica — como artigos, livros ou apresentações em congressos — solicito autorização para gravar a entrevista. Caso esteja de acordo, peço também permissão para que sua identidade seja revelada ao longo do trabalho, reconhecendo sua relevância na história e na formação sociocultural do bairro Mulungu.

Nome: _____. Gênero: _____. Idade: _____.
Escolaridade: _____. Profissão: _____. Local de nascimento _____.
Ocupação: _____. Relação com o território: _____.
Local da entrevista, quem escolheu e motivo: _____ Dia: ____/____/____.

BLOCO 1 – SOBRE MEMÓRIA E VIVÊNCIA NA CIDADE

- 1 – De onde você é e o que te fez se mudar para Paulo Afonso?
- 2 – Você lembra o que existia na cidade quando chegou? Onde morou?
- 3 – Como era sua rotina na cidade?

BLOCO 2 – SOBRE CONFLITO E TERRITÓRIO

- 1 – Como se construiu a sua relação conflituosa com a Chesf?
- 2 – O que você sentia ao ver as pessoas afetadas pela Chesf sendo expulsas de seus territórios?
- 3 – Para você, houve segregação social no processo de construção dos novos bairros?

BLOCO 3 – SOBRE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

- 1 – Como começou sua mobilização ativa contra os feitos da Chesf?
- 2 – Levando em consideração a sua trajetória de ativismo junto às comunidades e diferentes instâncias sociais, você se enxerga como um sujeito fundamental na luta contra as injustiças da Chesf em Paulo Afonso?

Há algo que não foi perguntado e que você gostaria de compartilhar?

APÊNDICE C - TRANSCRIÇÃO 1 DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE VISÃO POLÍTICA E INTERNA

Arquivo: Roteiro 1 de Entrevista.m4a

Tempo de gravação: 1 h, 04 min e 13 seg

Realizada em: 05 de setembro de 2025.

Obs.: algumas perguntas além do roteiro inicial foram adicionadas ao longo da entrevista, com o intuito de compreender melhor o entrevistado. Ao final, a entrevista foi encerrada, mas registrei também um trecho posterior, em que o entrevistado me faz uma pergunta.

Identificação: Alcides Modesto.

Idade: 84 anos. **Local de nascimento:** Remanso, Bahia. **Escolaridade:** Superior completo.

Profissão: Professor. **Ocupação:** Aposentado.

Relação com o território: Foi vigário da Igreja São Francisco e ativista pelos mais necessitados.

Local da entrevista, quem escolheu e motivo: a entrevista ocorreu em sua residência, localizada no município de Nova Glória, Bahia. A escolha se deu por facilitação, pela dificuldade de deslocamentos e por ser o local em que tivemos as primeiras conversas sobre essa história, em 2024.

Júlia. Vou iniciar a gravação com a sua permissão, certo? Eu vou ler aqui umas informações para o senhor sobre o que eu estou fazendo, para o senhor ver se está tudo certo, ok?. "O senhor está sendo convidado a participar como voluntário de uma entrevista que compõe o trabalho de conclusão de curso, que é o meu TCC e o nome "Ecos do Mulungu: desterritorialização dos lugares, memória e arte como forma de resistência". O objetivo da pesquisa é retomar a memória local relacionada ao processo de (des)envolvimento do bairro Mulungu e de Paulo Afonso, utilizando a arte urbana como ferramenta de resistência e expressão. Essa entrevista tem a finalidade de compor o estudo teórico sobre os agentes transformadores do bairro, a quem eu chamo de protagonistas urbanos. A conversa terá duração de aproximadamente uma hora no máximo, podendo se estender conforme o andamento e a profundidade dos temas abordados. A sua participação é voluntária, quando o senhor não quiser mais, se estiver cansado, é só falar que a gente para, não tem problema. E se o senhor também não quiser responder alguma pergunta, é só dizer que a gente pula para a próxima, viu? É para ser mais uma conversa mesmo. Aí, para fins de registro, eu solicitei a gravação da entrevista.

O senhor permitiu, não é isso? E se o senhor estiver de acordo, eu também queria a permissão de usar o seu nome no trabalho. Tem algum problema?

Alcides. Não

J. Pronto. Eu vou começar perguntando umas coisas sobre o senhor. Tem alguma dúvida?

A. Dúvida não, apenas vou chamar a atenção que o meu nome é Alcides Modesto.

J. Qual é a sua idade? O senhor se lembra?

A. Eu nasci no dia nove do oito. Oito é agosto, né?

J. É agosto.

A. De 1939. Nasci prematuro.

J. De quanto tempo, o senhor lembra? Era muito pequenininho?

A. Eu era muito pequenininho. Um quilo e cem gramas. Eu tinha aproximadamente, de gestação, uns cinco meses ou seis. Não sei bem dessa informação.

J. Qual é a sua escolaridade? O senhor é formado?

A. Bom, eu sou formado. Assim, pra ser doutorado em alguma coisa, não. Não fiz doutorado em nada, não. Nem tive tempo pra fazer isso, nem eu tava pretendendo gastar meu tempo atrás disso, né. Apesar de ter passado a vida ensinando, mesmo assim eu tinha que reduzir, porque eu tinha que ter vários outros trabalhos. Que tomava conta de uma paróquia, né, sozinho, passei alguns anos sozinho aqui, quando eu peguei, e isso, para aquela época era uma carga de trabalho muito grande.

J. Sua profissão?

A. Bom, minha profissão mesmo, eu sou professor, mas não sou doutorado em nada. Fiz faculdade, mas não doutorado nenhum.

J. Isso aí é só detalhe.

J. Onde é que o senhor nasceu?

A. Nasci em Remanso, estado da Bahia.

J. Hoje o senhor é aposentado?

A. Sou aposentado como professor.

J. E o senhor veio morar aqui, né? Em Paulo Afonso.

A. Vim, mas antes eu passei por alguns lugares. Comecei a minha atividade ainda em Senhor do Bonfim, como estudante primeiro, né? E depois, como professor lá nos colégios de Senhor do Bonfim. E lá foi que eu saí pra aqui.

J. E o que foi que fez o senhor vir pra cá?

A. A minha carreira, ela se reorientou na minha juventude, eu querendo ir para o seminário para ser padre. Pretendia, como de fato sou, embora não exerça nenhum ministério mais, já há alguns anos que eu não assumo nenhuma tarefa de ministério sacerdotal. Mas eu sempre trabalhei, mesmo antes de me formar como padre, eu já dava aulas como professor.

J. Aí o senhor veio pra cá por conta da sua carreira de padre. Veio trabalhar aqui.

A. Foi. E não deixei de exercê-la desde o começo até quando me aposentei. Então foram muitos anos.

J. Eu lembro que o senhor falou, que veio para ser vigário, não foi? Da Igreja São Francisco, a Igreja de Pedras.

A. Foi. Foi a Igreja de São Francisco e também a de Fátima. Depois foi que nós construímos, já como vigário aqui, a Nossa Senhora do Perpetuo Socorro.

J. Na época só existia a Nossa Senhora de Fátima e a São Francisco, né? Elas eram administradas pela Chesf?

A. Não, a da Chesf era só a que tava dentro do canteiro de obras da Chesf. A de Pedras. E a outra é que era a Igreja da Paróquia. Mas isso não diferenciava nada do que era um trabalho de padre, eu fazia era um só pra tanto de fora como dentro da Chesf.

J. E o senhor se lembra o que existia aqui em Paulo Afonso quando o senhor chegou?

A. O que aqui existia?

J. Uhum. Já tinha as obras da Chesf?

[silêncio]

A. Já. Quando eu cheguei já tinha muitas obras. Agora precisar a data que eu tô com dificuldade assim. Eu esqueço exatamente a data de cada coisa. Mas quando eu vim pra aqui, eu tinha concluído o curso pedagógico completo, né? Na verdade, eu passei a ensinar porque o meu currículo era bem, pelo fato de eu ser padre, eu tinha um currículo bem enriquecido para a época que eu cheguei aqui. O meu currículo era muito bom. Eu sempre fui um bom aluno, sempre fui dos primeiros da turma, e isso tudo é documentado através do acervo que eu guardo, de tudo que eu fiz na minha vida, eu não joguei fora nada. Apenas algumas coisas desapareceram pelo tempo, ou então porque queimou, ou porque o cupim comeu, essas coisas. Mas pouca coisa. Mas o que eu pude guardar de tudo que passa diante de mim, eu sempre fui uma pessoa que gostou de guardar documentos. Eu tenho um acervo que é esse que também ainda estão aí organizando, aí na paróquia ou na diocese, não sei, em vários documentos do meu tempo de padre. E depois, como professor, eu segui depois de minha vida.

J. E já existia a escola quando o senhor chegou aqui?

A. Já existia, e por sinal, as melhores escolas que tinha em Paulo Afonso na época eram as da Liga Social Católica de Paulo Afonso, que era uma organização da Igreja Católica que foi construindo as Casas da Criança I, aquela primeira que fica ali atrás da igreja da catedral de hoje, a catedral hoje. Ali atrás era, ainda é, ainda tem as primeiras escolas construídas. Não por mim sozinho! Quando eu cheguei já tinha uma história dos vigários que me antecederam. Eu apenas fui sucessor de uma série de padres que estiveram aqui em Paulo Afonso.

J. Aí tinha escola. E tinha hospital também?

A. Hein?

J. Tinha hospital também já?

A. Tinha hospital. Não, a Chesf tinha o hospital, que era o que atendia a maior parte, quando eu cheguei, aqui atendia principalmente o pessoal que trabalhava para ela, né, na Chesf. E o que tinha de oportunidade, atendia também as carências. Existiam muitas, né, em matéria de saúde. Educação não, a educação tinha já o trabalho da Liga Social Católica, que desde o começo atuou nessa área da educação e já fazia um bom trabalho. Mas outras organizações também fizeram parte da parte de educação em Paulo Afonso, né? Não foi só a Igreja Católica não. Outros evangélicos foram chegando e participaram também, não comigo, eram independentes. Cada um tinha sua filosofia de trabalho própria de cada uma dessas congregações religiosas. Mas a que mais tinha eram as Casas da Criança. Casa da Criança I, II, III, IV, V, em vários bairros. Depois a cidade foi crescendo e em cada bairro que ia nascendo a gente ia tendo uma escolinha da Liga Social Católica de Paulo Afonso. Esses históricos, é muito fácil a senhora também pesquisar aí na paróquia, pedindo dados estatísticos ou outras coisas, né? Algum documentário da própria Igreja que pode documentar o período que eu trabalhei na igreja.

J. Por agora a gente pode ficar só sem data mesmo. O senhor fala só do que o senhor lembrar, viu? Não tem problema não.

A. Eu não tô lembrado. Eu não dei data nenhuma, né?

J. Foi. O senhor deu a data que o senhor nasceu. Já tá suficiente!

A. Fui prematuro, né?

J. Foi, foi prematuro.

A. É.

J. E onde era que o senhor morava aqui? Em Paulo Afonso.

A. Eu não sou de Paulo Afonso, eu nasci fora, sou de Remanso.

J. Isso, de Remanso. E aí quando o senhor veio para cá para ser padre, o senhor morava onde?

A. Eu morava em Remanso.

J. E quando o senhor veio para Paulo Afonso, o senhor morava perto da igreja?

A. Eu morava na casa paroquial. Em uma casa paroquial. E inclusive tinha, a casa mesmo que eu residi como Vigário de Paulo Afonso, que era da igreja que eu morei dentro da Chesf. Feita pela Chesf ainda. Onde eu fiquei até sair do Ministério. Eu deixei o Ministério da Igreja Católica, não deixei a Igreja Católica, nunca deixei. Mas o Ministério da Igreja Católica, eu entreguei tudo normalmente, não tive nenhum problema, nenhuma disputa assim, de querer reivindicar esse ou aquele direito maior ou menor que eu pretendesse. Não. A não ser quando era um direito adquirido pelo meu trabalho, né? Fora da igreja. Eu sempre fui professor, né?

J. E como era a sua rotina na cidade? O senhor fazia o que?

A. Ah, para dizer o que eu fazia... Fazia tudo o que o dia dava. Porque para tudo que aparecia, achavam que eu tinha uma solução pronta para ajudar. Alguém que estava precisando de alguma coisa. E dediquei totalmente a minha vida aos mais necessitados, aos carentes, às pessoas que precisavam, de fato, de um apoio. Mas quando eu cheguei, encontrei o trabalho do Padre João Evangelista. João Evangelista de Carvalho. *[silêncio]*. Ele foi quem criou as escolas Casa da Criança, que ainda existe até hoje. Casa da Criança I, II, III, IV. Em vários bairros.

J. E aí o senhor fazia as missas, acompanhava as pessoas quando elas precisavam, e aí ficava rodando na cidade, era?

A. É. Rodando é pouca coisa. Eu tinha que me desdobrar, não só com a cidade, mas fora da cidade, o município todo de Paulo Afonso, e ainda anexava o município de Glória. Glória aqui que depois foi deslocada de suas origens para a atual Nova Glória. É uma longa história, né? Da saída das populações de suas moradias para as novas moradias, né? Que foram conquistando a duras penas.

J. E como foi que se construiu a sua relação de conflito com a Chesf?

A. Conflito mesmo, nós nunca tivemos. Brigas, assim, pra dizer que a gente teve um conflito que se considera conflito. Eu apenas tomei uma posição, né? Diante da carência que existia dentro de Paulo Afonso, dividindo duas populações: aquela população que tinha o apoio da Chesf, que eram as pessoas que estavam diretamente vinculadas, quem trabalhava na Chesf. Porque fora de quem trabalhava, não tinha nenhuma ajuda. A Chesf não ajudava em nada. Eu nunca busquei ajuda na Chesf. E ela fazia questão de dividir os campos, a responsabilidade deles, os funcionários, etc., era uma e a minha era outra. Embora fosse uma autoridade dentro desse contexto aí, como capelão, né? Celebrei missa muito pra população. Até quando eu deixei o ministério sacerdotal pra tomar o rumo da minha vida, pra chegar até aqui nessa conversa, que tem muitos anos, né?. *[silêncio prolongado, olhar divagando]* Primeiro, eu quero dizer que

eu nasci em 1939. Eu sou prematuro. Um quilo e cem gramas. Sobrevivi naquele sertão lá de Remanso, aqui no estado da Bahia. Fica lá no submédio do São Francisco. É uma das cidades ribeirinhas. Remanso. Cidade que estavam na beira do rio São Francisco. *[silêncio]*. De lá foi que eu fui chegar aqui depois de passar uma longa história da minha vida como um jovem buscando o seu destino. Tinha que sair muito cedo de casa, pra assumir um pouco a responsabilidade dos estudos e ao mesmo tempo depender de ser ajudado por bolsas de estudo, essas coisas que já havia naquela época, né? Essas bolsas de estudo. Era hora do Estado da Bahia, hora era da política da educação, de caráter federal. Havia muita maneira de você estudar, só não estudava quem não queria. Tinha muita facilidade. Nós mesmos tínhamos uma organização da Liga Social Católica, que era não sei quantos mil alunos que nós tínhamos.

J. Aqui em Paulo Afonso?

A. Aqui em Paulo Afonso, né? Eu não sei precisamente até quanto chegou esse quantitativo, porque variou muito. Foi crescendo, crescendo, depois veio a fase de ir decrescendo. E aí foi assumir, mas quem assumiu a responsabilidade da educação na Vila Poty, no início de Paulo Afonso, foi A Igreja Católica, né? Uma Liga Social Católica de Paulo Afonso. Chamava Liga Social. Era uma organização, assim, da própria Igreja Católica, né? Que fazia convênios com o Estado. O Estado da Bahia. E aí conseguia professores, para ensinar nessa, naquela escola. A Igreja fazia campanha para fazer as escolas, desde levantar os alicerces. Daí o nome das escolas, Casa da Criança I, Casa da Criança II... Tinha todo um histórico isso aí. Para você aprofundar o seu trabalho, não é difícil pesquisar muitos dados já escritos. Eu apenas estou pontualizando assim, mas tem muitos dados aqui.

J. Aí o senhor falou da Vila Poty. Essa era, no caso, a população que era separada, não era da Chesf?

A. Era separado. Separado mesmo, rapaz, era um campo de concentração ali. O pessoal que morava dentro do acampamento e o pessoal que morava fora. Dentro do acampamento tinha tudo que a Chef dava para quem tivesse trabalho com a Chesf. Alguma vinculação de trabalho, né? Mas quem não tivesse nada disso não recebia ajuda nenhuma pra escola, não. Quem ajudou foi a Liga Social Católica de Paulo Fundo. No começo era só ela que começou as primeiras escolas. Casa da Criança I. Aquela que fica lá atrás da Igreja de Fátima, né? Você conhece, né?

J. Conheço.

A. Começou ali atrás, aquelas primeiras salas de aula muito boas, por sinal. E no começo só tinha aquelas, pro pessoal não tinha nada. A gente foi pioneiro desde a alfabetização até...

Quando foi depois, começar a parte do ginásio, essas coisas, e os outros cursos. Mas já desde o começo tínhamos o curso completo do pedagógico... Para fazer todo o pedagógico.

J. E o senhor falou sobre a questão da Vila Poty que ficava segregada, né?

A. É, ficava, mas tinha a Liga Social como uma resposta dada pela organização da Igreja Católica. A liga social tinha esse nome... Liga Social Católica de Paulo Afonso e o que eu sei isso você encontra documentação vasta lá na CURIA. Quando quiser ter dados, você pode procurar a Cúria de Paulo Afonso e pedir as fontes. Tem muitas fontes lá eu acho, no arquivo deles etc. Outros eu tenho aqui nas minhas coisas, não perdi não o que eu guardei aqui para não se perder.

J. E o que o senhor sentia quando o senhor via as pessoas que foram afetadas pela Chesf sendo expulsas dos seus territórios?

A. O que eu sentia? Revolta, porque ela não precisava. Ela recebia muito dinheiro para fazer as obras, e esquecia dos deveres sociais para com a população que ela deslocava de suas habitações, né? Isso é um histórico que passou o tempo todo.

J. E aí o senhor sentia revolta.

A. Eu não me revoltava. Eu organizava o povo a se rebelar. E na medida que a gente tinha força, a gente conquistava. Na medida em que a gente não tinha, a gente não conquistava nada, né? Mas aí foram várias organizações, mas muitas ainda sobrevivem até hoje, dessas organizações.

J. O senhor lembra de mais alguma?

A. A Liga Social Católica de Paulo Afonso, que era tudo para fazer essa ação social. Eu tinha um trabalho da igreja, que eu tinha que responder como padre, como vigário, e como professor eu desenvolvia outras coisas dentro do campo pedagógico, porque eu sempre dei aula, né? Dava aula para os professores, dava aula para as crianças também. Eu era engajado no campo da educação, mas ao mesmo tempo era o vigário, tinha que responder pela Paróquia. Era uma coisa louca pra me desdobrar todas essas obrigações.

J. E aí o senhor dava aula na Casa da Criança I?

A. Na medida que as outras foram sendo construídas, eu dava também. Eu não dava aula, eu dava, eu organizava as coisas com os professores e procurava formas de adquirir recursos, mesmo fora do Estado. Recursos para que fosse alfabetizando, não deixasse ninguém fora de alguma coisa, que fosse iniciando a alfabetização até onde eles quisessem chegar.

[pausa]

J. E o senhor chegou a ver alguma vez? Esse momento em que eles expulsaram as pessoas, o senhor já tava aqui?

A. Estava. Estava. Fazia o que era possível. Porque na época aqui tudo era muito vigiado, né? Tinha as forças. O exército era só para defender a Chesf. A gente... Tudo que a gente fazia, criticando a Chesf, o exército achava que nós éramos subversivos, era comunista, e espalhava boato aí, que a gente era comunista.

J. Isso foi na época da ditadura?

A. Sim, na época da ditadura. Pra que o povo não me respeitasse como de fato eles me respeitavam, né? Eu fui muito querido. Eu não saía assim porque não podia fazer as coisas, não. Eu saía porque fazia as coisas mesmo quando eles não queriam.

J. Era teimoso com eles?

A. Era. *[riso]*. Eu nunca me acomodei, né? De todas as formas. Eu procurava resistir. Mas não sozinho, sempre acreditando na organização com os mais fracos, os excluídos de tudo. A gente se organizava e ia pra cima da Chesf. E falava dela mesmo. "Ah, o senhor já falou com a Chesf?" E eu digo, "Eu não sofro de Chesfose!". Eu respondia assim as coisas." "Eu não sofro de Chesfose não. Não sou empregado dela, ela que precisa de mim pra eu celebrar missa pro povo e tudo. Eu não devo nada a ela." A Chesf nunca me pagou minha vida. Não tenho dinheiro da Chesf. Eu tenho o meu trabalho. Eu vivi do meu trabalho, era padre, mas o dinheiro de padre ficava todo lá na Paróquia. Eu vivia do que eu ganhava das aulas que eu dava nas salas de aula.

A. Não sei se você tá já tá abusada dessa lenga-lenga minha.

J. De jeito nenhum. Eu quero continuar conversando, o senhor quer?

A. Bom, até onde a gente puder.

J. Até quando o senhor quiser. Falta pouco agora

A. Falta pouco?

J. Falta. O senhor quer uma aguinha? Quer fazer uma pausa?

A. Não.

J. Não? Tá tranquilo?

A. Tô, tô tranquilo

J. Posso fazer mais uma pergunta?

A. Pode.

J. Para o senhor, teve essa agregação social no processo de construção dos novos bairros?

A. Houve no sentido de que as coisas eram feitas porque.. Tudo era dito que era necessário fazer porque a Chesf tinha que fazer, para cumprir aquilo que, juntamente com os órgãos governamentais era preciso fazer porque fazia parte do progresso, essa conversa que eles

tinham, essa lenga-lenga do progresso, esse discursinho que eles colocavam aí.. Agora, eu, quando eu falava, eu metia bomba. Nessa conversa fiada deles, né.

J. Eles falavam que era pro progresso da região?

A. É pro progresso, aí eu provava que, pelo contrário, a gente tava era perdendo o que já tinha. Tava era regredindo. Aí eles ficavam dizendo que era isso, e era aquilo... Mas isso não era as pessoas que me conheciam mais de perto. Eram aquelas pessoas que representavam as autoridades. Porque tudo era visto para não prejudicar o que Chesf devia fazer para produzir energia. E eu dizia “Não sofro de chesfose! Quem quiser que sofra.” Aí cada coisa que ela fazia absurda eu dizia, né? Dizia em todo lugar, inclusive na hora da missa. Que eu ia fazer os meus “sermões”, aí fazia um sermãozinho caprichado também, pros católicos saberem que tinha muita coisa errada.

J. E às vezes até a gente dá Chesf assistia, né?

A. Ah, assistia. Era quem mais assistia. O pessoal era muito católico. Por falta de gente é que não era. Aquela igreja sempre viveu cheia. Agora eu acho que não sei como é que tá.

[interrupção]

Conceição: Tá dando a lição direitinho? Tá?

J. Ele tá me ensinando tudo. É ele que tá me ensinando.

Lourdes: Então tá tudo bem aí com os dois, né?

J. Tá tudo bem, já já a gente termina.

Lourdes: Então nós tamo por aqui.

A. Mas o que não fizer hoje, você faz outro dia. Qualquer hora você chega aqui a gente conversa.

J. O ruim é só que eu moro longe, aí eu não consigo vir sempre.

A. Aí eu não sei como é que faço pra você vir.

J. Quando eu vier pra Paulo Afonso, eu venho aqui, não se preocupe não. Viu?

A. Você mora aonde?

J. Agora eu tô morando lá em Sergipe.

A. Ah, tá em Sergipe.

J. Tô. O senhor conhece Laranjeiras? Sergipe?

A. Laranjeiras fica naquela área ali que planta muita laranja?

J. Lá planta muita cana, e passa um rio lá, o Rio Cotinguiba, que é um que desagua no Rio Sergipe. Aí eu estudo Arquitetura e Urbanismo.

A. Sei. *[pausa]*. Mas já mudou muito. Do tempo que cheguei aqui, para o que é hoje, tem muita diferença. E assim a gente foi se adaptando e se acomodando e calejando, fazendo os calos nas mãos e nos pés para ir fazendo as coisas na medida do possível. Quando não podia, paciência, tinha que deixar para outro dia, né?

J. E como foi que começou isso? O senhor falou que organizava o povo, né? Pra se rebelar contra a Chesf?

A. Mas não é que fosse só eu. Era sempre com a população. A população é que me procurava, não era eu que ia provocar lá e falar mal da Chesf não.

J. E o senhor começou esta mobilização logo que o senhor chegou aqui? Ou demorou um pouco?

A. Não. Já quando eu cheguei, eu já ajudava mesmo as pessoas. Quando eu ainda nem tinha vindo para aqui. Eu dava apoio, ia atrás de apoio para ajudar as pessoas aqui. Eu trabalhei em outras paróquias fora daqui, antes de chegar aqui. pra trabalhar como padre. Então, antes disso, a gente se apoiava nos movimentos, vários movimentos, chamava Ação Católica. Hoje não se fala nisso, mas é muito importante eu dizer isso, porque a Ação Católica eram alguns movimentos da juventude católica. Chamava-se JAC, JEC, JIC, JOC, JUC, Juventude Agrária católica, Juventude Estudantil Católica, Juventude Universitária, JUC. Nós tínhamos muita organização. O movimento não era assim, solto, uma coisa, não. A ação católica era uma coisa organizada.

J. Era associado com as Comunidades Eclesiais de Base também?

A. As Comunidades Eclesiais de Base surgiram pelo trabalho exatamente desses movimentos. Que conscientizava primeiro pra mostrar: "Olha, isso aqui pode ser feito de outro jeito." Não é fazer botando o povo para fora e faz na lei ou na marra de qualquer jeito e não providencia nada para os mais fracos. Aí gerava um conflito. Conflito mesmo. Eu tinha que ficar dizendo de que lado eu fico? Do mais forte ou do mais fraco? Tem que tomar uma decisão.

J. E quem o senhor escolheu?

A. Eu sempre escolhi o lado dos fracos, né? Aí diziam que eu era comunista, porque tava fazendo isso. Eu não sei nem porque diziam isso. Maneira de desgastar a moral da pessoa, né? Eu tô falando assim bem simples pra você saber que as coisas não foram fáceis lá atrás não. Eram mais difíceis do que hoje. Hoje eu acho que tem mais facilidade, mas tem menos pessoas engajadas nesse trabalho, né?

J. E esse trabalho que vocês faziam? Também acontecia lá no bairro Mulungu, no antigo Mulungu.

A. Eu morava lá com eles. Eu fui morar lá. Eu morei lá, ali, ali perto onde ficava o DNR. Sabe, né? DNR? Departamento de Estrada de Rodagem?

J. É lá no bairro dos Rodoviários.

A. É. Eu fui, eu morei lá, cheguei a morar ali mesmo. Tive o meu barraco ali.

J. Quando o senhor foi morar lá, já tinha muita gente morando?

A. Não, tinha, tinha, não tinha ninguém, era. aquela secura. Tem muita terra ali.

J. O senhor foi um dos primeiros a morar lá?

A. Não, foi um dos primeiros não. Eu cheguei sempre abrindo os olhos das pessoas pra se movimentar e dizer assim, vocês pensam que vai sair alguém pra salvar vocês, assim? Ou vocês se organizam ou não sai nada. Aí tinha que fazer aquele trabalho de base. A ação católica falava isso, né? Para agir tem que organizar. A força da organização que bota o movimento para frente né. Eu tô conversando com você porque parece que você não tem muita experiência com esse tipo de trabalho, não?

J. Trabalho comunitário?

A. Sim.

J. Eu tenho algumas experiências com trabalho comunitário.

A. Sim, tem muita experiência, mas no seu tempo, onde você tá com essa sua experiência, você tá achando que tô muito longe da realidade, o que eu tô dizendo pra você?

J. É muito parecido isso que o senhor falou, que pra agir tem que organizar, é o único jeito que tem pra dar certo. É organizando, é fazendo trabalho de base, chegando nos que mais precisam e conversando com eles direto, não é?

A. É.

J. Porque às vezes o que as pessoas precisam também é alguém que escute elas, já que todo mundo fecha os ouvidos quando elas falam.

A. É. Então vai aparecer aqui quem escute, né? Não são muitos, mas são alguns que podem fazer a diferença, né?

J. Fazem a diferença, dão gás para as pessoas. Porque às vezes tem pessoas que se sentem pequenas e quando tem alguém que escuta.

A. Eu nunca desacreditei disso. Agora, cruzar os braços, porque ninguém faz, também eu não faço? Onde vai parar essa brincadeira? As coisas acontecem na hora que você toma consciência de que você tem que se rebelar. E você se acomoda? Nada muda. Então, onde eu chegava, eu sempre incomodei, mais do que acomodei. Mas não é que eu sou briguento não. Eu tô como eu tô aqui com você hoje. São muitos anos.

[pausa longa]

A. Sim, aí você sabe, a minha idade, você sabe, tem meus dados.

J. Tenho, o senhor falou. Posso lhe perguntar uma última coisa?

A. Pergunte. Se não foi inconveniente.

J. De jeito nenhum. Levando em consideração a sua trajetória de ativismo junto às comunidades e diferentes instâncias sociais, você se enxerga como um sujeito fundamental na luta contra as injustiças da Chesf e Paulo Afonso?

A. Eu me sinto até hoje. Me sinto uma pessoa que se eu não sacudisse, assim muita gente, muita coisa não tinha saído do lugar, né? Porque a acomodação é mais fácil do que você enfrentar, né? Fazer o enfrentamento. Mas eu nunca pensei que eu fosse resolver. Eu ia preparar lideranças para fazerem isso. Que não adiantava eu fazer sozinho e ficar a coisa no meio do caminho.

[Conceição chega]

A. Eita, Dona Conceição. Eu ia perguntar se a senhora esqueceu o cafezinho na vida da moça.

J. Muito obrigada, Dona Conceição.

J. Então, se o senhor não tivesse sacudido esse povo, junto dos outros, né? É, pouca coisa tinha mudado.

A. Pouca coisa tinha mudado. Porque eu não só me preocupava, eu não me preocupava comigo, eu não era o problema. Embora muita gente dissesse que eu era o problema.

J. Quem dizia?

A. Quem não gostava de mim. Porque a gente não pode se iludir que você vai dividir as coisas entre o bem e o mal. Não é porque eu digo que isso é bom que o mal virou bom. É porque eu enfrentei a maldade do mal para defender a bondade do bem. Se eu não acreditasse nisso, não ia quebrar a cabeça, não. Porque a vida é assim mesmo. Para defender o lado certo das coisas, você sempre vai encontrar uma montanha de dificuldades, e começar a querer justificar. "Ah, eu até gostaria de ir com o senhor, trabalhar com o senhor, mas não sei porque, isso aqui não dá certo, isso aqui não dá certo, isso aqui não dá certo..." Eu disse, eu também sei disso, que não dá certo. Se eu pensasse como você tá pensando, não dava certo nada. Mas eu vou dizer que não dá certo, tudo não dá certo? Não. Sempre que eu tive coragem de mudar a situação, ela mudou. Pouco, mais ou menos, dependendo do potencial que a gente encontrava em cada circunstância, né? Mas, de qualquer forma, não foi inútil o esforço feito. Mesmo, eu falava com todo mundo! Eu sou uma pessoa que não tinha dificuldade de falar com todo mundo. Mesmo sabendo pessoas que não gostavam, que não gostavam. Não gostavam, não! Que eram covardes, não queriam enfrentar as coisas e ficava inventando coisas, né? Mas também eu não ia perder

tempo. Quando eu sabia que ali ia malhar em ferro frio, aí a coisa mudava, não ia querer me enganar o tempo todo.

J. E tem alguma coisa que eu não perguntei, mas que o senhor queria falar sobre esse assunto?

A. Não. Eu gostaria só que você me desculpasse eu falar dessa maneira, porque você tá me conhecendo de pouco tempo, não é? Então eu preciso ter paciência com você pra dizer assim, o beabá começou antes.

J. Pra explicar do começo, né?

A. É. As coisas foram acontecendo e continuam acontecendo. Eu não estou dizendo que não estão melhorando. Assim eu não ia fazer mais nada. Mas, o saber que insista, resista e você vai ver o resultado. Agora, porque é difícil, acha que não pode fazer nada, aí é uma maneira de se querer justificar a omissão, e a falta de coragem de se comprometer. É porque na hora que você toma posição, você tem que assumir um compromisso. Que você só escutar, escutar, escutar, conversar. Aí, quando você viesse da outra vez, eu ficava pensando assim: Lá vem aquele doninho só conversar fiado, né?

J. Não é pra ser assim não. Eu, quando tiver com o trabalho mais encaminhado, eu vou trazer pro senhor olhar tudo, viu? Eu já trouxe um texto pro senhor ler e aí, quando eu vier de novo, eu vou trazer impresso, com as letras grandes, pro senhor conseguir ler tudo que eu escrevi, viu? Eu vou trazer pro senhor ler. Porque também não pode ser um trabalho de sanguessuga, né? De vir aqui só puxar as informações e não lhe dar nenhum retorno.

A. É, é bom. Eu gosto de ler. Eu não vou dizer que vou fazer uma leitura completa, sistemática, etc. Porque não é que eu não queira, é que eu não tenho tempo para muita coisa mais. O meu tempo tá muito cheio, né? E eu tô já com 84 anos nas costas e já não posso mais fazer tudo que eu gostaria de fazer, né? Então eu mesmo tenho que ter “Alcides, tenha compaixão de você também, que você não é mais o mesmo”. Não, você vai querer enganar as pessoas. Isso não é bom, né?

J. Sim, com certeza. A gente pode encerrar, então?

A. Se a senhora quiser encerrar, a gente encerra. Se a senhora quiser, a gente vai até a meia-noite.

J. Não, que tem que descansar também, tem hora!

[gravação encerra]

[volta a gravar: Alcides pergunta por que escolhi eles para as entrevistas]

J. [...] Principalmente com as pessoas mais velhas, porque elas têm muito a dizer pra gente, entendeu? Então, eu falo muito sobre isso também. Isso daqui que eu estou fazendo com o

senhor não é só uma entrevista. Eu não quero só usar as respostas, entendeu? É um exercício pra mim que estou aprendendo, pro senhor que está exercitando isso na sua cabeça. Porque lembrar é um exercício também. Se a gente ficar lembrando, quanto mais a gente lembra, mais a gente lembra, né? É. Então é tudo um exercício. E aí é muito bom pra mim também porque eu aprendo mais sobre uma coisa que é do meu passado, porque eu morei no Mulungu. Então eu gosto de saber quem tava lá na época que tudo era muito difícil. É um trabalho mais assim também, que é da faculdade. Mas também é uma coisa pessoal minha de querer saber como era. De falar com vó, sabe?

A. Era muito agitado. Muito agitado. Porque tudo tava no começo. E quando você começa do zero as coisas pra querer mudar, as montanhas se acumulam a cada passo que você vai dando. Aí você olha assim, a tendência é querer desanimar, e parece que quanto mais eu mexo, mais a assombração aparece. Então, eu fico com medo disso. Eu, inclusive, tô usando assim uma conversa com você, porque você não me conhece muito ainda. Não sabe o meu modo de ser. Aí eu acho que é bom a gente botar o pé no chão. Pra onde é que eu quero ir, pra você ficar bem clara, o que é que eu penso? Eu quero ser transparente, eu não quero ser obscuro, não. Eu quero ser transparente.

J. E funciona, o senhor é muito transparente no que o senhor diz, dá pra entender tudo muito bem. E o senhor tem isso tudo muito vivido na sua cabeça, né?

A. Tenho.

J. Mesmo com os anos? O senhor fala muito bem sobre o que aconteceu. Se esquece de uma data ou outra, aí todo mundo esquece.

A. Inclusive, eu percebo que eu tô falando hoje muito mais lentamente. Eu falava mais, mais rápido, porque era muita coisa. O dia a dia meu era muito cheio, muito compromisso. Não era brincadeira, não. Saía quando dia amanheceu, botar o pé no chão e voltar, às vezes passava o dia todo aí nesse interior, voltava, chegava de noite em casa, né. Só dava pra tomar um banho e jantar e dormir.

J. E no outro dia, o dia amanhecia cedo, não era?

A. Amanhecia cedo de novo, precisava. Dulce era a moça que trabalhou a vida inteira comigo. *[silêncio longo, olhar vagando; vozes de conversa ao fundo]*. Era uma santa ela. Aguentava, ela me aguentava.

[Conceição chega, Alcides volta atenção a ela].

J. Por aqui a gente terminou.

Conceição. Já?

J. Já. E tava muito gostoso o seu café, viu? É, o açúcar tá na medida certa.

C. Tava mesmo?

J. Tava mesmo. Eu adorei. *[me dirijo à Alcides]*. Eu vou falar também com Dona Conceição.

A. Agora?

J. É, vou conversar com ela um pouquinho, igual eu fiz com o senhor. Tudo bem?

A. Você quer falar sozinha com ela, né?

[gravação encerra]

APÊNDICE D - ROTEIRO 2 DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE

VISÃO INSTITUCIONAL E EDUCAÇÃO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma entrevista que compõe o trabalho de conclusão de curso intitulado “*Ecoss do Mulungu: desterritorialização dos lugares, memória e arte como forma de resistência*”. O objetivo da pesquisa é retomar a memória local relacionada ao processo de (des)envolvimento do bairro Mulungu, utilizando a arte urbana como ferramenta de resistência e expressão. Essa entrevista tem a finalidade de compor o estudo teórico sobre os agentes transformadores do bairro, a quem eu chamo de Protagonistas Urbanos. A conversa terá duração aproximada de 1 hora, podendo se estender conforme o andamento e a profundidade dos temas abordados. Sua participação é voluntária, e você terá total liberdade para responder ou não às perguntas, respeitando seu tempo e disponibilidade. Para fins de registro e possível divulgação acadêmica — como artigos, livros ou apresentações em congressos — solicito autorização para gravar a entrevista. Caso esteja de acordo, peço também permissão para que sua identidade seja revelada ao longo do trabalho, reconhecendo sua relevância na história e na formação sociocultural do bairro Mulungu.

Nome: _____. Gênero: _____. Idade: _____.
Escolaridade: _____. Profissão: _____. Local de nascimento: _____.
Ocupação: _____. Relação com o território: _____.
Local da entrevista, quem escolheu e motivo: _____ Dia: ____/____/____.

BLOCO 1 – SOBRE MEMÓRIA E VIVÊNCIA NA CIDADE

- 1 – De onde você é e o que te fez se mudar para Paulo Afonso?
- 2 – Você lembra o que existia na cidade quando chegou? Onde morou?
- 3 – Como era sua rotina na cidade?

BLOCO 2 – SOBRE CONFLITO E TERRITÓRIO

- 1 – Você acredita que a chegada da Chesf trouxe progresso para Paulo Afonso?
- 2 – Você conhecia pessoas que foram expulsas de suas casas para construção da Chesf?
- 3 – Para você, houve segregação social no processo de construção dos novos bairros?

BLOCO 3 – SOBRE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

- 1 – Qual era a relação entre as organizações católicas e o fomento da educação em Paulo Afonso?
- 2 – Levando em consideração a sua trajetória na educação, você se enxerga como um sujeito fundamental na amenização das injustiças da Chesf em Paulo Afonso?

Há algo que não foi perguntado e que você gostaria de compartilhar?

APÊNDICE E - TRANSCRIÇÃO 2 DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE VISÃO INSTITUCIONAL E EDUCAÇÃO

Arquivo: Roteiro 2 de Entrevista.m4a

Tempo de gravação: 1 h, 00 min e 10 seg

Realizada em: 05 de setembro de 2025.

Obs.: algumas perguntas além do roteiro inicial foram adicionadas ao longo da entrevista, com o intuito de compreender melhor a entrevistada. A transcrição buscou manter a linguagem informal utilizada, sendo as palavras e expressões escritas como foram ditas

Identificação: Maria Conceição dos Santos Coelho.

Idade: 86 anos. **Local de nascimento:** Itapetim, Pernambuco. **Escolaridade:** Normal pedagógico (magistério). **Profissão:** Professora. **Ocupação:** Aposentada.

Relação com o território: Foi professora e diretora na rede estadual.

Local da entrevista, quem escolheu e motivo: a entrevista ocorreu em sua residência, localizada no município de Nova Glória, Bahia. A escolha se deu por facilitação, pela dificuldade de deslocamentos e por ser o local em que tivemos as primeiras conversas sobre essa história, em 2024.

Júlia. E eu vou ler um resumo do que eu estou fazendo, para a senhora conseguir entender, certo? A senhora está sendo convidada a participar como voluntária de uma entrevista que compõe o trabalho de conclusão de curso intitulado “Ecos do Mulungu: desterritorialização dos lugares, memória e arte como forma de resistência”. O objetivo da pesquisa é retomar a memória local relacionada ao processo de desenvolvimento do bairro Mulungu, utilizando a arte urbana como ferramenta de resistência e expressão. E aí essa entrevista que eu estou fazendo com a senhora, ela tem a finalidade de compor a parte teórica sobre os agentes transformadores do bairro e da cidade de Paulo Afonso também, que são pessoas que eu chamo de protagonistas urbanos. E aí a gente vai ter uma conversa de no máximo 1 hora, com Alcides fechou em 1 hora e 3 minutos. Mas a gente pode ir mais rápido também, a depender do andamento, tá? Aí, se a senhora não quiser responder alguma pergunta, pode ficar à vontade.

Conceição. Do que eu souber, eu respondo.

J. Certo, mas qualquer coisa a senhora pode pular também, não tem problema. E aí, como é para um trabalho, que é acadêmico, aí eu preciso da sua permissão para usar o seu nome. E aí, assim como eu fiz, quando trouxe um recortezinho do que eu tinha escrito e a senhora deu uma

corrigida, quando eu terminar esse, eu também vou trazer impresso, com as letras grandes, boas, para vocês darem uma olhada e darem um ok, certo? A senhora tem alguma pergunta?

C. Não, eu só quero dizer o seguinte, que a minha participação, assim, no Mulungu, foi pouca, porque o que mais eu participei, assim, foi no início da Casa da Criança III no período de matrículas, na formação dos grupos e das salas de aula. Só foi isso. Não, foi outra coisa, ah e então no tempo da catequese, quando a gente foi algumas vezes assim, levava uma comida, uma coisa ou outra, mas depois eu não...

J. Mas a senhora estava no processo de Paulo Afonso como um todo. No centro, a senhora participava, já que era professora, né? Então, para falar do bairro, eu não consigo falar só dele. Aí eu falo sobre Paulo Afonso como um todo e aplico as coisas ao que estava acontecendo por lá também. Tá bom? Então não se preocupe com isso não, isso não é problema não.

C. Tá.

J. Eu vou começar ali fazendo umas perguntas, só porque eu tenho que ter guardado mesmo. Tipo o seu nome.

C. Maria Conceição dos Santos Coelho.

J. Quantos anos a senhora tem?

C. 86.

J. Sua escolaridade?

C. Eu tenho o curso, naquela época era normal, pedagógico, né?

J. Sua profissão?

C. Professora, professora do Beabá.

J. Onde foi que a senhora nasceu?

C. Quando?

J. Onde?

C. Ah, é, Itapetim, Pernambuco.

J. Hoje em dia a senhora é aposentada, né?

C. Sou.

J. O que foi que fez a senhora vir pra cá, pra Paulo Afonso?

C. Bem, o que foi se eu vim pra cá... Foi com dois objetivos. Primeiro, para trabalhar. *[pensa]* Trabalhar já como uma das pioneiras da Casa da Criança I, sou da primeira turma da Casa da Criança. *[pensa]* E o segundo motivo foi a mudança de clima para melhorar a saúde de minha mãe.

[pausa longa, olhar divagando]

J. A senhora veio com ela...

C. Eu já trabalhava em Pernambuco. Já trabalhava lá, mas aí foi quando eu soube que ia ser inaugurada essa escola, que estava precisando de professora para completar o quadro. E aí eu, eu e outras conterrâneas também.

J. E a senhora lembra o que existia aqui quando chegou?

C. Desculpa eu pedir pra repetir, é porque eu tenho problema auditivo.

J. Não, tudo bem, a senhora pode pedir, não tem problema. Se eu tiver falando baixo também, pode falar, viu? Quer que eu diga mais alto, né?

C. Não, tá, tudo bem.

J. A senhora lembra o que existia aqui na cidade quando chegou?

C. O que existia?

J. Isso.

C. Quando eu cheguei?

J. Aham.

C. Existia, por exemplo... Chamavam a Vila Poty. Acampamento da Chesf, com a cerca, né?
[silencio, olhar divagando]

J. Era a cerca, não era o muro ainda, né? Ainda era a cerca, não era o muro.

C. Sim, era as duas coisas parecem, mas tinha como um muro, né? Também era um muro. A Cadeia Pública era bem pra cá. *[pensa]* A Cadeia Pública era ali onde hoje tem aquelas.. aquelas barraquinhas em frente ao Banco do Brasil. Mas por ali assim. O que é que tinha mais... A Igreja de Fátima, né? A Igreja de Fátima não era catedral ainda. Igreja São Francisco. Era Tinha também... acho que nessa época.. era a Rua de Tábuas. Rua de Tábuas. Sabe onde era?

J. Não.

C. Olhe, não tem ali o Bradesco... o primeiro Bradesco, que tá até outra loja, né, ali naquela rua. Do lado de lá é rua, aquela rua é Monsenhor Magalhães?

J. Aquela rua mais larga?

C. Era do outro lado, não era na rua onde tem o Banco do Brasil, não. Era a rua em frente. A rua de Tábuas era ali. Porque as casas eram de Tábuas.

J. Ali já era Vila Poty?

C. Ainda eram. Casas de Tábuas. *[pausa]* Deixa eu ver mais. A cadeia era ali na frente, onde tinha aquelas barraquinhas... só tinha Rua de Tábuas, de casa de tábuas. Tinha... Deixa eu ver... A Igreja de Fátima. Ali a portaria que dava entrada era pra Chesf.

J. Onde ela ficava?

C. É, Guarita, né? Ali, onde é a entrada? É pra Chesf mesmo, hoje. Era ali, tinha uma... Não tem um prédio? Do lado esquerdo de quem entra? Por ali onde são as Praças das Mangueiras, não tem um prédio? Pois ali era a entrada da Chesf, era guarita. Pra entrar ali não era assim fácil não.

J. Era regulado, né?

C. Quando eu vim em 58, numa excursão da minha turma, a ponte metálica só tinha um pedacinho do lado de lá e outro pedacinho do lado de cá.

J. Faltava o meio?

C. Faltava o meio. *[risos]*

J. E como era que passava?

C. Não, ninguém passava não, porque a ponte não tava concluída. E também, pra gente ver a cachoeira, a gente em 58... a gente teve que atravessar, parece que era a Ilha do Urubu, em caçambas, amarrada com cordas bem grossas. Pra chegar lá, naquele local que hoje o pessoal fica lá pra ver a cachoeira. Eu me pergunto, mas eu tinha muita coragem... *[risos]*

J. Né! Eles tinham tipo uns bondinhos...

C. Quando a gente é jovem, não tem medo de nada, não. *[risos]* Pois é, a gente atravessou nessa caçamba pra chegar no local aqui de frente a gente pudesse ver a cachoeira. Em 58.

J. Era bonito, né?

C. Era. Um véu de noiva, né? Tinha um véu de noiva. Pronto, que eu me lembro...

J. Tinha um hospital já? Já tinha o hospital?

C. O hospital... Eu acho que já tinha o hospital. Tinha um posto de saúde ali, onde era... Não sei se você conhece essa rua, mas... Sabe onde é que fica a Rua das Flores?

J. Eu sei a Rua das Flores.

C. Sabe onde é? Você descendo, como quem vai para o riacho, não tem lá um... Hoje, acho que continua sendo um posto de saúde.

J. Eu lembro mais ou menos daquela região. Eu sei onde é a Rua das Flores.

C. Alí era um posto de saúde. Depois foi modificado, hoje tá mais...

J. Mas era um posto de saúde que era da Chesf, ou era um posto pra todo mundo assim?

C. Não, não era só da Chesf não, eu acho que era bem

J. Pra todo mundo, né?

C. É, porque eu nunca precisei, né? Então não tinha essa curiosidade. A gente sabia que tinha por que eu já morei na Rua das Flores, quando solteira, e a gente passava ali. Entendeu?

J. E como era a sua rotina na cidade?

C. Como era o que?

J. A sua rotina, a senhora fazia o que? A sua rotina na cidade. A senhora trabalhava como professora, não é?

C. Como professora.

J. Aí ia pra escola...

C. Ah, sim, a minha rotina?

J. Sim.

C. Era. Ia pra escola, trabalhava em dois turnos. *[pensa]* Porque também trabalhei na escola do sindicato. Sindicato dos Trabalhadores da Hidroelétrica. *[pensa]* Trabalhei oito anos.

J. Era lá e onde mais? Qual Casa da Criança que a senhora trabalhava também?

C. É, e na Casa da Criança I. Teve um período que eu fui ensinar lá na o pessoal chamava Cachoeira dos Veados, naquela época. Mas é lá na Vila Dom Pedro II. Não tem o BTN, né?

J. Tem.

C. Não tem a... Como que chama o bairro da Rodoviária? Sim. Pois essa Vila Dom Pedro II fica ali na ponte, perto da ponte.

J. É naquela escola que tem, bem perto da ponte mesmo?

C. É, eu ia à noite.

J. Meu Deus.

C. Mas era o carro do DNR... DNER, que ia me buscar. Eu ia ensinar adultos, alfabetizar adultos. Ele ia me buscar e ia me levar. Trazia de volta. Eu trabalhava dois turnos. Porque eu trabalhava na Casa da Criança e trabalhava no Sindicato, né? E lá era noite.

J. E lá era noite? Entendi.

[interrompido – vizinha veio se despedir de Conceição]

C. Sim. Agora, esse período que eu ensinei lá na Cachoeira dos Veados foi antes de trabalhar no sindicato, viu?

J. Entendi. E a senhora acha que a chegada da Chesf aqui em Paulo Afonso trouxe progresso?

C. Olha, eu posso dizer o seguinte, quando eu cheguei, a Chesf tinha, quer dizer, tava no período dela assim bem desenvolvido, né? Muitas pessoas, muitos operários. Eu acho que pra região aqui, pra Paulo Afonso, foi bom porque veio muita gente de fora pra trabalhar, em busca de trabalho. Tá certo que ela tinha dentro dos seus rigores, dentro dos seus estatutos, ela tinha que ser atendida dentro das suas exigências. Horário de trabalho, tinha sirene, né, a sirene tocava. Aí todo mundo sabia que o povo já sabia na hora. Tá entrando.

[interrupção]

Lourdes: Até a gente que ia resolver outras coisas quando tocava aquela sirene, né? A gente já sabia que hora era.

C. Era. Entendeu? Olha, tinha gente de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe, até da Paraíba. Quer dizer, muitos estados aqui, no Nordeste, né Lourdes? Vinha gente pra cá em busca de trabalho. Então, pra quem estava sem trabalho, ela foi muito boa. Inclusive, por exemplo, lá em casa... Lá em casa, quando nós viemos pra cá, eu vim primeiro. Tô abrindo parênteses aqui, viu? Eu vim primeiro, porque eu vim ensinando a Casa da Criança. E fiquei na casa de um tio meu, que morava em frente à Igreja. Meu pai veio no mês de junho. Eu cheguei de março pra abril. Meu pai veio com a família no mês de junho, porque aí foi o tempo de pedir a transferência das meninas. De Iracema, Raimunda e Francisca. Francisca ainda fazia o curso primário naquela época, que hoje é fundamental. Mas Iracema e Raimunda já estavam no curso ginásial. E aí, pronto... Com o tempo, Iracema arranhou o trabalho na Chesf, foi secretária aí muito... Não é porque seja minha irmã não, mas muito eficiente. Branco, também arranhou um trabalho na Chesf. Ali naquele modelo reduzido, ele trabalhou ali. Aquelas casinhas, ele, entendeu?

Lourdes. Tu lembra do modelo reduzido, Júlia?

J. Eu lembro, mas eu era tão pequena quando eu fui lá...

C. Eu ainda trabalhando na escola, elas estudando. Então, na Chesf trabalhou Branco, Iracema. Depois meu irmão Francisco trabalhou pouco tempo e saiu. Pronto, e Raimunda aí ensinando... Francisca foi para Recife, quando Iracema pediu transferência, foi para Recife para estudar.

J. Muita gente da família, né? Muita gente da família trabalhou na Chesf.

C. É, só esses três aí, né? Iracema, Branco e Francisco. Agora quem permaneceu mais foi Iracema e Branco. Francisco saiu.

J. E aí, a senhora acha que na época que a Chesf chegou aqui... Eu sei que quando eu vim da outra vez, a senhora me falou sobre os bairros que existiam, que tinham do Grito, da Gangorra, tinham alguns...

C. Era, existia e eles foram destruídos para a construção do canal, da barragem. É, do canal, né? Que leva a água lá pra PA4. Mas tinha aqueles bairros... Lourdes chegou a conhecer?

Lourdes. Os quais?

C. Era gangorra, Forno...

Lourdes. Quando eu cheguei, o pessoal da Gangorra tinha acabado de ser transferido para o Mulungu. Aí eu não conhecia a gangorra onde ela era lá em cima.

C. Ah, você não conhecia onde ela era?

Lourdes. Não. Mas conhecia as pessoas que vieram de lá.

C. Ah, sim. Eu sei que era o Forno, acho que é porque faziam tijolo, essas coisas. Eu nunca fui lá não, sabia?

Lourdes. Acho que era essa questão de tijolos mesmo, que o pessoal que foram levado lá para o BTN, eu conversei muito com eles e eles diziam que tinha sido jogado lá no Mulungu, e que tinha vindo da gangorra, e outros que diziam “não, eu vim do Forno”, e os do Riacho do Grito, parece que tinha...

C. Saiu muitas, aquela população que tinha ali, onde hoje passa o canal, ali era esses bairrozinhos pequenos, entendeu? Aqueles aglomerados de casa e de família e que tiveram de sair por conta da construção do canal.

J. E a senhora conhecia a gente que teve que sair? A senhora conhecia a gente que teve que sair de lá?

C. Não, porque a minha vida era mais no centro.

Lourdes. Era no centro, era professora, não tinha muito envolvimento com essas coisas.

C. Eu sei por que ele como padre, trabalhou lá, conhecia, dava assistência...

Lourdes: Ainda tem lá, ainda tem no BTN. senhora, que é minha amigona, Dona Anália, que ela tem 94 anos, só essa que é isso. Firme e forte. E ela foi uma das que foi despejada lá. Ela que levaram ela pra lá, ela, o marido e três filhas. Aí eles foram jogadas lá no Mulungu. Foram pra lá.

C. Ele já contou a você o caso que teve com ele? Que ele se colocou na frente.

J. Ele já falou, já.

C. Foi em um desses bairros, eu não sei qual foi.

J. Nessa época a senhora já tava com ele? Nessa época a senhora já tava com ele?

Lourdes. Nessa época ele era padre.

C. Era padre.

J. E pra senhora, existiu segregação social no contexto de construção de Paulo Afonso pela Chesf?

C. Não, naquela época existia só na Vila Poty, como era chamado, né? Tinha aquelas famílias, tinha um certo comerciozinho, né, ali. E o pessoal da Chesf vivia mais...

[pausa]

J. Era separado?

C. Era. Agora, não era assim uma separação de um interesse... não, era por... como é que se diz... assim, por cuidado, né? A Chesf foi responsável pelos seus operários, né? Dava assistência a eles. A Vila Poty era daquele pessoal que veio pra trabalhar... E que não tinha agregado. Como

eu digo a você, o comércio era muito pequeno. A cidade era Glória. Depois de muitos anos foi que Paulo Afonso passou a ser cidade independente.

J. Foi em 58. Foi em 58 que virou. Demorou ainda.

C. Eu cheguei aqui em 61. Em 1961.

J. E qual que era a relação entre as organizações católicas e a educação em Paulo Afonso?

C. Olhe, como eu disse antes, o pessoal... as crianças que moravam na Vila Poty, elas só estudavam na Chesf se o pai fosse operário da Chesf. Não tinha escola oficial. Então, quando eu cheguei aí, o padre era Padre João Evangelista. *[pausa, olhar vagueia]* Padre João Evangelista... E ele organizou, com pessoas da cidade, organizou a Liga Social Católica. *[pausa, olhar vagueia]*

J. E era a Liga que cuidava da escola?

C. Oi?

J. Era a Liga Social que cuidava das escolas.

C. É. Então, a Liga Social fundou com ele, Padre João, é claro, ele era o diretor, porque ele como vigário pelos estatutos da Liga, ele tinha que ser o diretor. Entendeu? Foi quando fundou a Casa da Criança I. Que fica ali atrás da Catedral.

J. No Mulungu, dia três, né? É. É a Casa da Criança três, no Mulungu.

C. Sim, aí foi depois. Porque depois da Casa da Criança II, aí surgiu a Casa da Criança II. Do Perpétuo Socorro. Nesse tempo já tinha aqui Padre Lourenço, Dom Mário e as irmãs italianas.

J. Quem eram as irmãs italianas?

C. Irmã Rita... *[pensa]* Como era o nome das outras, Lourdes?

Lourdes. As outras eu me lembro depois. Irmã Maura, Irmã Celina, essas vieram depois. Depois, agora das primeiras eu só me lembro de Irmã Rita.

Não, mas tinha outra, uma forte.

Lourdes. Era, eram duas, mas eu não, a outra não vivia no Mulungu, a que vivia no Mulungu era só Irmã Rita.

C. Se vier na minha cabeça, viu? Aí, pessoal, voluntários, marceneiros, pedreiros voluntários, ajudaram também na construção, a trabalhar. Dia de domingo ou dia feriado, eles aproveitavam para trabalharem na escola, na construção. Aí depois, depois da Casa da Criança II, a Liga Social fundou a III, que fica lá no Mulungu. *[pensa]* Agora, quando foi para fazer matrícula dos alunos para Casa da Criança II, eu fui trabalhar, ajudar. Lá também. A organizar as turmas.

J. Da III?

C. Da II. É. E dá III também depois. Porque nesse tempo eu não tava mais na sala de aula. Eu estava à disposição da paróquia. Entendeu? Eu estava à disposição, porque eu tinha feito um curso em Salvador, de um ano. curso no ISPAC. ISPAC é Instituto Superior de Pastoral Catequética. Aí eu fiquei à disposição. Como a escola era da Liga, eu fui trabalhar na organização das turmas, matrícula e organização da Casa II. Já tinha trabalhado na casa I, II, na III também, a do Mulungu. Aí fui também para ajudar na matrícula e organização de turmas.

J. E aí, a construção era em mutirão...

C. Era em mutirão.

J. E o funcionamento era todo pela Igreja também?

C. Era. O Estado, era em convênio com o Estado. As professoras do Estado. A liga dava o prédio, e o estado pagava o professorado. Entendeu? Aí depois da Casa da Criança III, se fundou a IV, que fica lá no bairro rodoviário. E que eu também fui ajudar. Entendeu? Até que as professoras chegaram e tomaram conta.

J. A senhora morava na parte inicial, né?

C. Era. Na matrícula, na formação das turmas. Depois da IV, aí a Liga foi trabalhar pra construir a V no BNH, aí me botaram como diretora. E aí também fui trabalhar, comecei na casa V, fazendo matrícula, organizando tudo e fiquei como diretora. Passei dez anos.

J. Muito tempo.

C. Aí me aposentei.

J. E aí parou na V, não foi? Parou na Casa da Criança V.

C. Parou na Casa da Criança V.

J. E aí a Liga parou de organizar novas escolas ou é porque não precisava mais?

C. É porque aí também a Liga não tinha mais condições financeiras, né. A prefeitura já foi, por exemplo, assumir. O pessoal de apoio: vigia, merendeira, zeladores. eram pagos pela prefeitura.

J. Então a escola passou a ser responsabilidade da prefeitura, né?

C. Ah, mas já foi depois que eu saí. Aí eu não sei nada.

J. Em que ano a senhora saiu?

C. Eu saí em 89.

J. E aí, levando em consideração a sua trajetória na educação A senhora acha que é uma pessoa fundamental no cenário da educação aqui de Paulo Afonso?

C. A minha modéstia não vai deixar. *[risos]* Não, eu não me acho fundamental. Eu sou feliz porque eu contribuí com isso, e que eu também cresci com isso. Eu cresci com isso. E hoje a gente... não somente eu, mas acredito que as minhas colegas, a gente se sente feliz. Hoje em se

encontrar com um aluno, saber que ele é médico, saber que ele é advogado, saber que ocupa um cargo, né? Saber que hoje é uma pessoa assim..

C. É alguém que cresceu também. É. Eu me sinto feliz e acho que não pequei por omissão. Aquilo que eu tinha de bagagem, de condições físicas e condições assim, uma bagagem, né? Eu me dediquei, entendeu? Porque na Casa da Criança V mesmo, nós fizemos campanha para ter as coisas. Panela, prato, fogão, geladeira, tudo isso foi coisa doada. Porque a essa altura, já tinha moradores no BNH, que a escola pegou não só crianças do BNH, como pegou lá do Bairro Centenário, ali. Como é que chama ali perto do Cemitério? É... É no Cemitério do Cemitério. Tem um nomezinho assim. Era a antiga Tapera né, que hoje é bairro Centenário. É o mesmo.

Lourdes. Aonde é a autoescola não, aquele negócio ali que faz a habilitação?

J. Detran.

Lourdes. Por ali, por aquele Detran tem um nomezinho que a gente não sabe.

J. Da Terra Dura?

C. Eram alunos muito pobres que iam pra escola mesmo porque tavam precisando de merendas comer, entendeu? Eles comiam mesmo. As mães eram as pessoas... eram domésticas, assim, que trabalhavam nas casas, ou viviam de lavar roupa.

Lourdes. Lavava roupa no rio, pegava roupa na casa das pessoas. Lavava.

J. Eram pessoas sofridas, né?

C. Aqui, só... não registre isso não. *[gravação interrompida]* E quando eu fazia reunião, sempre fiz reunião com os pais, vinha mais as mães. E os pais... E eu sempre reclamava. “Olha gente, a criança tem mãe, mas tem pai”. “Ah, mas não pode, porque pode estar trabalhando...” E digo, me diga aí, qual é a ordem jurídica aí do pai não poder ir à escola ver como é que vai seu filho na escola. Mas era porque eles se escoravam mesmo, mandavam só as mães, eu ficava chateada. Mas é isso que eu digo. Graças a Deus, durante o período que eu trabalhei, eu me sentia feliz. Nunca fui para o trabalho me maldizendo. E olhe que quando eu ensinava no sindicato, eu morava no BNH. E quando eu trabalhava na Cúria também. Trabalhei na Cúria. Quando acabava o período de matrícula, eu ia trabalhar na Cúria.

Lourdes. A escola do sindicato era na Rua São Francisco.

C. Era. E eu morava no BNH. Eu ia a pé, a pé do BNH.

J. A senhora morou lá desde que chegou?

C. Não, não. Nós já moramos... quando solteira? Nós moramos em outras ruas em Paulo Afonso. Depois é que minha irmã comprou essa casa, naquele plano do BNH. O BNH é Banco Nacional de Habitação, que fez aquelas casas. Aí a gente se passou para lá. É por isso que eu

saia a pé de lá. Lá para a Igreja de Fátima, trabalhar na Cúria ou então na Escola de BNH. Meio-dia! Saia de manhã e ia de tarde. Tá vendo “fessorinha”? *[risos]*

J. Foi rojão.

C. E quando eu morei lá em Pernambuco, eu fui nomeada para um povoado. A primeira nomeação minha. Antes eu ensinava na sede, né. Antes de formada, a professora tava gestante, eu ia substituir, como formanda. Mas eu fui nomeada para um bairro, a três léguas da minha cidade. Quando meu pai podia me levar na moto dele, ele me levava. Quando ele não podia me levar, ou eu ia a pé, ou então no carro da feira. O do pessoal que vinha pra feira. Mas eu passava a semana lá, aluguei uma casa. Eu fui morar com uma aluna. Passei um ano. Mas gostei demais, povo muito bom. É, minha filha, a vidas da gente tem tanta história pra contar. *[risos]* É, mas aí ave Maria, eu gostava demais! Aí foi quando eu saí, pedi exoneração e vim pra aqui, pra Paulo Afonso, pra ensinar na Casa da Criança.

J. E tem alguma coisa que eu não perguntei que a senhora queria falar?

C. Como?

J. Tem alguma coisa que eu não perguntei, mas que a senhora queria dizer sobre essa época?

C. O que eu quero dizer é, eu acho que Padre João, ele... o Padre João Evangelista, como padre, como missionário de Deus, ele fez uma grande coisa para Paulo Afonso. Que raramente se ouve falar e Padre João.

Lourdes. É, raramente. Na história ninguém fez falar.

C. Abrindo parênteses aqui, não sei se você chegou a ver Em frente à Catedral, botaram um cartaz com fotografias de várias pessoas. Pessoas que fizeram alguma coisa, em Paulo Afonso. Eu olhei, não vi a fotografia de Padre João. Aí um dia eu telefonei pra uma pessoa que eu supus que pudesse estar sabendo. Entendeu? “Venha cá, minha filha, por que é que botou... Quem foi que fez aquele cartaz? Botou fotografia de várias pessoas, mas não botou a de Padre João Evangelista, que foi quem fundou a Liga Social Católica e as escolas aqui se devem isso a ele”. “Ah, não sei, não sei quem foi. Mas foi boa essa sua observação. Você tem fotografia dele?” Eu disse: “Eu acho que eu tenho”. “Pois se você tiver, dê pra gente que a gente bota”. Mas eu procurei e não achei. Eu tinha uma foto dele, mas não sei onde está. Mas no dia que eu achar eu vou entregar. Um padre que fez tanta coisa, menina, que trabalhou com o pessoal. Quando eu cheguei, a Casa da Criança era um brinco. Um brinco, uma coisa linda. Toda bem-feita, os operários também ajudaram lá o Padre João. Toda bem-feita, as portas bem-feitas, a sessão de sanitários, a sessão de pias para lavar as mãos. Um brinco. Sabe o que é? Um brinco?

Lourdes. Ave Maria, as pessoas que quando arrumavam uma vaga na Casa da Criança, que não era todo mundo que conseguia. Não tinha vaga. Mas quando conseguia uma vaga na Casa da Criança, vige, ficava super feliz.

C. Olha, a gente não só ensinava o beabá, como a gente ensinava muita coisa de civilidade pra eles. Eles não sabiam se servir, das pias, nem do sanitário. Com pouco tempo já tinha pia entupida, já tinha sanitário quebrado, tinha tudo. Porque eles saíram lá de dentro daqueles casebres lá da Vila Poty. Padre João saiu arrematando todo mundo dentro da faixa etária e fora da faixa etária, entendeu? Só a minha turma, eu e mais outras, eu peguei cinquenta e um, tá aí a relação, eu tenho tudo aí guardado. Do primeiro ano. 50 alunos. 50 alunos dentro de uma sala daquela que não tinha nem cadeira, não tinha, o Estado, não tinha dado nem móveis ainda. Sabe o que foi que o Padre João fez? Tirou os bancos da igreja e botou tudo lá para os meninos se sentarem, porque não tinham onde se sentar. Aí depois, quando foi no tempo de Alcides, ele mandou fazer daqueles banquinhos de três pernas. Tem até um aí que pra ele é um sacramento. Não é pra dar fim ao banco, porque lembra. É. É brincadeira? *[risos]* Pois é. Eu tenho aí a relação de todas as turmas do primeiro ano. 14 turmas. Começamos. De manhã e à tarde.

J. Muita gente.

C. *[risos]* Pois é, aí, isso aí já é fora da coisa... *[risos]* É só pra você ficar sabendo a história. Aí a gente começou a ensinar, né? A trabalhar. E a Liga sempre carente, não podia dar o tanto de giz, de apagador, de material didático, de tudo aquilo que você precisava, nem podia dar tudo. O que que a gente fazia? Do nosso. A minha família mandava uns trocadinhos pra mim, né, porque eu não tinha recebido ainda. Passamos nove meses sem receber. Eu tirava dos trocadinhos da gente pra comprar a giz e as coisas. E muita gente dizia assim: “Essas professoras são leigas, não formada nada” porque formada era só da Chesf. Só quem era professora sabida era as da Chesf. A gente não era não, a gente era leiga, né?

Lourdes. Era leiga, porque ensinava menino pobre.

C. É, não sabia de nada. E assim a gente levou, levou, levou até que Alcides chegou. Aí assumiu a Liga Social. Padre João já tinha ido, porque depois de Padre João foi Padre Expedito, né? Aí ele chegou, assumiu a direção da Liga Social... *[pensa, olhar divagando]* É, é muita história pra contar. Graças a Deus.

Lourdes. Graças a Deus mesmo, porque a gente passaria o dia e a noite e não se terminavam as histórias.

C. Não tem coisa melhor.

Sabrina. Uma vida bem vivida, né Dona Conceição?

C. Oi?

Sabrina. Uma vida bem vivida, né?

C. É, bem vivida. A coisa melhor do mundo é você aproveitar a sua vida, sua juventude, em tudo que é útil, até a sua velhice. Porque você quando olhar para trás, você diz: “É, eu não tenho de que me envergonhar”.

J. É verdade.

C. Quando eu me aposentei aqui, que fui pra Salvador, quando eu cheguei lá, a gente ficou num local que não dava bem assim... acomodação pra gente participar da comunidade. Porque era, não sei se vocês conhecem, Itapuã. Fica ali, Mar Grande, fica perto. Depois foi quando ‘bem’ *[como ela chama Alcides]* comprou um apartamento ali na Encosta Azul, que fica perto da Paróquia Nossa Senhora da Esperança. Aí eu disse "Ah, eu não vou ficar de braços cruzados não. Não tô surda ainda". Hoje eu uso os dois aparelhos, mas não tô cega. Não estou aleijada, não, vou trabalhar! Aí me apresentei na paróquia e fui trabalhar na Catequese. Foi o período assim, um dos períodos mais felizes da minha vida. Porque eu me adaptei com todas as pastorais, todos os grupos. O nosso era da pastoral catequética. Era uma senhora do grupo de casais que tomava conta. Depois ela disse “Conceição, eu tô vendo que você parece que tem uma certa experiência. Vou lhe botar na coordenação”. Eu digo “mulher, não faz isso não” *[risos]*. Hoje ela tá no céu. Aí me botou. Aí fiquei na coordenação, trabalhando lá. Quando eu cheguei lá nessa paróquia, era um padre, um padre italiano, um padre José, era brabo... *[risos]* Mas era uma pessoa, no fundo, no fundo, era humilde, mas ele era rígido. Aí, cheguei lá, era aula de catequese dava um debaixo de uma árvore, outra na Sacristia, outra ia lá no salão e disse: "Minha gente, como é que pode um negócio desse?" Quando chovia, corria todo mundo, né? Aí me reunia, e dizia “Minha gente, vamos fazer alguma coisa, não pode ficar assim não. Vamos trabalhar, vamos trabalhar, vamos vender aqui, coisa, os alunos mesmo, ao povo e vamos ver se a gente constrói, nem que seja uma sala”. Por isso que eu digo, olha, quando há união e quando todo mundo tem o mesmo objetivo, é uma força muito grande. Por quê? Uma levava pipoca, eu levava polpa de fruta aqui pra fazer picolé, outra levava bolo. Todo mundo levava uma coisa e a gente vendia. E aí eu fui juntando o dinheirinho. Fui juntando um dinheirinho. Quando já tinha uma certa quantia, eu chamei uma colega e disse: "Vamos lá no Bradesco que eu vou abrir". Isso sem o padre saber! Ele não sabia não. “Vamos lá no Bradesco que eu vou abrir uma conta”. Ela foi comigo. Abri a conta e continuamos trabalhando, trabalhando, trabalhando. Quando havia assembleia de todo o pessoal da paróquia, das pastorais, porque tinha Pastoral do Canto, Pastoral Carcerária, Pastoral dos Casais, Pastoral

Catequese, Pastoral dos Enfermos... Aí quando era convocado pra fazer assembleia, iam todos apresentar seus relatórios do seu trabalho. E aí eu fiz meu relatório, contei minha história lá do trabalho da gente, que era assim, assim... Ao ar livre, sujeito a chuva, essas coisas, e pedi apoio. Ô, minha filha, como foi boa. A Pastoral Social fez dois dias de festa, com feijoada e tudo, em prol da construção. Aí juntou com o que a gente tinha. Sabe quantas salas nós fizemos? Três.

Lourdes. Olha, queria fazer uma!

C. Eu queria fazer uma. E ainda fiz uma secretariazinha, e um sanitário. Alcides nesse tempo tinha deixado, pra ir pra Brasília, aí deu mesa, cadeira, birô, estante, que já serviu pra botar na secretaria. E aí, minha filha, quando foi no dia da inauguração, mandei fazer São Miguel Arcanjo, São Rafael, São Gabriel, botamos as placas, ans três salas.

Lourdes. Os três anjos.

C. E o padre foi lá, agora engraçado, quando eu fui falar, é claro que eu não ia construir uma coisa sem pedir permissão ao padre, né. Eu cheguei na secretaria, e disse “Padre, eu queria falar com o senhor na sacristia”. “Tá certo, Dona Conceição, diga”. *[risos]* “Olhe, padre, é o seguinte, eu queria que o senhor dissesse aonde é que eu posso fazer uma salinha pra catequese”. “A senhora tá maluca, não é Dona Conceição?” Ele era bem assim *[risos]*. “Não, padre, por quê?” “A senhora... como é que eu vou fazer essa sala se eu não tenho dinheiro? O dinheiro do dízimo mal dá pra pagar energia e água, eu vou fazer uma sala?” E eu disse: “Padre, calma, calma. Não se preocupe que eu já tô com o dinheiro guardado pra fazer essa sala” *[risos]* Aí pronto, ele foi e me disse o local. Aí fiz a primeira, fiz a segunda e fiz a terceira.

Lourdes. E a secretaria.

C. Ainda é uma secretariazinha, e um sanitário.

Sabrina: E a meta era uma só.

C. Era. Eu não pensava que podia fazer tudo isso, criatura. Mas a gente encontra irmãos, né? Encontra irmãos. Eles apoiaram a ideia. Hoje, quando eu chego lá, me dá um desgosto, porque pegaram. Eu não sei nem como é que tá depois que eu saí. Não sei como é que está a catequese, porque no nosso tempo era a coisa mais linda. Nós não tínhamos festa na igreja que a gente não participasse. Em tudo, em tudo. Até Coral a gente tinha.

Lourdes. Coral da catequese?

C. Coral. Ele mesmo botou o nome. Coral... Não, botou Canarinhos da Esperança, porque era Nossa Senhora da Esperança. Aí quando houve uma festa, uma comemoração no centro de Salvador, lá na Avenida Sete, no Dia do Catequista, aí nós levamos o coral pra lá, a moçada toda, todas eram casadas, todas tinham trabalho, só não uma que ela não tinha casado, mas

trabalhava. Aí convidaram, né? Todas as paróquias que tinham trabalho de catequese, convidaram. Aí nós levamos o nosso coral. Eles subiram no palco, apresentaram três números, a Assembleia todinha aplaudiu de pé. *[aplaudindo]* Mas foi a coisa mais linda. Eu tenho foto aí. Mas foi lindo, lindo. Ela era muito caprichosa, a Helena. Ela era professora de canto, era quem tocava as missas.

Lourdes. Pelo menos tá servindo pra igreja, pra alguma coisa.

C. Pra igreja, é.

Lourdes. A gente trabalhou no BTN, eu e mais outra equipe lá, trabalhamos, derramamos sangue e suor pra fazer uma sede pra Associação de Moradores e Amigos. pra poder a gente se reunir, pra ter nossas reuniões, pra ter nossos encontros. Se morresse uma pessoa da família ou alguém tinha onde velar o corpo, fizemos isso. Hoje em dia eu tenho o maior desgosto quando passo naquela rua, porque agora simplesmente mora uma pessoa, dono, agora é dono da Associação. Passou pra ser presidente, tá com mais de 10 anos que não mudou mais, e agora o ‘caba’ é o dono da associação. Mora lá e acabou.

C. Pois, é como eu digo, meu Deus, a gente fez tanta coisa...

Lourdes. Pelo menos o seu tá servindo pra alguém, pra Igreja, e o a da gente, que a gente derramou tanto suor, só tá servindo pra uma pessoa. Um camarada

C. Parece que tiraram, sabe? Parece que tiraram da sacristia, porque era uma coisinha apertada e botaram na primeira sala. Na segunda eu não sei nem o que é. E quando eu me encontro com as meninas assim, é aquela alegria, né? Porque a gente era tão unido, graças a Deus. Graças a Deus. Graças a Deus. Isso aí é só pra você. Viu? Pra guardar as lembranças.

J. Tá certo, é só isso. Pois é, muito obrigada, viu? Foi muito útil. Espero que não tenha lhe cansado também.

C. Não, recorda, né? Recorda.

J. Era o que eu estava falando para Alcides também, que no trabalho é essas perguntas que eu faço, não necessariamente eu vou colocar elas direto, mas eu gosto de trazer como um exercício mesmo de lembrar, porque memória é exercício, né? Se você não faz esse esforço de voltar, você esquece. Quanto mais você volta, mais lembranças você vai construindo. E aí eu falo sobre isso também no trabalho.

C. E a vida só é gostosa, só vale a pena, porque tem essas histórias pra gente viver. Primeiro viver. Depois pra contar.

Lourdes. É que a gente só vai saber contar se viveu. Se não viver tudo isso...

C. A gente fica tão feliz quando encontra uma pessoa que a gente sabe que passou pelo caminho da gente. É, muito bom. Nós que agradecemos a vocês. E pedimos desculpas, eu só fiz um cafezinho pequeno.

J. Não, tava ótimo!

[gravação encerra]

APÊNDICE F - ROTEIRO 3 DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE

LOURDES - VISÃO LOCAL E MOBILIZAÇÃO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma entrevista que compõe o trabalho de conclusão de curso intitulado “*Ecos do Mulungu: desterritorialização dos lugares, memória e arte como forma de resistência*”. O objetivo da pesquisa é retomar a memória local relacionada ao processo de (des)envolvimento do bairro Mulungu, utilizando a arte urbana como ferramenta de resistência e expressão. Essa entrevista tem a finalidade de compor o estudo teórico sobre os agentes transformadores do bairro, a quem eu chamo de Protagonistas Urbanos. A conversa terá duração aproximada de 1 hora, podendo se estender conforme o andamento e a profundidade dos temas abordados. Sua participação é voluntária, e você terá total liberdade para responder ou não às perguntas, respeitando seu tempo e disponibilidade. Para fins de registro e possível divulgação acadêmica — como artigos, livros ou apresentações em congressos — solicito autorização para gravar a entrevista. Caso esteja de acordo, peço também permissão para que sua identidade seja revelada ao longo do trabalho, reconhecendo sua relevância na história e na formação sociocultural do bairro Mulungu.

Nome: _____ . Gênero: _____ . Idade: _____ .
Escolaridade: _____ . Profissão: _____ . Local de nascimento _____ .
Ocupação: _____ . Relação com o território: _____ .
Local da entrevista, quem escolheu e motivo: _____ Dia: ____ / ____ / ____ .

BLOCO 1 – SOBRE MEMÓRIA E VIVÊNCIA NO BAIRRO

- 1 – De onde você é e o que te fez se mudar para Paulo Afonso?
- 2 – Você lembra o que existia no bairro quando chegou? Onde morou?
- 3 – Como era sua rotina no bairro?

BLOCO 2 – SOBRE CONFLITO E TERRITÓRIO

- 1 – O que o bairro representava para você?
- 2 – Você acredita que a chegada da Chesf trouxe progresso para Paulo Afonso?
- 3 – Como os moradores se organizavam politicamente?

BLOCO 3 – DIREITO À CIDADE

- 1 – Como se dava a escuta das reivindicações sociais pelos governantes? Vocês conseguiram retornos efetivos?
- 2 – Qual era a relação entre as organizações católicas e o amparo aos necessitados em meio ao descaso da Chesf?
- 3 – O que levou a dissolução de atividades e ações reivindicatórias e comunitária por parte dos moradores do Bairro?

4 – Levando em consideração a sua trajetória de ativismo junto à população do bairro e as diferentes instâncias sociais, você se enxerga como um sujeito fundamental na luta conquista por direitos no bairro Mulungu?

Há algo que não foi perguntado e que você gostaria de compartilhar?

APÊNDICE G - TRANSCRIÇÃO 3 DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE VISÃO LOCAL E MOBILIZAÇÃO

Arquivo: Roteiro 2 de Entrevista.m4a

Tempo de gravação: Inicial – 10 min e 16 seg; Final – 23 min e 53 seg;

Realizada em: 7 de setembro de 2025;

Obs.: algumas perguntas além do roteiro inicial foram adicionadas ao longo da entrevista, com o intuito de compreender melhor a entrevistada. A transcrição buscou manter a linguagem informal utilizada, sendo as palavras e expressões escritas como foram ditas;

Identificação: Maria de Lourdes Vilela;

Idade: 71 anos; **Local de nascimento:** Itaíba, Pernambuco; **Escolaridade:** Ensino Médio Completo; **Profissão:** Agente Comunitária de Saúde; **Ocupação:** Aposentada;

Relação com o território: Foi uma das primeiras moradoras da porção do Mulungu nomeada BTN III;

Local da entrevista, quem escolheu e motivo: a entrevista ocorreu inicialmente em minha casa, por ser um local arejado e de convívio. Posteriormente, foi necessário trocar o local devido a interrupções, sendo a gravação inicial finalizada e uma outra iniciada em seguida. O segundo local escolhido foi a casa de Lourdes, por facilidade e maior conforto.

Júlia. Vou iniciar a gravação e eu vou ler...

Lourdes. De 18h30 eu vou para a igreja...

J. Certo, *[risos]* dá tempo. Aí eu vou lhe explicar... Tenho um textinho aqui explicando o que é a entrevista. E aí depois eu vou pegar alguns dados seus para começar, e aí é que a gente vai para a parte das perguntas. Viu? *[concordância]* A senhora está sendo convidada a participar, como voluntária, de uma entrevista que compõe o trabalho de conclusão de curso intitulado “Ecos do Mulungu: desterritorialização dos lugares, memória e arte como forma de resistência”. O objetivo da pesquisa é resgatar a memória local relacionada ao processo de desenvolvimento do bairro Mulungu, utilizando a arte urbana como ferramenta de resistência e expressão. Essa entrevista tem a finalidade de compor o estudo teórico sobre os agentes transformadores do bairro, a quem eu chamo de protagonistas urbanos. A conversa terá duração aproximada de uma hora, podendo se estender conforme o andamento e a profundidade dos temas abordados. Aí vai ser relativo. Sua participação é voluntária e a senhora vai ter total liberdade de responder ou não às perguntas, respeitando o tempo e a sua disponibilidade. E aí, para fins de registro e para possíveis divulgação de artigo, publicação do trabalho, aí eu solicito a autorização para

gravar a entrevista e, caso esteja de acordo, também peço permissão para colocar o seu nome no trabalho

L. Sim. Então vamos começar.

J. Quero o seu nome completo.

L. Maria de Lourdes Vilela Gomes.

J. Qual sua idade?

L. 71 anos.

J. Escolaridade?

L. Eu terminei o ensino médio.

J. Profissão?

L. Aposentada como agente comunitária de saúde.

J. Onde a senhora nasceu?

L. Em Pernambuco, município de Itaíba.

J. A senhora mora no antigo bairro Mulungu, não é isso?

L. Sim.

J. Para começar, vão ser três blocos de pergunta. Cada um vai ter um eixo assim. Aí eu vou perguntar e a senhora responde como a senhora interpretar a pergunta. O primeiro bloco é sobre memória e sobre a vivência aqui no bairro. Aí eu quero saber, a senhora é de Itaíba, não é? E o que é que te fez se mudar aqui para qual Afonso?

L. Trabalho. Busca de trabalho.

J. No caso tinha promessa de trabalho aqui, a senhora já veio com alguma coisa certa?

L. Não, eu vim porque o meu marido ia trabalhar e aqui ficava mais localizado para ele voltar para cá, do que lá.

J. Ele ia trabalhar na Chesf, em alguma região por aqui?

L. Não, ele trabalhava em Pedra do Canal.

J. Onde fica?

L. É aqui na Bahia mas eu não sei dizer localização

J. A senhora veio com a família inteira...

L. Foi.

J. A senhora lembra o que existia aqui no bairro quando chegou?

L. Mato. [risos] Mato no lugar que hoje é rua. Era só veredas.

J. A senhora pode falar mais coisas, viu? Não precisa responder só direto não. Se a senhora lembrar de alguma coisa ou quiser se estender, pode falar, não tem problema não.

L. Por exemplo, quando eu vim morar aqui, nessa mesma rua, eu comecei morando nessa mesma rua que eu moro agora, só que era do outro lado. Mas era só mato, não tinha água, não tinha luz, não tinha nada. Não tinha escola, as escolas só tinha lá do outro lado do BTN II. Aqui no BTN III não tinha escola.

J. E a senhora morava...Mora, ainda, em que região? Assim, ela é longe do centro, né?

L. É longe, fica distante do centro e é do lado do 3 porque esse Mulungu, né, ele é bem dividido. Ele começou no I, depois no II, no III e agora tem adjacências... Tem vários lugares de habitações nova, chama-se condomínio e esse negócio aí...

J. E tinha outras famílias por aqui?

L. Tinha. Aqui mesmo, perto de mim tinha só uma família. As outras era bem longe. Aqui perto de mim tinha a Mazé, né? Ela chegou bem depois de mim. Tem Mazé... Aqui tinha o irmão de Vá [*como ela chama o marido, meu avô Valdemar*], que era o Abel, foi exatamente por conta dele que a gente veio para cá. E na outra rua só tinha uma família ou duas também, ali onde hoje é a rua Sagrada Família. Só tinha uma ou duas famílias ali na praça. Depois foi que chegou compadre Bil e outras pessoas, não demorou. No início era só nós mesmo, não tinha ninguém. Então tinha essa dona Anália, Rita Siqueira, que era longe.
[pausa longa]

J. Como era a sua rotina no bairro?

L. Quando eu cheguei aqui? [*concordo*] A minha rotina era só levar os meninos na escola e trabalhar particularmente fazendo assim... É... Panos de prato, vendendo de porta em porta, ajudando as pessoas lá na igreja. Era mais assim.
[pausa longa]

J. O que o bairro representa para a senhora?

L. Muita coisa. Esse bairro pra mim ele representa vida, representa aprendizado. Hoje ele representa uma alegria, porque foi aqui que eu aprendi tudo. Quando eu vim de lá minha leitura era muito pouca... Foi aqui que eu estudei, foi aqui que eu trabalhei, foi aqui que eu criei minha família.

[*Áudio interrompido. Tivemos que mudar o local da gravação pela frequência de interrupções*]

L. E se tiver quente, liga o ar...

J. Não, tá tranquilo. Aí eu vou fazer a pergunta de novo. Eu já tenho registrado a primeira parte da sua resposta, mas aí a senhora pode repetir, se a senhora quiser. A pergunta foi: o que o bairro representa pra senhora?

L. Pra mim representa tudo, porque quando eu vim pra aqui, eu era muito jovem, e ainda não tinha assim um trabalho fixo, não tinha estudo, não tinha nada. Tudo eu consegui aqui. Trabalhar, encontrar amigos, criar a minha família, tudo eu conheci aqui. Estudei, me formei, tudo foi aqui. Fui catequista por muito tempo, ajudei na construção da igreja, na construção do nosso bairro, esse bairro pra mim é tudo.

J. A senhora acredita que a chegada da Chesf aqui na cidade de Paulo Afonso trouxe algum tipo de progresso?

L. Não deixa de ter trazido. Trouxe progresso, também trouxe sofrimento, trouxe prejuízo. A chegada da Chesf trouxe muita coisa. Coisa boa, que foi muita gente pra trabalhar, foi o desenvolvimento pra poder criar essa Paulo Afonso, que o centro de Paulo Afonso não tinha aqui, não tinha cidade, a cidade era em Glória. E com a Chesf aumentou tudo e evoluiu até ter a emancipação de Paulo Afonso, foi depois da chegada da Chesf, dessas coisas todas. Aí trouxe muita coisa boa, mas também trouxe muita dor e sofrimento para arrancar aquelas pessoas que já tinham seu habitat, tinha sua terra, tinha sua vida plantada, registradazinha e saíram assim, de qualquer jeito. A Chesf arrancou e jogou fora como lixo. Aí trouxe muita coisa boa e muita coisa ruim, porque não soube respeitar o direito de quem era assentado, né? Pois é, você já pensou? Você tem seu terreno, tem sua casa, tem sua vida, aí de repente vem uma empresa muito rica e diz "não, aqui eu vou precisar". Aí não lhe dá outro. Tira você, joga pra qualquer canto e diz "eu vou lhe indenizar" e dá um trocado que não dá pra você comprar um pão.

J. A senhora conhecia pessoas que foram expulsas de lá? Que tiveram que vir pra cá?

L. Sim, conheço até hoje. Conheci muitos que já faleceram, muitos. E conheço até hoje alguém que ainda resiste. E tá ainda nas primeiras casas que veio da Chesf. Quando chegou de lá, foi para debaixo dos pés de pau. Depois fez um rancho e depois fez uma casa e hoje tá morando ainda na mesma casa.

J. E aqui no bairro existia um contato entre os moradores, né? Entre as pessoas que moravam aqui, a senhora o pessoal da outra rua, da família de Bil e tudo mais, vocês tinham algum tipo de contato entre vocês, e se organizavam de alguma forma, não é? [*concorda*] De uma forma comunitária. Como era que funcionava?

L. No início, quando eu cheguei aqui, a gente começou a se unir de brincadeira. A gente ia visitar o outro, os meninos começavam a brincar e as mães a olhar o menino a brincar. E aí a gente foi arrumando uma camaradagem, uma amizade uma com a outra. Depois fomos se unindo em religião, uma chamava a outra para a igreja... Aí uma amiga me chamou pra ser catequista, eu fui. E aí a gente começou um laço de amizade através da vizinhança, que eram

vizinhos, olhando as crianças. Depois fomos aumentando a amizade pra participar de religiões da nossa Santa Igreja. E depois foi havendo necessidade, no continuar do tempo, foi havendo necessidade da gente começar a reivindicar as nossas coisas, que a gente precisava de água, que não tinha, a gente precisava de luz que não tinha, a gente precisava que um trator passasse na nossa rua que só tinha varedas, não tinha rua. Nós precisava que passasse um trator tirando o mato... E aí a gente foi se organizando, “vamos reunir cinco pessoas, vamos pedir ao prefeito”, que era Abel Barbosa... “Vamos reunir mais dez pessoas, vamos reunir...” E assim a gente foi se organizando em grupo. A primeira entidade reivindicativa que nós formamos foi o Grupo de Mães. Começou as mães, fizemos um grupo de mães, foi a primeira entidade que a gente formou e começamos a reivindicar as coisas, foi num grupo de mães. E no continuar do tempo, veio comunidade, a gente começou nas comunidades formar uma comissão de moradores. Formamos as comunidades e aí fez uma comissão de moradores. Depois já tinha, que já tinha o grupo de mães. No continuar do tempo, aí foi que a gente registrou e formou a Associação de Moradores.

J. E aí, no caso, as mães eram de pessoas que moravam aqui mais próximas...

L. Era. Começou... Era de cada escola, por exemplo, a gente começou o grupo de mães no Centro Social Urbano, quando Joelma [*minha mãe, filha de Lourdes*] tinha aí cinco, seis anos de idade. Aí a gente participando das coisas, fomos vendo a necessidade. A Assistente Social também foi nos orientando, que se a gente se organizasse, tinha mais força para pedir isso, para reivindicar aquilo e tal. A Assistente Social foi nos orientando. Aí a gente foi, formou um grupo de mães. Foi muito bom. E depois desse grupo de mães, foi que nasceu a necessidade de aumentar o grupo, de não ser só as mães. Aí já entrava pais, amigos e tal. Aí formando Comissão de Moradores. Aí essa comissão foi vendo que era necessário registrar, criar uma associação. Que quando cria a associação, aí pegou todo o bairro em geral. Foi assim que a gente foi de passo em passo.

J. E era uma associação do Mulungu?

L. Era a “Associação de Moradores e Amigos do Mulungu”, começou em Mulungu. Agora, depois, que entrou outros prefeitos, mudaram o nome do Mulungu para BTN.

J. E como era que se dava a escuta dessas reivindicações que vocês faziam pelos governantes? Principalmente pela prefeitura, essas instâncias que vocês tinham algum tipo de contato? Eles recebiam vocês, escutavam...

L. Recebiam com dificuldade. Não era muito fácil não. A gente marcava um dia, a gente ia lá, queria falar, não deixava e marcava um dia. Aí nós íamos no dia que eles marcavam. Aí às

vezes eles ouviam a gente, as outras vezes eles não ouvia. Precisava a gente levar 40, 50 pessoas para ficar lá na frente e só sair de lá quando falasse. Aí a gente começou forçando porque eles não queriam ouvir a gente. Aí a gente forçava. Montava um grupo grande e ficava lá, só saía de lá quando falasse.

J. E vocês conseguiam retornos com isso?

L. Conseguimos. Muito.

J. Como que? O que a senhora lembra?

L. Por exemplo, conseguimos água pra cá, que só tinha água nos chafariz. Tinha que carregar água na cabeça de cada chafariz pra casa. Nós conseguimos água, conseguimos energia elétrica que nós não tinha também. Tudo foi com reivindicação dos grupos, começou com um grupo de mães. E assim, esses grupos, essas equipes reunidas, organizadas, foi reivindicando e fomos conseguindo as coisas. A água, luz, rede de esgoto, tudo a gente foi conseguindo com a nossa organização. Por exemplo, a coisa mais importante que a gente conseguiu aqui foi a Escola Wilson Pereira. A Escola Wilson Pereira foi uma reivindicação da Associação de Moradores e Amigos quando eu era presidente.

J. Ah, a senhora já foi presidente da Associação?

L. Várias vezes. *[risos]*

J. Aí teve a Escola Wilson, o Hospital também... Eu lembro que tem uma foto que é num Grito dos Excluídos.

L. No Grito dos Excluídos... Aí nós aproveitamos o Grito dos Excluídos, que tava muita gente reunida no Grito dos Excluídos, aí a gente foi abraçar, fizemos um abraço do Hospital e a reivindicação para que ele fosse aberto. Porque o Hospital, foi criado o Hospital, levantou o Hospital e fechou e acabou, porque foi questão de política. Aí veio, abriram o Hospital e aí passou tempo e passou tempo e nada de abrir o Hospital. Aí um certo dia a gente formou uma equipe muito grande e fomos dar um abraço no Hospital e pedir urgência pra começar a funcionar. E levamos isso pra Salvador, né? A gente começou aí e fez esse ato, né? E depois disso formamos uma comissão e fomos pra Salvador. Eu lembro muito bem que nos acompanhou Ivone, Geraldo Eleotério, e Sérgio Guimarães que acolheu a gente lá em Salvador e nos levaram pra falar com o Governo do Estado. E a gente foi, e graças a Deus o Hospital abriu, né?

J. No caso o hospital já estava construído.

L. Já estava construído, mas não inaugurou. A gente teve alguma, na época que estavam construindo, a gente teve assim algumas reuniões e tal pra dizer algo que a gente tava

precisando, mas foi voluntário e ficou fechado muito tempo. Mas depois dessa organização que a gente fez aqui e que a gente foi até Salvador conversar com o governador lá, aí desse tempo, não demorou muito tempo pra começar a abrir e tal e funcionou.

J. E aí, agora que a gente falou sobre o Grito dos Excluídos, qual que era a relação entre as organizações católicas daqui e o amparo aos necessitados em meio a esse descaso da Chesf? Porque o Grito dos Excluídos estava relacionado também com algumas questões da igreja, né? Algumas pessoas se organizavam e iam para os desfiles para participar, não era isso?

L. Sim. Logo de início, quem mais davam apoio às necessidades aqui era os padres antes do Grito do Excluído, que o grito veio depois. Antes disso tinha os padres que nos apoiavam, apoiavam a comunidade na reivindicação e apoiavam a comunidade que foi despejada aqui no BTN, aqui no Mulungu, foi despejada muita gente e eles davam toda a assistência, como Alcides, a irmã Rita, a irmã Celina que já veio bem depois, mas no início era Irmã Rita, Padre Alcides, Padre Lourenço, que eles era capaz de dar até a vida, se fosse necessário. Assim como Alcides abriu os braços e disse “Passe o tratou por cima de mim. Se é pra passar em cima das casas das pessoas, passe primeiro em cima de mim”. Aí isso ficou registrado na gente, né?

J. Então existia uma relação, né, entre a Igreja...

L. Existia, muito grande, a relação entre a Igreja e a comunidade era muito grande. O apoio aqui do pessoal todo foi vindo da Igreja, porque tanto para as escolas, a Liga Social Católica foi quem construiu as Casas da Criança, onde serviu de Igreja primeiro, serviu para a educação das crianças toda, e depois fez Posto de Saúde, tudo, isso aqui era tudo da Igreja, tudo da Liga Social. Até hoje ainda existe os prédios que estão sendo agora mantidos pelo Governo, mas era tudo da Igreja.

J. E o que foi que aconteceu pra que essas ações, essa relação comunitária que vocês tinham na Associação e tudo mais, como foi que aconteceu pra isso se perder? Porque hoje em dia a gente não vê mais. A Associação não existe mais, não é isso? Não existe mais a organização, pelo menos, o espaço ainda existe...

L. Existe o espaço. A sede foi construída, existe o espaço, mas as reivindicações que tinha, a movimentação que tinha, a organização que tinha com a comunidade não existe mais. Primeiro foi passando pra outras pessoas a direção, pessoal deixou assim muito à vontade, e aí não foi dando certo. Até porque não tinham, assim, um trunfo de reivindicação aonde fosse aceito pelos Governos que ia mutando, né? De quatro em quatro anos vai mutando. E aí não existia a capacitação daquela equipe que tava ali na Associação de chegar e levar os problemas da

comunidade direitinho e tal, e simplesmente foram abandonando, devagar e tal, e deixou se perder. Pereceu aí. Pronto.

J. Então foi um processo mais lento assim, que aconteceu.

L. Foi, bem lento. Foi devagarinho se perdendo. Até que ficou assim que hoje em dia a Associação não reivindica, a Associação não briga por nada. Ficou por conta assim. Parece-me que morreu, né? Porque... Tá adormecido.

J. Entendi. E levando em consideração essa trajetória de ativismo, né? Que a senhora fazia um acompanhamento, já foi presidente da Associação, tava junto de muitas ações e tudo mais, levando em consideração isso tudo, a senhora se enxerga como um sujeito que seja fundamental na luta e na conquista pelos direitos aqui no bairro Mulungu?

L. Não, eu me enxergo que eu faço parte. *[risos]* Eu fico muito feliz e sinto que eu faço parte do desenvolvimento, eu faço parte da história, eu faço parte da alegria e da dor do nosso bairro, né? Não me encaixo assim como uma pessoa que é algo máximo, mas eu me encaixo assim, como eu sou parte da história.

J. E tem alguma coisa que eu não lhe perguntei, mas que a senhora queria falar? *[nega]* Sobre a história do bairro, sobre alguma coisa que veio na sua cabeça? Ao longo da entrevista.

L. Acho que não.

J. Tudo certo então?

L. Tudo certinho.

J. Pronto. Então acho que a gente pode encerrar por agora. Viu?

L. Já? *[risos]*

J. Já. São poucas perguntas. São poucas, mas deu certo. Viu? Vou encerrar a gravação.